

SÉRIE PROLAM USP DEBATE

VOLUME 5

AMÉRICA LATINA: COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

**WAGNER IGLECIAS
PATRÍCIA PAIXÃO
VANESSA MARTINA-SILVA
(ORGS.)**

EDIÇÕES EACH

SÉRIE PROLAM USP DEBATE (VOLUME 5)

AMÉRICA LATINA: COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Wagner Iglecias
Patrícia Paixão
Vanessa Martina-Silva

[Organizadores]



São Paulo
Edições EACH
2022

DOI: 10.11606/9786588503171



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

2022 – Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP
Rua Arlindo Bettio, 1000 – Vila Guaraciaba
Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP), Brasil
03828-000

Imagem da capa: *Mapa da América realizado por el cartógrafo Jodocus Hondius (1563-1612) en el año 1640 d.C – H. Picard.*
Licença: Domínio Público / Wikimedia Commons.

As opiniões expressas nos textos que constituem esta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores, não necessariamente refletindo as opiniões dos organizadores da obra, das Edições EACH ou do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitor Profa. Dra. Maria Aminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Diretor Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
Vice-Diretor Profa. Dra. Fabiana de Sant'Anna Evangelista

Conselho Editorial das Edições EACH

Profa. Dra. Isabel C. Italiano (Presidente - EACH/USP – Brasil) Capa
Prof. Dr. Jefferson A. Mello (Vice-Presidente -EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza (EACH/USP – Brasil)
Analúcia dos Santos V. Recine (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Anna Karenina A. Martins (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Carlos Bandeira de M. Monteiro (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Clara Vasconcelos (Universidade do Porto – Portugal)
Prof. Dr. Daniel Hoffman (Rutgers University - EUA)
Profa. Dra. Flávia Mori Sarti (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Humberto Miguel G. Malpartida (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Juliana P. Rodrigues (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Marcos Lordello Chaim (EACH/USP – Brasil)
Maria Fátima dos Santos (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Michel Riaudel (Sorbonne Université – França)
Profa. Dra. Rosely A. Liguori Imbernon (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Sandra L. A. de A. Reimão (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Verónica Marcela Guridi (EACH/USP – Brasil)

Publicação

Gustavo Menon
Wagner Iglecias

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca.
Maria Fátima dos Santos (CRB-8/6818)

Série PROLAM USP debate : volume 5 : América Latina : comunicação e política /
organizadores, Wagner Iglecias, Patricia Paixão, Vanessa Martina-Silva. – São
Paulo : Edições EACH, 2022.
1 ebook

ISBN 978-65-88503-17-1 (ebook)
DOI 10.11606/9786588503171

1. Política e governo – América Latina. 2. Política social – América Latina. 3.
Meios de Comunicação. 4. Ideologia política. I. Iglecias, Wagner Tadeu, org. II.
Marcos, Patrícia Sheila Monteiro Paixão, org. III. Silva, Vanessa Martina, org. IV.
Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Integração da América
Latina. V. América Latina : comunicação e política.

CDD 22. ed. – 320.98

Como citar esta publicação no todo, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

IGLECIAS, W. T.; PAIXÃO, P. S. M.; MARTINA SILVA, V. (org.). **Série PROLAM USP debate**: volume 5: América Latina: comunicação e política. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook. DOI 10.11606/9786588503171.

Como citar o capítulo desta publicação, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s). Título do capítulo. In: IGLECIAS, W. T.; PAIXÃO, P. S. M.; MARTINA SILVA, V. (org.). **Série PROLAM USP debate**: volume 5: América Latina: comunicação e política. São Paulo: Edições EACH, 2022. p. xx-yy. DOI 10.11606/9786588503171.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
MÍDIA ALTERNATIVA: AS POSSIBILIDADES DE UMA NOVA ESFERA PÚBLICA NA CRISE DA DEMOCRACIA BURGUESA.....	8
Dennis de Oliveira	
A APLICAÇÃO DAS GUERRAS HÍBRIDAS.....	18
Miguel Enrique Stédile	
JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS NO CENÁRIO PANDÊMICO: A COBERTURA FEITA PELA COSECHA ROJA E A PONTE JORNALISMO	32
Fausto Salvadori e Patrícia Paixão	
DESAFIOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA NUM CONTEXTO DE GUERRA HÍBRIDA: O CASO DA CRISE MIGRATÓRIA NA VENEZUELA.....	45
Michele de Mello	
O JORNALISMO ALTERNATIVO PÓS-PANDEMIA SERÁ DECOLONIAL OU NÃO SERÁ?	67
Vanessa Martina-Silva	
CUBA, ESTADOS UNIDOS Y LA COMUNICACIÓN:¿QUÉ SE DICE? ¿QUIÉN LO DICE? ¿CÓMO LO DICE?	84
C. Olga Rosa González Martín	
IMPOLITICIDAD, COMUNICACIÓN Y ELECCIONES EN EL SALVADOR	98
Carmen Elena Villacorta	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....	107
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	109
ÍNDICE REMISSIVO	111

APRESENTAÇÃO

Trazemos ao público o quinto volume da Série PROLAM USP DEBATE, resultado de pesquisas realizadas por especialistas latino-americanos sobre distintos aspectos da realidade econômica, política, social e cultural de seus respectivos países, da América Latina em geral e das relações da região com o mundo. O lançamento desta série é a etapa que fecha o ciclo de cinquenta encontros promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), entre maio de 2020 e junho de 2021, com a participação de 155 acadêmicos de 17 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

Este volume é composto por sete capítulos. No primeiro, Dennis de Oliveira destaca o surgimento de uma nova esfera pública, proporcionada pela mídia contra-hegemônica, que vem fazendo o jornalismo de fato, inclusive no cenário de forte impacto da Covid-19 sobre a população das periferias, uma vez que os veículos da grande mídia estão reféns de relações promíscuas com o Estado e sofrendo os impactos da crise do modelo capitalista, assim como o padrão colonial de poder imposto à América Latina.

No capítulo dois Miguel Enrique Stédile desnuda o conceito de guerras híbridas e mostra a sua aplicação em diferentes situações pelo mundo, dentre elas no movimento que levou ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016. No capítulo três Patrícia Paixão e Fausto Salvadori discutem a importância da cobertura de segurança, justiça e direitos humanos feita pela Cosecha Roja, na Argentina, e pela Ponte Jornalismo, no Brasil, no contexto da Covid 19; os impactos da pandemia nos dois países; e apontam a comunicação contra-hegemônica, com perspectiva emancipatória, como caminho para a reflexão crítica.

Os desafios da cobertura jornalística sobre a crise migratória na Venezuela, num contexto de guerra híbrida, em que se observam a saturação de informações na internet e intrincadas relações entre mídia, poder e grupos hegemônicos, é o tema do capítulo quatro, da autora Michele de Mello. No capítulo cinco Vanessa Silva discute os conceitos de colonialidade e decolonialidade, aplicando-os à comunicação e ao



jornalismo. Para Vanessa, a colonialidade cumpre um papel central na comunicação como instrumento de invisibilização, apagamento e silenciamento de povos e nações latino-americanas. Daí a importância de uma comunicação decolonial, que inverta essa lógica.

O sexto capítulo, de autoria de Olga Rosa González Martín, analisa os protestos de 11 de julho de 2021 em Cuba à luz de uma conjuntura de décadas de constantes investidas dos EUA para fomentar a subversão contra o regime cubano. Olga destaca que estas investidas incluem “un uso intensivo de medios creados fuera de la Isla, fundamentalmente la radio, algunos medios impresos y la televisión hacia los medios digitales creados en el territorio nacional y financiados desde el exterior - con toda la apoyatura de los medios sociales”.

Por fim, o leitor poderá apreciar o artigo de Carmen Villacorta, que mostra como o presidente Nayib Bukele, da extrema-direita salvadorenha, tem construído uma imagem “salvacionista e messiânica”, por intermédio do uso intenso das redes sociais e outras formas de mídia, apresentando-se como “vítima” de forças políticas velhas e ineficientes e líder de uma “nova política”.

A Série PROLAM USP DEBATE é composta por volumes que tratam das seguintes temáticas: Pensamento Social e Político; Movimentos Sociais; Política Externa e Integração Regional; Comunicação e Política; e Desafios Contemporâneos. Todos são publicados pelo Serviço de Editoração e Distribuição da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (Edições EACH), disponibilizados em formato eletrônico e abertos para acesso público e gratuito.

Agradecemos a todas as pessoas que ajudaram a viabilizar o projeto PROLAM USP DEBATE, seja como proponentes de temas e nomes, seja como moderadores, expositores, divulgadores ou espectadores dos cinquenta encontros realizados. Entre elas a comunidade acadêmica latino-americanista em geral e especificamente docentes do PROLAM-USP e estudantes e egressos do Programa, como Alessandra Garcia Soares, Amanda Barrenengoa, Amanda Caroline Harumy Oliveira, Andrea Rosendo, Fabio Maldonado, Flavia Loss Araújo, Francisco Denes Pereira, Guilherme Câmara Meireles, Gustavo Menon, Johidson Ferraz Oliveira, Jorge Cáceres Olave Junior, Judite Elaine dos Santos, Marco Piva, Nastasia Valentina Barceló Severgnini,



Patrícia Paixão, Pedro Silva Barros, Ricardo Abreu, Romy Martínez Garay, Vanessa Silva e Waldo Lao Fuentes Sanchez.

Gostaríamos de agradecer também a todas e todos que ajudaram a viabilizar a segunda fase do projeto, ora expressa nos cinco *ebooks* desta série. Entre elas seus organizadores e especialmente Edições EACH, na pessoa de sua diretora, a Profa. Dra. Isabel Italiano, do curso de Têxtil e Moda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), parceira de todas as horas, que muito gentilmente acolheu nossa proposta e tornou possível esta publicação.

Esperamos com esta série, publicada nos idiomas de origem de cada autora ou autor, contribuir para o aprofundamento do debate realizado sobre a realidade latino-americana no Brasil. Acreditamos tratar-se de iniciativa bastante oportuna - que vem somar-se a outras - no sentido de despertar, no público brasileiro, maior interesse sobre os principais traços que marcam a história e a contemporaneidade dos demais países da América Latina, em grande medida tão semelhantes aos do Brasil.

Nesta série busca-se promover tanto o debate sobre a conjuntura da região, por si só extremamente complexa e multifacetada, como a respeito das características históricas de sua formação desde o período colonial - que exercem influência sobre a região até a atualidade – e também quanto aos inúmeros e variados desafios que se apresentam para nossas sociedades e governos, neste século XXI, no sentido da construção de países mais democráticos e mais justos.

Wagner Iglecias

Patrícia Paixão

Vanessa Silva



MÍDIA ALTERNATIVA: AS POSSIBILIDADES DE UMA NOVA ESFERA PÚBLICA NA CRISE DA DEMOCRACIA BURGUESA

Dennis de Oliveira¹

É muito importante nós pensarmos como podemos construir um fluxo de informação alternativa para o enfrentamento dessa crise social, política e econômica que afeta o mundo, em especial o continente latino-americano. Primeiramente, retomo a ideia de *descolonização da palavra* que remete ao que Frantz Fanon fala da descolonização das mentes² como um processo fundamental para efetivamente nós rompermos com as matrizes coloniais de poder. São estas matrizes que colonizam o tipo de sujeito, de estrutura de poder e o nosso conhecimento. Essa é a grande zona de enfrentamento que temos nessa perspectiva da construção de uma comunicação contra-hegemônica ou uma comunicação emancipadora.

Algumas questões importantes para nós refletirmos especificamente em relação à epidemia do coronavírus pela qual o mundo todo passa nestes dois últimos anos (2020/21). Primeiramente, a triste situação do Brasil que vai se transformando cada vez mais no epicentro dessa epidemia. O Brasil, hoje, é o segundo país em número de casos e está caminhando rapidamente para ser o primeiro. O número de mortes diárias no Brasil já supera o dos Estados Unidos e há, de fato, uma ausência de políticas públicas e estratégias eficazes de enfrentamento dessa epidemia por parte do Governo Federal. Pelo contrário, há negação, por parte do Governo Federal, das evidências científicas que colocam a importância do isolamento social.

A primeira narrativa que surge em relação à epidemia do coronavírus é que esse vírus é um *vírus democrático*, atinge a todos. Portanto é necessária uma responsabilidade coletiva para o seu enfrentamento. Não querendo aqui desmerecer a intenção desse tipo de narrativa, defendo a ideia de que esse vírus *não é democrático*. Os dados vêm demonstrando que esse vírus tem sido muito mais letal e perverso junto à população pobre e, no caso do Brasil, junto à população negra. Os dados mostram que a letalidade do coronavírus nas regiões periféricas das grandes cidades é cinco vezes maior que nas regiões centrais³. Um estudo da PUC do Rio de Janeiro⁴ mostra

¹ Professor associado da Universidade de São Paulo e docente do Programa de Pós Graduação em Integração na América Latina (PROLAM-USP). Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP. Coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) e do GT Epistemologias Decoloniais, Cultura e Território do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

² FANNON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Letra Livre, 2021

³ Ver reportagem da Agência Mural de Jornalismo intitulada Letalidade da Covid-19 em periferias de S. Paulo é cinco vezes maior que no Brasil. Disponível em: <<https://bityli.com/PtNcM>>. Acessado em: 30 out. 2020.



que as pessoas negras não alfabetizadas têm 3,8 vezes mais chances de morrer de Covid-19, do que um paciente branco com nível superior. Entre pacientes brancos internados, 62% se recuperaram e 37% morreram. Entre negros e pardos, pretos e pardos, 54,78% morrem e 45% apenas se recuperam, a maioria morre. Mesmo pegando pelo dado racial de mesma escolaridade, a preocupação de mortes de negros é 37% maior em média e, quando pegamos casos de negros de nível superior a proporcionalidade, a diferença de mortes é 50% maior que brancos de nível superior. Então há, de fato, um componente racial em relação a essa epidemia que expressa justamente as grandes desigualdades e fossos sociais históricos no Brasil, construídos com essa perspectiva racial.

Observa-se que esta questão é pouco tratada na mídia hegemônica. Por quê? Porque isso é fruto do desmonte do sistema público de saúde, do SUS, radicalizado com a aprovação da Emenda Constitucional 55 de 2017, emenda essa que congelou por 20 anos os investimentos públicos. Por essa emenda, por 20 anos, o Estado brasileiro não pode ampliar os recursos e os orçamentos em cada uma das áreas, apenas a correção pela inflação. E sabemos que o desmonte dos laboratórios de pesquisa das universidades públicas e dos laboratórios de excelência pública, como a Fiocruz, fez o país depender muito mais de medicamentos importados e de substâncias importadas para tratamento. Com as variações cambiais descontroladas, os custos para manutenção do sistema acabam tendo um crescimento muito superior aos índices inflacionários. Esse congelamento reduz o poder de compra. Há uma interdição dos aumentos dos investimentos de saúde que tem trazido impactos significativos para o Sistema Único de Saúde. Este é um elemento importante que se soma à narrativa negacionista feita pelo Governo Federal.

O que ocorre é que a mídia hegemônica centra suas denúncias no negacionismo do governo federal – existem críticas muito duras feitas ao atual presidente da república, inclusive denunciando quais são os impactos em termos de crescimento da epidemia, as idas e vindas na nomeação de ministros da saúde. Além desta crítica ao negacionismo do governo federal, há uma outra narrativa que defende a importância da quarentena, da necessidade de medidas para impor isolamento social, mas desconsiderando que a maior parte da população brasileira, em especial das periferias vive numa situação na qual, se não trabalhar, ela não recebe. E que isso é fruto da desregulamentação das leis trabalhistas que foi realizada, concretizada em 2018 com a reforma trabalhista, contando com amplo apoio da mídia hegemônica.

Quero chamar a atenção disso: quase toda a mídia hegemônica apoiou essas medidas de desregulação do trabalho, que têm levado hoje a uma situação extremamente perversa nas periferias; que a população da periferia, ela não pode fazer isolamento social simplesmente porque, se ela não trabalhar, ela não recebe. A

⁴ NOIS. Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. Disponível em: <<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>> Acessado em: 30 out. 2020.



maior parte da população ou está desempregada ou está trabalhando em empregos informais, trabalha como camelô, diarista, motoboy, motoristas de aplicativos e o não trabalho significa o não recebimento.

Isso é muito interessante de se observar que essa situação colocada para a população da periferia é ignorada por parte das narrativas da mídia hegemônica, favorecendo esse discurso colocado por esse setor político que, embora se oponha ao Bolsonaro contrapondo com a necessidade do isolamento social, *responsabiliza a população pelos baixos índices de isolamento*. É muito comum colocar o seguinte: o isolamento não acontece por uma falta de consciência da população, a população não está ainda convencida da gravidade do problema. E tudo isso apesar de várias das pesquisas realizadas por institutos das próprias empresas de mídia hegemônica como Datafolha, IBOPE e assim por diante mostrarem que a maior parte da população defende as medidas de isolamento social.

Essa contradição em que a maior parte da população defende as medidas de isolamento social, mas não a realiza, isso não tem sido objeto de pauta por parte dos meios hegemônicos para descobrir o porquê então as pessoas continuam desobedecendo essas medidas. É muito interessante esse aspecto: dá a impressão que a população ou é hipócrita ou não acredita ou está achando que a coisa não é tão grave assim.

Ao mesmo tempo em que se cria essa situação, abre-se uma janela de oportunidades para que esse discurso negacionista pregado pelo Governo Federal tenha um certo espaço. O discurso negacionista do atual presidente do Brasil tem apontado o seguinte: *nós não podemos destruir a economia, as pessoas estão ficando desempregadas, as pessoas estão ficando com fome, então nós temos que liberar, acabar com a quarentena, e liberar para que as pessoas saiam para trabalhar, nós temos que liberar o uso da cloroquina como medicamento*. Numa situação de desespero que está essa população da periferia, parte dela inclusive acaba acreditando nisso, quer acreditar nisso. Esse discurso do presidente brasileiro encontra eco em alguns setores da periferia justamente em função do desespero que a população da periferia é colocada por conta dessas mudanças que tivemos nos últimos tempos em relação ao desregramento do trabalho. Em outras palavras, a mídia hegemônica criou o cenário atual em que estes processos políticos se tornaram possíveis.

E também um outro aspecto importante que quero colocar é a ausência de políticas públicas efetivas que garantam com que essa população consiga ficar no seu isolamento social. O Auxílio Emergencial que foi implantado aqui no Brasil, de R\$ 600,00 em abril, foi produto de muita pressão dos movimentos sociais. Já em março, entidades do movimento comunitário, movimento negro, movimento popular exigiam a necessidade de um plano emergencial para o atendimento dessas populações da periferia.⁵ Chamo a atenção de que a primeira proposta do Governo era de R\$ 200 e só

⁵ A ideia de um Plano Emergencial para as periferias foi proposta inicialmente por uma organização do movimento negro brasileiro, a Rede Quilombação, e depois encampada por vários outros movimentos.



triplicou após uma certa pressão. O programa emergencial pensado por essas entidades deveria incluir uma reforma tributária emergencial no qual pudesse pensar a taxaço de grandes fortunas, criaço de empréstimos compulsórios e assim por diante, para poder justamente sustentar esses gastos necessários; apoio aos microempreendimentos individuais, às microempresas para que atenuasse os custos, atenuasse o sofrimento da população em relação a essa situação da epidemia.

Mas isso não foi feito ou foi realizado de forma muito tímida, o que tem levado ainda a população ao desespero. Os movimentos da periferia têm reivindicado também não só o fortalecimento das políticas públicas de saúde, mas que tendo em vista que nós estamos em estado de emergência, foi aprovado isso pelo Congresso Nacional, o estado de emergência possibilita que o sistema público de saúde brasileiro possa requisitar os leitos do sistema privado. Qual é a ideia, que os leitos privados dos hospitais privados sejam requisitados administrativamente e apropriados pelo sistema público, com isso o atendimento aos infectados pelo coronavírus dar-se-ia por uma fila única. Por exemplo, aqueles que têm recurso, têm planos de saúde privados ou têm dinheiro para pagar um hospital privado teriam o mesmo tipo de atendimento e ficariam na mesma “fila” que a parte da população que não tem recursos. Essa é uma reivindicaço também dos movimentos sociais que tem sido invisibilizada pelos meios de comunicaço de massa. E finalmente, uma coisa muito interessante, o que tem acontecido no cenário periférico no Brasil é que as iniciativas que buscam minimizar o sofrimento têm sido tomadas pelos próprios movimentos da periferia. Então, a Central Única das Favelas (CUFA), a Rede de Resistência e Proteção ao Genocídio e os movimentos comunitários têm feito uma série de iniciativas para fazer doaçoes e campanhas humanitárias junto aos bairros periféricos, o que tem minimizado um pouco este impacto.

A cobertura da mídia hegemônica ao mesmo tempo em que aparentemente tem uma visào crítica, ela se limita à postura negacionista do Governo Federal. Entretanto, essa crítica não enxerga que a tragédia social, que o que essa epidemia tem causado ao Brasil, é produto, primeiramente, de desigualdades históricas brasileiras, históricas e raciais. Não é à toa que há esse corte racial na letalidade e também uma desigualdade que tem sido incentivada pela aplicaço das medidas neoliberais, que maior parte da mídia hegemônica apoiou entusiasticamente nos últimos três, quatro anos.

O Brasil, hoje, teria condições plenas, inclusive, de estar produzindo muito mais medicamentos e até vacinas próprias, se não fosse o desmonte progressivo dos institutos de pesquisa públicos por conta das medidas de ajuste fiscal. O Brasil está importando até máscara da China para ter uma ideia. Existem projetos, inclusive, da produço de respiradores nas universidades públicas, entretanto não há interesse do Governo de São Paulo em financiar e comprar esses respiradores feitos aqui no Brasil. E isso é uma coisa também que não tem sido pautada pela mídia hegemônica, o



porquê da opção da importação de equipamentos, quando há condições das universidades, das estruturas internas, de produzir esse tipo de equipamento.

Você observa também uma série de outras situações de privatização dos próprios hospitais de campanha, que têm sido construídos por organizações sociais, muitas delas envolvidas em casos de corrupção e também essa opção de construção dos hospitais de campanha apenas nas regiões centrais. Essa é um pouco a situação que a gente observa da epidemia do coronavírus, que ela expressa de fato a falência desse projeto de Estado mínimo do neoliberalismo. Este é o dilema da mídia hegemônica no retrato e análise desta tragédia social da pandemia. Os problemas vividos pela população brasileira são produtos do modelo neoliberal de Estado.

A comunicação alternativa é estratégica para a gente pensar saídas para essa crise em função de alguns aspectos. Primeiramente, o que a gente observa é que o capitalismo na fase neoliberal cada vez mais atua no sentido de acabar com os arranjos institucionais da democracia liberal. E aí temos o seguinte: o jornalismo na concepção clássica, como fomentador da esfera pública, da democracia liberal, entra em uma tremenda contradição quando abraça um projeto político que, no limite, sinaliza para o fim destes arranjos institucionais. E muito mais num país como o Brasil que tem uma série de questões específicas, relativas às relações desse jornalismo hegemônico com os poderes de Estado.

Há uma coisa muito importante pra gente poder refletir sobre isso: muitas vezes, enxergamos que as posturas políticas, a ideologia do jornalismo hegemônico se dá apenas por uma decisão dos donos dos jornais. Isso ocorre. Mas quero chamar atenção que, além disso, o jornalismo hegemônico existe para defender os interesses das classes dominantes e isto se configura como uma *lógica* e não apenas como produto de uma *decisão subjetiva*.

No caso do Brasil você observa historicamente uma relação de promiscuidade dos donos dos meios de comunicação de massa com as estruturas de poder. Isso vem desde os primórdios da imprensa no Brasil que é tardia, ela surge apenas no século XIX. O Brasil foi o último país da América Latina a ter uma imprensa. Ela surge somente em 1808, aqui no Brasil, e a gente vai observar que essa relação da mídia com o poder é extremamente forte. Forte no sentido não só de um alinhamento ideológico, mas de interesses particulares. Interesses negociais, você vai pegar desde interesses paroquiais, de coronéis que, por exemplo, têm concessões de rádio e televisão em algumas cidades com objetivos político-eleitorais e se sabe como funciona o mecanismo das concessões de canais de TV e rádio.

Também se observa os interesses paroquiais de poderes locais, alguns municípios que têm jornais impressos meramente para projetos eleitorais próprios, jornais sem qualquer sustentabilidade financeira, criados meramente para defender grupos políticos e assim por diante, e a gente observa também essa situação⁶.

⁶ A respeito destas dificuldades de sustentabilidade da maior parte dos jornais em cidades menores no Brasil, ver BORIN, Jair. Imprensa, empresas e negócios: um perfil quantitativo-qualitativo do mercado da



Mas eu vou um pouco além. Observam-se profundas mudanças no modelo de negócios da grande mídia por conta dos impactos das tecnologias de informação da comunicação, que têm transformado os grandes oligopólios, as plataformas de distribuição de rede, nos verdadeiros comandantes dessa rede midiática. Quero lembrar aqui entre os três maiores grupos de mídia do mundo, três deles não produzem conteúdo, que é o Google, o Facebook e a Rede Badoo da China. São plataformas, redes sociais, plataformas redistributivas que trabalham com o objetivo de garantir uma propaganda customizada. Aproveitam dos conteúdos que nós consumidores acabamos produzindo para eles para criar essa rede de propaganda customizada.

Isto tem impactado de forma significativa as mídias hegemônicas tradicionais, já que as receitas publicitárias têm sido direcionadas para as plataformas distributivas. As grandes empresas jornalísticas de comunicação, para sobreviver, têm optado em diversificar suas áreas de negócios. No caso de Brasil, essas áreas de negócio primeiramente se vincularam à privatização de estatais nos anos 1990. Houve a participação de grupos de comunicação hegemônicos como a Globo e o próprio Estado de São Paulo na privatização de empresas de telefonia. O alinhamento dos projetos das privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso deu-se tanto em função de uma questão ideológica, como em função de um interesse negocial.

Observamos, agora, nos últimos tempos, uma diversificação dos investimentos dessas empresas para a área do capital rentista, da especulação financeira. Na lista dos cinquenta maiores bilionários brasileiros, há a presença de uma série de bilionários ligados ao mercado rentista como Lemann, Safra, os irmãos Salles. Mas eu quero chamar atenção também para a presença de figuras ligadas à grande mídia hegemônica como Luís Frias, da Folha de São Paulo; os irmãos Marinho, da Globo. E é evidente que essa situação, essa fortuna dessas pessoas não se deu somente pelos negócios da comunicação. Deu-se fundamentalmente pela diversificação dos negócios para o mercado rentista. O grupo UOL/Folha de S. Paulo tem investido de forma significativa nesse mercado bancário, criou o PagBank, o PagSeguro. É um sistema ainda pequeno, mas já tem crescido bastante e isso tem sido uma fonte importante de faturamento.

Outro exemplo de interesses negociais particulares intervindo nas posturas político ideológicas da mídia hegemônica: a Editora Abril durante os governos Lula e Dilma. A Abril foi caminhando cada vez mais para investir na área de produção de material didático. No Brasil, o governo é o maior comprador de livros didáticos. Por isto, os negócios das editoras de livros didáticos têm uma dependência muito forte das políticas de compras do Governo Federal. Quando o Governo Federal, nas gestões do PT, diversificou a compra de livros didáticos, tirando o monopólio de algumas editoras, e várias delas pertenciam ao Grupo Abril, isso fez com que este grupo empresarial

notícia no Brasil. 1993. Tese de livre-docência para a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo.



perdesse muito dinheiro e foi um dos elementos que levou a Abril, via Revista Veja, a fazer forte oposição aos governos do PT. Então há um alinhamento ideológico, sem dúvida, uma crítica ideológica, mas há também um jogo de interesses. O apoio ao neoliberalismo, que favorece o capital rentista, se dá também por interesses negociais desses empresários de comunicação.

Diante disso, então, o que se pode perceber? Quem tem de fato feito jornalismo na acepção clássica do termo, de ser fomentador da esfera pública, de atuar como monitor do poder, de buscar de fato todas as perspectivas que a informação apresenta, de buscar fiscalizar as ações do Estado, é a mídia contra-hegemônica. A mídia contra-hegemônica, nos últimos tempos no Brasil, não tem sido apenas uma mídia que apresenta uma análise, uma perspectiva analítica diferente da mídia hegemônica. Isso também, mas ela tem produzido conteúdos, inclusive que a mídia hegemônica invisibiliza.

Por exemplo, como eu comentei, essa relação dos movimentos sociais em relação à epidemia do coronavírus; essa perspectiva de que o coronavírus é um vírus que tem atingido as periferias, as dificuldades no sistema público de saúde, essas reivindicações dos movimentos sociais por planos emergenciais e várias outras questões, têm sido pautadas particularmente pela mídia contra-hegemônica .

E aí é muito interessante o que nós temos observado no Brasil nos últimos tempos, uma ampliação desse espectro que nós chamamos de mídia contra-hegemônica. Historicamente, o Brasil já teve experiências importantes de mídia alternativa. Particularmente nós tivemos isso, nos anos 1970, durante a ditadura militar, quando os jornais da grande imprensa eram censurados e houve uma migração de vários jornalistas para a construção de projetos de imprensa alternativa, para exercer um jornalismo independente. Mas se observa que, nos últimos tempos, se constituem iniciativas também de mídia contra-hegemônica no sentido de romper com essa ditadura do discurso único neoliberal que a mídia hegemônica tem imposto. E tem surgido também uma esfera pública fomentada pela mídia contra-hegemônica protagonizada por sujeitos periféricos.

Quero chamar atenção dessa novidade dos últimos dez, quinze anos. Por que isso tem acontecido? Primeiramente, é evidente que nós tivemos, durante um período do governo Lula e Dilma, uma série de políticas públicas importantes: políticas públicas generalistas, de aumento do salário mínimo, transferência de renda, etc., mas também políticas públicas de ação afirmativa que possibilitaram a jovens negros, jovens negras nas periferias não só terem acesso a uma massa de informação, acesso a uma formação qualificada com as cotas raciais nas universidades, mas construir projetos de comunicação popular nas suas localidades. Tem uma série de projetos de comunicação e de cultura que têm sido protagonizados por esses jovens que aproveitaram essa janela de oportunidades criadas pelas ações afirmativas para realizar isso. Além disso, nós tivemos também, com programas de fomento à cultura das periferias, a



potencialização dessas ações⁷. Essa comunicação alternativa das periferias, realizada pelos sujeitos periféricos se conecta justamente com essa cultura das periferias, que tem feito uma coisa muito interessante, tem apresentado uma resignificação das periferias⁸. É evidente que essa resignificação não surge em função das políticas. É um processo que já vinha num crescente a partir de movimentos e iniciativas muito importantes. Quero citar aqui, como grande exemplo, o *movimento hip hop* que faz denúncias da violência periférica desde os anos 1980 e outros movimentos comunitários nas periferias; os movimentos de mulheres negras nas periferias na área de moradia e saúde popular, entre outros⁹. E aí as políticas de fomento nessas ações periféricas possibilitaram uma maior organização, uma maior potencialidade dessas iniciativas. Então surgiram novos protagonistas midiáticos e culturais que têm pautado novas narrativas, novos discursos, resignificando as periferias e apresentando outras perspectivas.¹⁰

Há um cenário muito interessante, de ressurgimento de iniciativas de mídias contra-hegemônicas, no sentido de contestar essa ditadura do discurso neoliberal, imposto pela mídia hegemônica acoplado ao surgimento dessas iniciativas periféricas, de grupos periféricos, nas grandes cidades como produto desse movimento cultural das periferias que tem criado também essas narrativas a partir da base. Tais iniciativas, inclusive, muitas vezes têm forçado a própria mídia hegemônica a repensar algumas pautas.

O que eu vejo hoje é uma disputa não só de narrativas, mas de construção de uma outra esfera pública. O que a gente vive atualmente é uma reação a essas iniciativas com a apropriação das tecnologias de informação e comunicação por parte de setores da extrema direita no sentido de reforçar os discursos racistas, machistas e LGBTfóbicos no sentido de desqualificar estes novos protagonistas. Este é o significado dessa narrativa de extrema-direita que conta com forte apoio do governo Bolsonaro. A rede de *fake news* dos extremistas é patrocinada, não é algo espontâneo, é organizada com recursos até do exterior. Ela é uma ação reativa justamente à emergência desses novos protagonistas midiáticos culturais. Assim, estamos diante de uma encruzilhada histórica.

⁷ Destaco aqui programas como o Cultura Viva que vigorou durante a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2003-2007) e o Programa VAI (Valorização das Iniciativas Culturais) da prefeitura de S. Paulo.

⁸ A respeito da resignificação operada por estas iniciativas nas periferias, ver OLIVEIRA, Dennis *et all*. Periferias insurgentes: ações culturais de jovens nas periferias de São Paulo. S. Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2021

⁹ Sobre as experiências de movimentos de mulheres nas periferias de S. Paulo, ver a obra de BARBOSA, Eliete. Negras Lideranças: o ativismo de mulheres na periferia de S. Paulo. S. Paulo: Dandara, 2019

¹⁰ Sobre os novos protagonismos midiáticos e culturais ver OLIVEIRA, Dennis de. Novos protagonismos midiáticos-culturais: a resistência a opressão da sociedade da informação. REGIT, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 21-41, dec. 2016. ISSN 2359-1145. Disponível em: <<http://www.fatecitaqua.edu.br/revista/index.php/regit/article/view/REGIT6-A1>> Acessado em: 22 jun. 2021.



A epidemia do coronavírus ao evidenciar as desigualdades históricas no Brasil, ao evidenciar a necessidade de pensarmos um outro tipo de Estado, um outro tipo de sociabilidade, nos coloca diante de uma encruzilhada. Do ponto de vista das possibilidades civilizatórias, o modelo atual do Estado brasileiro; essa democracia incipiente que nunca chegou à periferia, produto de uma transição do regime militar para o regime liberal por acordos que deixaram intactos uma série de estruturas de repressão política que se, nos anos 1970 eram voltadas prioritariamente para reprimir aqueles que se opunham ao regime militar, hoje servem para assassinar jovens negros e da periferia no país.

Por isto, considero muito importante que nós que estudamos comunicação e jornalismo observemos essas experiências. Experiências essas que, inclusive, têm nos demonstrado que o jornalismo é mais do que necessário. Na mídia hegemônica em função dessa crise desse modelo de negócios construído com base nas relações promíscuas com o Estado há dificuldades. Mas isto significa que acabou o jornalismo. como diz a provocação de Phillip Meyer¹¹? Não. A agonia do jornalismo hegemônico está diretamente ligada à crise do modelo capitalista, assim como o padrão colonial de poder imposto à América Latina. Mas existe uma possibilidade de outro processo civilizatório que vem a partir dos de baixo. A encruzilhada que nós temos é: a barbárie, que significa a manutenção deste padrão colonial de poder, desse modelo de democracia incipiente, desse modelo que reprime população negra, quilombola, indígena, pobre, mulheres, LGBT; ou uma nova civilização, não de uma imitação da experiência europeia, mas das experiências periféricas que apontam uma outra possibilidade de sociabilidade.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MURAL DE JORNALISMO. **Letalidade da Covid-19 em periferias de S. Paulo é cinco vezes maior que no Brasil.** Disponível em <<https://bityli.com/PtNcM>> Acesso em: 10 out. 2020.

BARBOSA, Eliete. **Negras Lideranças: o ativismo de mulheres na periferia de São Paulo.** S. Paulo: Dandara, 2019

BORIN, Jair. **Imprensa, empresas e negócios: um perfil quantitativo-qualitativo do mercado da notícia no Brasil.** 1993. Tese de livre-docência para a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo.

FANNON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Letra Livre, 2021

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação.** São Paulo: Contexto, 2007.

NOIS. **Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS.** Disponível em <<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>> Acesso em: 10 out. 2020.

¹¹ MEYER, P. Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007

OLIVEIRA, Dennis de. **Novos protagonismos midiáticos-culturais: a resistência a opressão da sociedade da informação.** REGIT, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 21-41, dec. 2016. ISSN 2359-1145. Disponível em:

<<http://www.fatecitaqua.edu.br/revista/index.php/regit/article/view/REGIT6-A1>>

Acesso em: 22 jun. 2021.

OLIVEIRA, Dennis *et all.* **Periferias insurgentes: ações culturais de jovens nas periferias de São Paulo.** São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2021.



A APLICAÇÃO DAS GUERRAS HÍBRIDAS

Miguel Enrique Stédile¹²

O final da segunda década do século XXI tem sido marcado por uma reconfiguração do sistema geopolítico internacional. O capitalismo dirigido pelo sistema financeiro levou a economia global para uma crise e recessões permanentes geradas pelo caráter parasitário deste sistema, baseado na especulação, cujo ápice foi a crise econômica de 2008. Ao mesmo tempo, a emergência da China como potência no comércio mundial, acompanhada pelo ressurgimento político e econômico da Rússia. Diante de uma crise econômica e de hegemonia, os Estados Unidos adotaram, em especial com a eleição de Donald Trump, um tom ainda mais agressivo e uma nova ofensiva global ou, na definição de Vijay Prashad, um “novo Imperialismo” caracterizado pela intensa e voraz apropriação dos bens comuns da natureza, convertendo-se em uma competição exasperada pelos territórios e bens naturais (2018). Neste contexto, a América Latina ocupa um lugar central na estratégia dos Estados Unidos, seja para reafirmar sua condição de “zona de influência” – ou seja, o controle sobre mercados, comércio, energia e cultura – seja como fonte permanente de matérias-primas como petróleo, minerais, água e biodiversidade. A aplicação destas táticas se dá ainda frente a uma ascensão de experiências progressistas na América Latina, de oposição ao neoliberalismo que, mesmo que sem políticas de ruptura direta com o capitalismo, bloqueassem os interesses estadunidenses na região. Para desobstruir quaisquer oposições a este projeto e exercer pela força sua hegemonia política e econômica, além dos mecanismos “sutis”, como os organismos “multilaterais” e acordos comerciais, os Estados Unidos recorreram ao uso de formas mais sofisticadas e modernas de intervenção na soberania destes países, as guerras híbridas.

As guerras híbridas

O conceito de *guerras híbridas*, em sentido estrito, significa o uso combinado de forças regulares e forças irregulares em um conflito militar. Por isso híbrido, como algo resultante da combinação de dois elementos de natureza distintas. A combinação de forças regulares e forças irregulares não se trata de nenhuma novidade na teoria e prática militar, ainda que não necessariamente utilizando o termo “guerra híbrida” para defini-la. Os teóricos militares da Prússia defendiam, no século XIX, o “armamento do povo” como forma de resistência a ameaça dos exércitos napoleônicos. A libertação da França da invasão nazista na Segunda Guerra Mundial,

12 Historiador, doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante do Front – Instituto de Estudos Contemporâneos e educador do Instituto de Educação Josué de Castro.



por exemplo, combinava a guerra convencional das forças aliadas, como o Dia D, a invasão da Normandia, com a ação das forças irregulares da Resistência. E igualmente a resistência italiana ou grega no mesmo período.

O que torna a guerra híbrida do século XXI diferenciada são os instrumentos irregulares e os métodos não-militares que utiliza: o uso da tecnologia para campanhas de propaganda, informação e desinformação em grande escala. Desta maneira, ao invés de guerrilheiros ou paramilitares, a ênfase da guerra híbrida está na movimentação consciente ou inconsciente de civis, não necessariamente para manobras militares, ou melhor, mais comumente, em protestos políticos capazes de desestabilizar o adversário, o governo local. Como nas guerras não-convencionais, o objetivo é vencer o inimigo pelo seu desgaste. Apresenta-se na aparência como uma guerra civil – do povo contra o próprio povo ou o seu governo – quando em essência é operada por uma outra nação ou Estado. Esta é uma definição muito menos romântica e idealista das chamadas *Revoluções coloridas*.

No Brasil, a principal referência de estudo sobre as guerras híbridas é a tradução do livro de Andrew Korybko, “Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes” (KORYBKO, 2018). Para Korybko, o conceito de guerra híbrida não é apenas o da combinação de forças regulares e irregulares, mas híbrida pela combinação de duas táticas, as revoluções coloridas e a guerra não-convencional – a guerra convencional só seria utilizada caso os dois estágios anteriores falhassem.

A receita para derrubar um governo hostil através das Revoluções Coloridas é a seguinte: a partir da decisão de se derrubar um governo não submisso e estrategicamente localizado, inicia-se o planejamento da execução pelos múltiplos organismos como a CIA ou o Pentágono, que podem recorrer ao auxílio de instituições autônomas e privadas como os “think tanks”, que possuem pesquisas sobre as questões socioculturais ou atuação política no país-alvo para compreenderem os setores sociais, as camadas, fragilidades e interações da sociedade deste país.

O objetivo aqui é identificar fragilidades, elementos de tensão ou de fissura, vulnerabilidades que possam ser exploradas no país-alvo. Questões identitárias nacionais, por exemplo, como minorias étnicas, desigualdades regionais, aspirações independentistas, motivações religiosas ou históricas podem servir como gatilhos para a emergência das revoluções coloridas.

É parte desta fase anterior da intervenção direta o uso de mecanismos econômicos para desestabilizar o país-alvo. São largamente conhecidas e públicas a utilização de sanções econômicas pelos Estados Unidos contra países que são tratados como obstáculos aos seus interesses. Historicamente, é o caso de Cuba desde a década de 1960, do Irã mais recentemente ou de episódios temporários como na disputa comercial com a China em torno da tecnologia 5G para telefones celulares. Não há segredo que o objetivo das sanções é piorar significativamente as condições de vida da população-alvo de maneira que esta se incline favoravelmente a uma mudança de governo ou de regime.



Há, porém, outro método de sanção econômica igualmente eficiente e mais discreto, dado pelo papel dos Estados Unidos no sistema financeiro e no comércio internacional. Como potência econômica, os EUA têm imensa capacidade de interferir na balança de oferta e demanda das trocas internacionais.

Após o planejamento, inicia-se a fase de ação, seja física, com a presença de agentes em campo ou virtual, buscando simpatizantes ou dissidentes. Estejam conscientes ou não que estarão a serviço de outro país, o importante é que este primeiro grupo contatado tenha convicção do objetivo de desestabilizar e derrubar o governo local.

Essencialmente, as guerras híbridas não se movimentam no terreno institucional tradicional, como parlamentos. Parte-se do pressuposto de que a ofensiva dos Estados Unidos é uma guerra não-declarada contra outra nação. Supõe-se, assim, que não apenas o governo desta nação deva ser atingido, mas o Estado em si, no seu conjunto de instituições e funcionamento. Como seu objetivo é o “caos administrado”, o ideal é que o Estado como um todo não possa reagir ao ataque. Entretanto aqui é possível identificar uma distinção da aplicação das guerras híbridas no oriente e na América Latina. O caráter subordinado e dependente das elites locais, econômica e culturalmente, permitem que em nosso continente a ação de desestabilização conte com um apoio local já existente e não necessariamente sob o disfarce de uma nova classe política ou movimento.

Assim como os parlamentos, o poder judiciário, no caso latino-americano, pode assumir um papel central em legitimar o desfecho da Revolução Colorida e, portanto, da derrubada do governo. Em países já marcados pelo “Estado de exceção” jurídico – onde há uma lei aplicada sobre os pobres e outra (não) aplicada aos ricos, por exemplo – o uso de medidas da guerra híbrida pelo poder judiciário, o chamado *Lawfare*, a manipulação jurídica para perseguição política, pode inclusive passar despercebido ou tomada como normalidade, uma vez que a injustiça sempre foi a regra e não a exceção.

O início da Revolução Colorida se dá pela difusão de informação entre a população, segmentada ou não, através de “fábricas de consenso”, mensagens fabricadas artificialmente, cujo objetivo final, não necessariamente declarado, é a derrubada do governo. Se as mensagens são fabricadas, isso não significa que elas não possuem lastro na realidade. Ao contrário, elas são produzidas a partir de pesquisas que identifiquem questões sociais e culturais que possam mobilizar a população. O importante é que o receptor identifique-se e internalize as ideias que lhe são apresentadas, dando a impressão de que chegaram àquelas conclusões por conta própria.

Para isso, ainda que possam ser apresentadas como *fake news*, como fatos que verdadeiramente não ocorreram ou não ocorrerão, elas precisam estar lastreadas em desejos ou sentimentos correspondentes da população. Vejamos o caso da campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit. A campanha direcionou o



descontentamento e a frustração social com o desemprego e a economia para a figura dos imigrantes, anunciando que “76 milhões de turcos entrariam no Reino Unido através da União Europeia”. Detalhe: a UE não discutia em nenhum momento a entrada da Turquia no bloco.

Aqui, as redes sociais assumem um papel determinante. Através delas o núcleo da revolução colorida tanto faz a propaganda de suas ideias, quanto pode recrutar novos simpatizantes. Não há nenhuma surpresa neste aspecto. Ao contrário, seria surpreendente acreditar numa suposta neutralidade das redes sociais, afinal, por trás de sua aparência de “liberdade” e “anarquia”, de suposta “autogestão” ou “nenhum controle”, estão, na verdade, poucas empresas de tecnologia, todas sediadas nos Estados Unidos. No menor nível de gravidade, de forma muito simplista, todo aplicativo ou tecnologia tem por trás uma fonte de financiamento ou a lógica do mercado a sua frente. Em um nível muito mais grave, é fartamente conhecida a colaboração da Microsoft (proprietária também do Skype), do Facebook (proprietário também do WhatsApp e do Instagram), do Yahoo, Google e Apple em fornecer informações privadas de todos os seus usuários para o programa de espionagem massiva chamado PRISM, na notória denuncia de Edward Snowden.

Ainda que o objetivo final das revoluções coloridas seja a derrubada do governo, as mensagens que ela propaga não podem ser unicamente agressivas. Em primeiro lugar, elas devem ser suficientemente genéricas para aglutinar outros simpatizantes. Assim, estas “revoluções” se movem em torno de temas muitas vezes universais ou incontestáveis, por exemplo, “por democracia”, “pela liberdade” ou “contra a corrupção”. As bandeiras genéricas cumprem o papel tanto de aglutinar outros setores mais distantes do núcleo ideológico, quanto de oferecer uma pauta de reivindicação que é impossível de ser atendida pelo governo atacado. Como mesurar se um governo concedeu “a liberdade” ou se “a corrupção acabou”? Isso é determinante ainda para garantir que o movimento esteja permanentemente ou continuamente mobilizado, já que suas bandeiras jamais serão atendidas integralmente.

Coincidentemente, estas técnicas remontam ao fascismo. Não à toa, o fascismo é também um fenômeno político dirigido pelo capital financeiro e alimentado pelas frustrações dos setores médios, da pequena burguesia, a chamada “classe média” em seu temor constante pela proletarização. O fascismo apresenta-se com uma máscara “modernizadora” que esconde um conteúdo social conservador, com um pragmatismo radical sustentado por mitos irracionalistas. Expressa-se ainda num culto à ação combinado com a recusa à razão, onde este predomínio da ação é antes de mais nada a negação a pensar ou refletir. Como afirma Umberto Eco, “todos os textos escolares nazistas ou fascistas baseavam-se em um léxico pobre e em uma sintaxe elementar, com o fim de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico” (ECO, 2016). Para evitar a reflexão, é necessário combater e omitir as contradições, ao mesmo tempo em que se produz uma identidade mínima, suficiente para garantir a



unidade do movimento, como a nacionalidade, apresentada como um valor superior a qualquer indivíduo. De maneira que combater o movimento é também combater “a Nação”.

Disseminadas as mensagens, o passo seguinte da revolução colorida é a mobilização. Obviamente, qualquer revolução necessita de financiamento. Neste caso, as Organizações Não-Governamentais e *Think Tanks* ligados ao governo ou aos interesses dos Estados Unidos são imprescindíveis para fornecer o abastecimento financeiro externo, inclusive para o caso de interrupção pelo governo-alvo de outras fontes locais que o movimento tenha, por exemplo, através de bloqueios de contas ou prisão de financiadores. Como já citado, estas organizações supostamente independentes estão envolvidas na construção da desestabilização desde seus estágios iniciais. São elas as responsáveis tanto por fornecer dados da realidade local, que serão utilizados para a escolha dos métodos psicológicos e conteúdo de propaganda mais adequados, quanto por recrutar e formar os ativistas seja através de financiamento de pesquisas, bolsas, organização de cursos, seja legitimando determinadas ideias nos meios de comunicação.

Tanto na fase de disseminação das mensagens, do treinamento pelas ONGs e *Think Tanks*, quanto da mobilização, este movimento se estruturara organicamente em três níveis. No centro, está o núcleo ideológico, a vanguarda, o pequeno grupo dirigente, altamente comprometido com o objetivo de derrubada do governo. Este núcleo dialoga com a massa dos participantes através de um segundo nível, uma esfera intermediária, formada por ativistas também comprometidos com a causa, mas com menor acesso a informações do núcleo. Eles são a “cara” do movimento, os porta-vozes, os responsáveis por representá-lo para as massas. Porém, uma vez que eles não integram o núcleo central, caso seja necessário, individualmente eles podem ser substituídos, descartados ou sacrificados. Como destaca Korybko, em grande número, eles são poderosos e de valor, individualmente, não passam de um mero peão (KORYBKO, 2018, 119). São eles que recebem treinamento e são responsáveis pelas mídias sociais. O terceiro nível é dos participantes em geral, a massa, consciente ou inconsciente dos verdadeiros objetivos do núcleo ideológico.

O desencadeador da Revolução Colorida é “O Acontecimento”. Para Korybko (*idem*, 125), esse “Acontecimento” deve ser controverso e polarizador (ou ao menos retratado dessa maneira) e liberar toda a energia acumulada do Movimento. É o “chamado a público” do Movimento e é o gatilho da Revolução Colorida. Exemplos de “acontecimentos” são resultados eleitorais, aprovação de leis controversas, medidas impopulares do governo, prisão de um líder de oposição, etc. Esse acontecimento pode ser “espontâneo” ou fabricado. Por exemplo, o suicídio do vendedor de frutas Mohamed Bouazizi, que ateou fogo ao próprio corpo como protesto contra a pobreza e a corrupção desencadeou a Primavera Árabe na Tunísia. O importante é que antes dele a fase da disseminação de informação tenha sido bem-sucedida. Já a infraestrutura social do movimento pode já estar organizada antes do



“acontecimento” ou se fortalecer a partir dele. Ainda segundo Korybko, não importa se esses acontecimentos ocorreram de verdade ou não, o que importa é como eles são percebidos, retratados e narrados para o público em geral. As alegações são mais importantes do que as provas para catalisar um acontecimento. A ação das revoluções coloridas pode ainda receber ou não apoio das mídias tradicionais, de acordo com o contexto e a propriedade destas em cada país.

Este acontecimento ou a mobilização da Revolução Colorida precisa ainda ocupar um lugar simbólico – uma praça, a sede de uma instituição, uma avenida – constituindo uma espécie de quartel-general público do movimento. Ainda que este movimento se apresente como espontâneo, de imediato ou em seguida, necessitará de uma infraestrutura física, como palco ou barracas. A ocupação é importante para criar o fato midiático, mas também para atrair novos simpatizantes. Se for ilegal, já oferece o pretexto para a confrontação com as forças oficiais. A presença de celebridades e shows também é importante para atração de jovens para o movimento, assim como o caráter de “informalidade” e de camaradagem, como um acampamento ou um festival de música. Em seguida, vêm os apoios internos – de celebridades ou de políticos de oposição – e externas, internacionais, motivadas por campanhas também de redes sociais ou da apresentação do movimento no exterior por suas bandeiras genéricas, como democrático ou pela liberdade.

A duração do movimento é indeterminada a priori, mas deve-se estendê-lo tempo suficiente para desgastar gradualmente o governo-alvo, alimentando a instabilidade política, até que seu desfecho ocorra pela ação institucional (um golpe parlamentar), militar (um golpe de estado como no Egito) ou insurrecional. Na pior das hipóteses, a criação do caos e a instabilidade política interna são suficientes para impedir que o governo-alvo tenha condições de esboçar uma reação ofensiva, mantido permanentemente nas cordas.

Caso, a Revolução Colorida falhe, aí inicia-se o segundo estágio, o da guerra não-convencional. Seja pela ação paramilitar de guerrilhas urbana ou rural. Este é o caso da Bielorrússia, do Uzbequistão, da Síria e da Ucrânia.

Portanto, combinando as medidas indiretas e do uso determinante de tecnologias, o governo hostilizado tem diante de si um adversário complexo e imprevisível, porque utiliza métodos flexíveis e ataca em diferentes campos (a mobilização nas ruas, as redes sociais, a mídia) simultaneamente e trazendo a disputa para o campo subjetivo e simbólico. Assim como adota formas não-institucionais, como um movimento ao invés de um partido, que dificultam a reação nos termos institucionais para este governo.

O Manual para Guerras Não-Convencionais das Forças Especiais dos Estados Unidos é bem claro: “O objetivo dos esforços dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos”. O que classifica um país como “potência hostil” e, portanto, um



possível alvo da aplicação da guerra híbrida? Basta não se alinhar de forma subordinada aos Estados Unidos.

Obviamente, há países em que os conflitos com os Estados Unidos são evidentes e insolucionáveis, na medida que não podem ser equacionados para os estadunidenses se não pela transformação total do país ou do regime, como são os casos de Cuba e do Irã. Porém, como citado ao longo deste capítulo, a disputa central da economia e da geopolítica deste século se dará entre Estados Unidos e o bloco liderado pela China e Rússia. Daí, a aplicação das guerras híbridas na periferia destes países, como Ucrânia ou Hong Kong, ou nas áreas de influência do traçado da Nova Rota da Seda, envolvendo do sul da Ásia, norte da África à Europa Central.

Na América Latina, entretanto, a aplicação do modelo das guerras híbridas implica ainda em outras especificidades. Na América Latina, a identidade de interesses entre os EUA e as classes dominantes locais é um elemento estrutural, construído em mais de um século de colaboração estreita e raízes que remontam ao período colonial e à própria gênese dessas formações sociais. A rejeição aos governos progressistas latino-americanos pelas classes dominantes é, no mínimo, tão intensa quanto a rejeição que esses governos inspiraram da parte dos EUA. Assim, não se pode dizer simplesmente que o imperialismo estadunidense encontrou aliados locais para levar adiante seus planos de revolução colorida e guerra híbrida. A relação entre Império e classes dominantes locais é carnal e dispensa a intervenção direta do “patrão do Norte”. Quando a oposição local é incapaz de dar conta da tarefa, aí sim os Estados Unidos são obrigados a ter protagonismo direto. Ainda que tivemos ensaios de “revoluções coloridas”, mesmo que não plenamente realizadas dessa tática desestabilizadora, e salvo o caso venezuelano, as guerras não-convencionais estão bastante fora do nosso cenário atual. Por isso, a aplicação da guerra híbrida na América Latina se constitui com mais frequência como um “golpismo 2.0”, com o uso da mídia, da institucionalidade, com a mídia, com a judicialização da política e politização do Judiciário (*lawfare*).

O caso brasileiro

Em que momento o Brasil se tornou alvo das guerras híbridas? Segundo Andrew Korybko, foi a descoberta do petróleo na camada de Pré-sal que despertou os radares estadunidenses e iniciou uma ofensiva contra a Petrobrás e o governo brasileiro, em disputa por esta reserva energética¹³. Porém, o Brasil já poderia ser considerado hostil aos interesses dos Estados Unidos anteriormente, quando se posicionou contrário a Área de Livre Comércio das Américas, à Guerra do Iraque, quando ensaiou uma política externa soberana e estabelecendo pontes com a África

13 Brasil de Fato. 2018. "Agentes externos provocaram uma "guerra híbrida" no Brasil, diz escritor".19/10/2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/agentes-externos-provocaram-uma-guerra-hibrida-no-brasil-diz-escritor/>> Acessado em: 30 maio 2021.



ou Arábia, mas principalmente com os movimentos que resultaram na formação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), isolando os Estados Unidos na Organização dos Estados Americanos (OEA), e nos BRICS, ensaio de um novo polo hegemônico internacional.

Se considerarmos a cumplicidade das classes dominantes latino-americanas como uma das especificidades da guerra híbrida em nosso continente, torna-se ainda mais difícil datar o momento de ataque híbrido. A subordinação das elites brasileiras aos Estados Unidos remonta provavelmente desde a proclamação da República e não seria equivocado afirmar que a vassalagem aos EUA é parte do DNA de nossas elites. Enredos semelhantes a guerras híbridas podem ser encontrados, por exemplo, no aparato civil e paraestatal montado pelo General Golbery do Couto e Silva para a batalha ideológica e, em seguida, para o golpe que derrubou o governo democraticamente eleito de João Goulart. Da mesma maneira, o uso de instituições de acordo com os humores dos governantes e violando a própria “institucionalidade” foi marca de todo período militar, como na ação farsesca dos tribunais militares, na aplicação dos Atos Institucionais, etc.

Se saltarmos no tempo, mais recentemente, na cobertura midiática e suas consequências políticas, é possível identificar técnicas semelhantes às das guerras híbridas no tratamento da Ação Penal 470, chamada de “Mensalão” pela imprensa, especialmente o *lawfare*.

Por mais evidentes que sejam os usos de tecnologias e redes sociais a serviço de sua eleição, além da cumplicidade empresarial, militar e judiciária, a eleição de Jair Bolsonaro não pode ser considerada como “guerra híbrida”, uma vez que não há governo a ser deposto, mas, ao contrário, uma continuidade que precisaria ser garantida. Porém, os diversos fatores que levaram à eleição de Bolsonaro certamente aproveitaram ou foram potencializados pela aplicação das técnicas de guerras híbridas no Brasil.

Desta forma, se considerarmos as técnicas de guerras híbridas, em senso estrito, é no golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff que encontramos sua aplicação plena¹⁴. Neste caso, o episódio de tão expressivo se torna ilustrativo.

Como dito, é difícil precisar a partir de que momento se decide que o país seria alvo da desestabilização pelas técnicas de guerras híbridas. Se considerarmos a necessidade de um ambiente de fragilidade é possível imaginar que tenha se dado no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando os efeitos da crise econômica internacional, vindos desde 2008, sentiam-se mais fortes no país. O resultado das

14 Há inúmeras discussões se as manifestações ocorridas em 2013, a partir dos protestos pelo preço das passagens em São Paulo e irradiadas ao restante do país já seriam parte da aplicação das guerras híbridas. Suponhamos que tenham sido, ainda assim seria apenas um julgamento inócuo e esvaziado. Só demonstraria que uma vez confrontada com a força destas ações, a esquerda e o governo não souberam se preparar para quando a guerra híbrida deixou de ser um balão de ensaio e se tornou efetiva: 2016.



eleições presidenciais de 2014 sinalizavam um descontentamento de parte significativa da população e a ação antidemocrática das classes dominantes em reconhecerem os resultados eleitorais foram suficientes para dar início ao golpe.

Em um dos flancos, se movimentaram os mecanismos econômicos. Desde a década de 1980, antes mesmo do fim da ditadura militar, grupos econômicos já se organizam em institutos de pesquisas cujo objetivo é influenciar nas discussões da sociedade e nas políticas do Estado, os chamados *think tanks*¹⁵. No início deste século, formou-se o Instituto Millenium, reunindo os principais setores da mídia, do pensamento neoliberal na economia e das grandes empresas em atuação no Brasil. O Millenium, assim como o Instituto Mises, o Instituto Liberdade e o Students for Freedom (de onde surge, o Movimento Brasil Livre)¹⁶ é vinculado a uma rede de Organizações Não-Governamentais e *Think Tanks* chamado Atlas Network, que atua na organização, capacitação e financiamento de movimentos e institutos conservadores internacionalmente. Vários destes movimentos e institutos que se apresentam como “nova direita” também receberam suporte do Cato Institute e outras organizações vinculadas aos irmãos Koch, empresários da área petroleira, que igualmente financiam ações conservadoras em todo o mundo, como o Tea Party, o movimento de extrema-direita do Partido Republicano estadunidense.

Em outro flanco, movimentaram-se os atores tradicionais. Como mencionado anteriormente, as guerras híbridas não utilizam normalmente ferramentas institucionais, como parlamentos. No caso latino-americano, o parlamento, abrindo o processo de impeachment, alimentando e sendo alimentado pelas manifestações de ruas, e o judiciário, de onde emergiu a Operação Lava-Jato, foram determinantes para criar a instabilidade política que tomou conta do cenário em 2016¹⁷.

Estes movimentos encontram facilmente a sua base social na chamada “classe média”, cujo comportamento ideológico se move pelo medo da proletarização e, ao mesmo tempo, pelo desejo da ascensão. O risco da proletarização, de uma queda social e econômica, é o gatilho que aciona – por meio do discurso de crises institucional, política, econômica, social – a adesão das classes médias a projetos conservadores e reacionários.

Como citado anteriormente, no episódio do “mensalão”, as ideias que se configuraram como um “antipetismo” ou “antiesquerdismo” já estavam sendo disseminadas há mais tempo e procuravam associar o Partido dos Trabalhadores à

15 Sobre a ação destes *think tanks*, ler Casimiro, Flávio Henrique Calheiros. 2018. A Nova Direita no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

16 Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil> Acessado em: 30 maio 2021.

17 A Operação Lava Jato, por si só, merecia uma detalhada análise. Uma vez que ela envolve ação de um grupo da elite que utilizam sua posição como operadores do direito para perseguir politicamente um grupo político, no caso do ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores. Combinam a ideologia conservadora neopentecostal e espírita, o elitismo do direito, as técnicas do lawfare e o apoio midiático para realizarem seu projeto político de apropriação do Estado.



corrupção e à ideia de que os direitos ou políticas públicas criadas ou garantidas eram ou custosas e pesadas ao Estado ou ainda violariam uma suposta meritocracia, como uma fraude na competição em capitalista, em que “menos capazes” estariam recebendo “privilégios”. Outras características ideológicas dos discursos dos grupos que protestaram pelo Impeachment da presidenta Dilma Rousseff incluíam ainda um anticomunismo, frequentemente nacionalista, que vincula os governos petistas a uma estratégia internacional “bolivariana”; a ideia de que estes governos “produziram” uma luta de classes entre “ricos e pobres”, quando a verdadeira luta deveria ser entre “todos nós pagadores de impostos” contra o “Estado que nos expropria”, num raciocínio que associa a ineficiência na gestão pública, a corrupção e o aumento dos gastos sociais e que converge para uma defesa do liberalismo: é o Estado grande e protetor que cria indivíduos parasitários, ineficientes e dependentes de bolsas e assistencialismos (CAVALCANTE, 2015).

Neste movimento peculiar, a contradição entre capital e trabalho é parcialmente apagada e substituída por um sentimento de superioridade do trabalho não manual conquistado por mérito individual, especialmente nas funções técnico-científicas, potencializada pela herança escravocrata, reproduzida pela defesa de valores meritocráticos e privilégios de classe “naturalizados”, combinados com uma aversão conservadora à massa “ignorante e preguiçosa”, “complacente” com a corrupção ou “comprada” pelo governo (BASTOS, STÉDILE e BÔAS, 2018). Estas ideias estariam plenamente amadurecidas nas eleições presidenciais de 2018.

As tecnologias de redes sociais são determinantes neste processo de duas maneiras. Primeiro, como mecanismo de espionagem. Em junho de 2013, o ex-agente da National Security Agency (NSA) Edward Snowden denunciou o sistema de espionagem massivo de países e cidadãos por este órgão estadunidense. Entre os casos, estavam os grampos contra a presidenta Dilma Rousseff e a Petrobrás. E de repente, inesperadamente, um juiz regional, Sergio Moro, baseado em uma única fonte – uma operadora de câmbio no mercado negro – teve acesso a um grande despejo de documentos da Petrobras (DE SOUZA, 2019). Apesar das recomendações de seguranças feitas pelo próprio Snowden, mais uma vez Rousseff foi grampeada, agora em 2016. Ilegalmente, numa ação combinada entre Sérgio Moro, a Polícia Federal e a Rede Globo, uma conversa entre Dilma e Lula foi vazada de forma manipulada – como confirmaram as denúncias dos vazamentos de mensagens entre Moro e os procuradores da Lava Jato¹⁸ – e que provocaram manifestações supostamente “espontâneas” contra a nomeação de Lula como ministro. Este é um dos episódios que pode ser utilizado como “o acontecimento”, o gatilho que desperta novas manifestações, uma vez que manipulava as informações para justificar a tese da Lava Jato de que a nomeação de Lula pretendia apenas conceder Foro privilegiado.

18 Reportagem “Moro escondeu gravações para impedir posse de Lula como ministro de Dilma em 2016”. Publicada no Brasil de Fato em 08/09/2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/08/vaza-jato-moro-escondeu-gravacoes-para-impedir-posse-de-lula-como-ministro-de-dilma/>> Acessado em: 30 maio 2021.



Por outro lado, as redes sociais, em especial o Facebook e o Twitter eram utilizadas para potencializar as mensagens dos grupos pró-impeachment, de aglutinar e recrutar novos integrantes e manter “a animação da tropa”. Além disso, o golpe de 2016 introduziria definitivamente um mecanismo que, mais tarde, seria conhecido como *fake news*, a dispersão de notícias falsas. Segundo levantamento do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da USP, três das cinco reportagens mais compartilhadas por brasileiros no Facebook, durante a semana do impeachment, eram falsas. Em 2018, este método ganharia definitivamente o terreno do Youtube e principalmente do WhatsApp, facilitado pelo “anonimato” no rastreamento das interações que esta ferramenta permite.

Como nas revoluções coloridas, além do “o acontecimento”, as manifestações também construíram seus lugares simbólicos – no caso de São Paulo, a avenida Paulista, tendo como uma das referências o prédio da Federação das Indústrias do estado, a Fiesp, e seus patos infláveis que se tornaram símbolos das manifestações. Outro símbolo eram as camisetas da seleção brasileira de futebol, reivindicando supostamente os maiores símbolos de identidade nacional, as cores verde e amarelo e o futebol como expressão do país. Como alerta Mateus de Souza, a escolha da camiseta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) denuncia a predileção do privado ante o público, típico da ideologia neoliberal e demonstra um nacionalismo sazonal e oportunista. Sazonal, porque só se manifesta a cada quatro anos nas Copas (masculinas). Oportunista porque muitos daqueles não perdem a oportunidade por demonstrar sua devoção às culturas estadunidense e europeia e ojeriza à cultura nacional. Como se não bastasse, optaram por lutar contra a corrupção adotando como símbolo a camiseta de uma instituição que coleciona irregularidades e denúncias por... corrupção.¹⁹

O tema da corrupção – e seu combate associado diretamente como a defesa da democracia – é exemplar no papel narrativo que se deve cumprir na guerra híbrida, afinal ninguém pode se dizer favorável à corrupção, ao mesmo tempo em que sua pauta é impossível de ser cumprida – como se comprova que a corrupção foi erradicada do país?

Como se sabe, a aplicação destas técnicas foi bem-sucedida em 2016, consolidando institucionalmente o golpe que afastou Dilma Rousseff da presidência. Seus mecanismos continuaram em movimento, em especial em 2018, quando levaram à prisão de Lula e ao impedimento de sua candidatura à presidência, assim como no alargamento da candidatura Jair Bolsonaro. O essencial foi cumprido: um governo hostil à política estadunidense foi, ao final de dois anos, substituído por um governo completamente alinhado e subordinado, cujo projeto econômico envolve a total privatização das empresas estatais, a entrega de recursos naturais como o petróleo e

19 Conferir o artigo “A Revolução Canarinho”, de Mateus Mendes de Souza, no Brasil 247, de 11/07/2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/a-revolucao-canarinho>> Acessado em: 30 maio 2021.



de espaços geopolíticos estratégicos como a Base de Alcântara. Não à toa, em seu segundo encontro com Donald Trump, Bolsonaro lhe dedicou todas as palavras que conhecia em inglês: “I love you”.

Conclusão

As guerras híbridas combinam as mais avançadas tecnologias de comunicação e redes sociais com técnicas sofisticadas de psicologia, são utilizadas pela maior potência ocidental para desestabilizar quaisquer oposições ao seu projeto e para isso utilizam de volumosos recursos financeiros e da cumplicidade de setores civis do próprio país-alvo. Isto torna a guerra híbrida e seus agentes invulneráveis? De forma alguma. Como demonstra a resistência venezuelana a todas as expressões destas técnicas, inclusive a capacidade em impedir tanto a ação paramilitar não-convencional, quanto a passagem para a guerra convencional.

Portanto, em primeiro lugar, a guerra híbrida não é invencível e nem absolutamente eficaz. Segundo, e tão importante quanto a primeira afirmação, não se vence ou se anula a guerra híbrida reproduzindo os seus métodos. Tomemos o caso brasileiro. A maior parte das análises da vitória de Jair Bolsonaro concentraram-se em seu discurso protofascista – em todas as duas dimensões homofóbicas, misóginas, belicistas, etc. – e no uso de redes sociais como plataformas de engajamento e de disparos de *fake news*. Muitos acreditam que bastaria inverter o sinal, trocar o conteúdo. Há uma dimensão ética e moral neste equívoco, sem ingenuidades e nem purismos, mas chegar ao poder com uma plataforma baseada em mentiras forma que tipo de base social e que formas de relação de poder? É possível construir um projeto de emancipação humana construído com métodos do opressor? Se a intenção é apenas o governo pelo governo, o poder pelo poder, sem perspectivas de transformação, a resposta é sim.

Há, porém, uma outra dimensão que é a da própria tecnologia. O pesquisador bielorusso Evgeny Morozov, em uma análise refinada e densa, demonstra que estas tecnologias são uma espécie de sanção ao neoliberalismo, em que o cidadão é substituído pelo indivíduo, produzindo um “encolhimento de nossa imaginação política”, onde o fim da privacidade pelo mercado de algoritmos e dados leva ao fim da governabilidade pelas instituições como conhecemos. Para ele, as novas tecnologias estão matando a política. Não se trata de forma alguma de uma distopia como vimos nos exemplos das eleições brasileira, norte-americana e do Brexit. Não é surpreendente que seja assim, surpreendentes são as expectativas de radicalização da democracia pela tecnologia. Afinal, o acelerado desenvolvimento técnico e tecnológico dos últimos séculos é resultante diretamente da necessidade do capitalismo em produzir ininterruptamente mercadorias buscando incessantemente a redução de seus custos. De forma mais simplista, todo aplicativo ou tecnologia tem por trás uma fonte de financiamento ou a lógica do mercado à sua frente. De maneira que é ingênuo



acreditar que corporações como Facebook, Google, Microsoft – que participam de sistemas de vigilância em massa do governo estadunidense – tolerariam a ações contra-hegemônicas em suas plataformas. Vide por exemplo o cancelamento de todas as contas dos governos cubano e chinês no Twitter.

Isto não significa que a luta política deva prescindir do uso de tecnologias, na mesma proporção, em que atribuir somente a elas o sucesso de movimentos ou partidos, de esquerda ou direita, seja exagerado. A saída está justamente nas ruas, construindo novas culturas políticas que impeçam a transformação de cidadãos em indivíduos, reconectando os sentidos de comunidade através da solução concreta dos problemas estruturais.

Assim, é parte do combate às guerras híbridas denunciar e desvelar seus mecanismos e ações. Mas a principal maneira de combatê-las é preventiva. Quanto mais coesa, organizada e consciente seja uma base social, menores os efeitos da guerra híbrida sobre esta população. Não se vence a guerra híbrida no momento de sua aplicação pelo inimigo, mas anteriormente, construindo bases sociais sólidas. Por bases sociais sólidas entenda-se espaços de comunicação e produção de conteúdo, de formação política e educação popular, de agitação e propaganda e, principalmente, de organização e mobilização.

REFERÊNCIAS

ATLAS NETWORK. **Over 500 partners in almost 100 countries around the globe.** Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners>> Acesso em: 30 maio 2021.

BASTOS, Manoel; STÉDILE, Miguel; VILLAS BÔAS, Rafael. **Indústria Cultural, a antessala do fascismo brasileiro.** Perseu: História, Memória e Política, 2018, 16: 59–80. <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/284>> Acesso em: 30 maio 2021.

BONAPARTE, Luigi. **A guerra.** Traduzido por Maria Tereza Buonafina e Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BRASIL DE FATO. Moro escondeu gravações para impedir posse de Lula como ministro de Dilma em 2016. Brasil de Fato. 08/09/2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/08/vaza-jato-moro-escondeu-gravacoes-para-impedir-posse-de-lula-como-ministro-de-dilma/>> Acesso em: 30 maio 2021.

CAVALCANTE, Sávio. 2015. **Classe média e conservadorismo liberal.** Em *Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* Velasco e Cruz, S.; Kaysel, A.; Cudas, G. (Orgs.). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo. Pp. 177-196. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906042027/pdf_1132.pdf> Acesso em: 30 maio 2021.

CASIMIRO, Flávio. **A Nova Direita no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SOUZA, Mateus. **Revoluções coloridas e o golpe no Brasil em 2016.** *Revista Terra Livre*, 2019, número 2 (51), pp. 16–53. Disponível em:



<<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1519/1396>>

Acesso em: 30 maio 2021.

_____. **A Revolução Canarinho**. Brasil 247, de 11/07/2019. Disponível em:

<<https://www.brasil247.com/blog/a-revolucao-canarinho>> Acesso em: 30 maio 2021.

UMBERTO, Eco. 2016. **14 lições para identificar o neofascismo e o fascismo eterno**.

Opera Mundi. 21 de fevereiro de 2016. Disponível em:

<<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/43281/umberto-eco-14-licoes-para-identificar-o-neofascismo-e-o-fascismo-eterno>> Acesso em: 30 maio 2021.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas. Das revoluções coloridas aos golpes**. Trad.

Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCENA, Eleonora; LUCENA, Rodolfo de. **Agentes externos provocaram uma "guerra**

híbrida" no Brasil, diz escritor. Brasil de Fato. 19 out. 2018. Disponível em:<

<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/agentes-externos-provocaram-uma-guerra-hibrida-no-brasil-diz-escriptor> > Acesso em: 30 maio 2021.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política**. Trad.

Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PRASHAD, Vijay. **Nas Ruínas do presente**. Trad. Matheus Saldanha Duarte. Instituto

Tricontinental de Pesquisa Social, 2018.

SAINT-PIERRE, Héctor. 2000. **A política armada: fundamentos da guerra**

revolucionária. São Paulo: Editora UNESP.



JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS NO CENÁRIO PANDÊMICO: A COBERTURA FEITA PELA COSECHA ROJA E A PONTE JORNALISMO

Fausto Salvadori²⁰

Patrícia Paixão²¹

Introdução

Foi na Europa, com a Revolução Francesa e a luta pela destituição dos poderes da aristocracia e do regime absolutista, que nasceu o jornalismo de fato, capaz de fazer ressoar diferentes demandas da sociedade, em especial seus direitos fundamentais. Ali, ao lado da bandeira da liberdade de imprensa, inicia-se o vínculo entre o jornalismo e os direitos humanos e a chamada esfera pública, que o sociólogo alemão Jürgen Habermas (2014) define como uma arena de discussões em que os assuntos de interesse geral, que passam a ser repercutidos pela imprensa, são debatidos pela população, condição essencial para a pressão do poder público e uma efetiva democracia.

Passados mais de dois séculos, vemos a defesa dos direitos humanos explícita no inciso I, do Art. 6º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Mas quando analisamos o perfil dos que comandam os oligopólios midiáticos do país, as demandas de setores elitistas comumente priorizadas por esses grupos e a forma muitas vezes estereotipada e distorcida como segmentos sociais historicamente explorados aparecem em suas narrativas, percebemos que o poder mediador do jornalismo e sua natureza social estão longe de ser efetivados por aqui. E essa é uma realidade secular e não só nossa. Ela está presente em diversas pátrias-irmãs do território latino-americano.

Enquanto os jornais da Revolução Francesa serviam como caixa de ressonância de diferentes ideias, os pioneiros impressos brasileiros, surgidos no século XIX, ou reproduziam os interesses da Coroa Portuguesa ou defendiam a emancipação em relação à Metrópole, sob a ótica da elite agrária, ignorando completamente as demandas dos povos indígenas, da população negra, das mulheres e dos mais pobres.

Como bem destacou o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1975), ao tratar dos efeitos da implantação tardia do capitalismo em nossa sociedade, tivemos uma “Modernidade peculiar” e, por consequência, um jornalismo também diferente, já que a imprensa é uma das instituições marcantes da Modernidade. A Independência de 1822, apesar de ter quebrado a relação contratual Colônia-Metrópole, não

²⁰ Diretor e cofundador da Ponte Jornalismo, veículo digital brasileiro que cobre temas ligados à segurança pública, à justiça, aos direitos humanos e ao aparelho repressivo do Estado. Endereço do veículo: www.ponte.org

²¹ Jornalista, professora de Jornalismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP), com pesquisa na área de comunicação contra-hegemônica.



substituiu a economia colonial pela economia competitiva capitalista. A ordem servil-escravocrata da economia colonial e todos os privilégios a ela ligados foram mantidos. Tivemos uma Revolução Burguesa “sabotada”, que não gerou uma verdadeira independência. O jornalismo, como filho do capitalismo e da ascensão da burguesia, nasceu aqui em outras condições. Os meios de comunicação na América Latina ocuparam desde sempre o lugar das mediações sociais (CANCLINI, 2006). As frações da população africanas, indígenas e mestiças permaneceram alijadas da esfera pública, já que nossos jornais não as enxergavam.

Até hoje percebemos esse fato quando observamos que na cobertura de um massacre de moradores periféricos, como a que ocorreu em Jacarezinho, no Rio, em 6 de maio de 2021, o portal do maior grupo de comunicação do Brasil, o G1 (das Organizações Globo), em vez de destacar a ação violenta e abusiva das forças policiais, que fere o direito humano à vida, prefere ressaltar a ficha criminal das pessoas que foram mortas no confronto, como se isso justificasse as mortes. É o que vemos no título “Lista de mortos no Jacarezinho: 25 tinham ficha criminal e há provas contra os outros 2, diz polícia”²². Também observamos nesse caso um privilégio à versão da fonte oficial em detrimento das vozes dos moradores da comunidade, que, além de não terem seus contares considerados, acabam sendo estereotipados, com esse tipo de abordagem generalista e irresponsável que os criminaliza.

No entanto, como demonstram os pesquisadores Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004), ao fazerem uma análise sobre a aplicação do conceito de esfera pública na América Latina²³, os públicos secularmente ignorados têm se posicionado cada vez mais, na contemporaneidade, para terem participação na arena de debates nacional, denunciando sua exclusão e pressionando o Estado a ouvir suas demandas. E é nesse sentido que ganham força a cada dia iniciativas jornalísticas que buscam denunciar essa exclusão, expondo o desrespeito aos direitos humanos das mulheres, da população periférica, da população negra, dos povos originários, da comunidade LGBTQIA+, dentre outros segmentos sociais. Não que esses veículos só estejam surgindo nas últimas décadas. Na verdade, nos séculos XIX e XX observamos em diferentes países latino-americanos iniciativas de comunicação contra-hegemônica, que procuraram dar visibilidade às pautas de grupos oprimidos e/ou injustiçados, como a imprensa operária, a imprensa feminista, a imprensa negra e a imprensa de resistência à ditadura militar.

Mas, afinal, o que é *comunicação contra-hegemônica*? Para respondermos a essa questão é preciso, antes, entendermos os conceitos de *hegemonia* e *contra-hegemonia*. Hegemonia, segundo a teoria do filósofo italiano Antonio Gramsci, é “a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que

²² Disponível em: < [Lista de mortos no Jacarezinho: 25 tinham ficha criminal e há provas contra os outros 2, diz polícia | Rio de Janeiro | G1 \(globo.com\)](#) > Acessado em: 16 jun. 2021.

²³ No artigo “Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina”.



não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe” (GRUPPI, 1978, p. 70).

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças que estão no poder (GRUPPI, 1978, p. 70).

Já o conceito de contra-hegemonia se constrói exatamente no “contraste” destacado por Gruppi, ou seja, nas forças que tentam provocar uma crise nas formas dominantes de poder. O sociólogo Raymond Williams foi quem formulou esse conceito, a partir da teoria gramsciana.

[a hegemonia] deve ser continuamente renovada, recriada e redefinida. Da mesma forma, é continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada, por pressões que de forma alguma são suas. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática [...]. A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade. (WILLIAMS, 1979, p. 115-116).

As ações contra-hegemônicas apresentam pensamentos e concepções de mundo alternativas, para combater as “racionalidades hegemônicas, vislumbrando o presente como passível de ser alterado” (MORAES, 2016, p. 22). Portanto, podemos considerar como *comunicação contra-hegemônica* toda iniciativa de comunicação que se apresente como uma alternativa às formas hegemônicas de comunicação, e que contribua para a libertação de um sistema de opressão operado pelas forças que estão no poder.

A criação de uma hegemonia alternativa se dá pela conexão de múltiplos caminhos de luta.

A ênfase de Gramsci na criação de uma hegemonia alternativa, pela conexão prática de muitas formas diferentes de luta, inclusive as que não são facilmente identificáveis como “políticas” e “econômicas”, e na verdade não o são primordialmente, leva assim a um senso muito mais profundo e ativo da atividade revolucionária numa sociedade altamente desenvolvida do que os modelos persistentes abstratos, derivados de situações históricas muito diferentes. As fontes de qualquer hegemonia alternativa são, na verdade, difíceis de definir. (...) A qualquer momento, formas de política e cultura alternativa, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos da sociedade (WILLIAMS, 1979, p.114-116).



A novidade observada nos últimos anos concentra-se na visibilidade e na capacidade de gerar impacto das iniciativas contra-hegemônicas de comunicação contemporâneas, rompendo a tradição de muitos desses veículos falarem para grupos limitados. Esse aumento de visibilidade tem potencial para provocar a crise nas formas hegemônicas de comunicação, que pouco contemplam a perspectiva dos direitos humanos.

A ampliação do alcance desses meios ocorre, porque eles se aliaram a um outro fenômeno recente, que é a expansão dos veículos digitais, graças à implementação da internet e ao avanço das NTICs (Novas Tecnologias de Comunicação e Informação). As novas tecnologias baratearam os custos de distribuição de informação: sem a necessidade de gastar com a impressão de milhares de exemplares de papel ou com a transmissão de ondas via satélite, hoje qualquer veículo digital tem o potencial de estar disponível a qualquer pessoa do planeta conectada à internet. Aproveitando-se disso, na América Latina a criação de veículos jornalísticos nativos digitais teve início em 1998 e ganhou impulso a partir de 2010, conforme Breiner (2017) — década em que, por sinal, surgiram os dois meios sobre os quais falaremos adiante.

Mas não só o fator tecnológico influenciou na expansão da mídia contra-hegemônica. Natália Vinelli, pesquisadora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, no artigo *Nuevos Escenarios de la Comunicación Alternativa en lo que va del siglo XXI*²⁴, cita alguns acontecimentos-chave dos primeiros momentos do século XXI que, somados a uma tendência progressista na América Latina, revitalizaram a comunicação alternativa na região:

El primero arranca con el cambio de milenio, y se expresa en la coronación de las luchas contra la hegemonía neoliberal, con énfasis en las jornadas de diciembre de 2001 en la Argentina y en la resistencia al intento de golpe de Estado en Venezuela en 2002. El segundo tiene como punto de partida el debate y la sanción de la ley 26.522 de Servicios de Comunicación Audiovisual, prologada por las discusiones generadas en torno a las patronales del agro. Pero estas corrientes convivieron con otras: las clásicas de la izquierda y otras que progresivamente se nutrieron de las propuestas de la Revolución Bolivariana y de las nociones de poder popular, que recuperaron la tradición del nacionalismo y la Revolución Cubana, y permitieron conectar con los progressismos de la región leyendo la historia de las décadas pasadas. La conflictividad social y el cuestionamiento del papel de los medios de comunicación sobre la subjetividad alimentaron la creación de medios populares. (...) Los medios alternativos que se multiplicaron en esos primeros años de los 2000 en nuestro país tuvieron en común un reconocimiento de sí mismos como espacios de organización político cultural. (VINELLI, 2018, online).

²⁴ Publicado em dezembro de 2018, no número 74 da revista *Voces en el Fénix*. Disponível em: <https://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/numero_pdf/fenix74%20baja.pdf> Acessado em: 16 jun. 2021.



A pesquisadora destaca que a comunicação alternativa ao longo da história sempre foi um instrumento de pressão em prol da liberdade de expressão e outros direitos humanos.

Entendida tanto como “medio de” los sin voz o como vehículo de expresión “al servicio” de aquellos, la comunicación alternativa y popular recorrió un largo camino zanjado por la desigualdad, acompañando los procesos gestados por las clases y grupos subalternos. Esta politicidad y organicidad ubicó a los medios alternativos en un lugar de enfrentamiento a lo dominante, que se expresó en su inserción en proyectos más amplios de transformación y en un discurso de contrainformación. (VINELLI, 2018, online).

Os veículos digitais são um fenômeno complexo e diversificado, do qual fazem parte meios com diferentes tamanhos e formatos, incluindo aqueles que refletem a visão de mundo e a busca por lucro da mídia hegemônica e os que adotam objetivos, ideologias e formas de organização que confrontam esse modelo. Assim, os novos veículos contra-hegemônicos se mostram capazes de aliar os propósitos dos antigos jornais contra-hegemônicos, feitos por operários, negros, feministas, moradores de comunidades e opositores das ditaduras, com a visibilidade e capacidade de mobilização dos atuais veículos digitais.

Eles têm proporcionado uma *comunicação emancipatória*, como propõe Dennis de Oliveira (2017), professor do Programa de Integração da América Latina (Prolam), da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e coordenador do Centro de Estudos Latino Americanos de Cultura (CELACC), todos da Universidade de São Paulo (USP). Essa comunicação libertadora entende o jornalismo não como uma ferramenta que por si só é capaz de acabar com a opressão, mas como um espaço para a formação de um pensamento crítico. Oliveira formulou esse conceito tomando como base a potencialidade emancipatória que Adelmo Genro Filho vê no jornalismo, a defesa do dialogismo nas ações culturais libertadoras, feita pelo educador brasileiro Paulo Freire, além da sistematização metodológica proposta pelo sociólogo e educador peruano Oscar Jara, para analisar as experiências vividas por povos oprimidos. A comunicação emancipatória se faz a partir da criticidade do contexto vivido.

Primeiro, uma posição contra todas as formas de opressão estabelecidas, o que significa tomar o lado dos segmentos sociais oprimidos (trabalhadores, negros, mulheres, homossexuais, etc). Essa tomada de “partido” não significa empunhar bandeiras na redação, mas procurar entender os fenômenos sociais dentro da perspectiva de que há essa relação de opressão e que é necessário superá-la. (OLIVEIRA, 2017, p. 195).

Trata-se de uma comunicação que parte da realidade dos segmentos sociais alijados, considerando-os como sujeitos, ou seja, como protagonistas ricos em experiências e contares que são essenciais para entender as relações de exploração e



opressão. Não se trata de uma via de mão única, de um comunicador que faz uso de um veículo “para conscientizar os oprimidos”, sem ouvi-los. A conscientização e a emancipação são construídas coletivamente, de forma dialógica: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2005, p.52).

Mara Rovida, a partir de uma pesquisa de campo realizada entre 2018 e 2019 com comunicadores de periferias da Região Metropolitana de São Paulo²⁵, mostra como são ricas e únicas as iniciativas jornalísticas que incluem as experiências dos moradores de comunidades periféricas nos conteúdos e nos processos de produção.

(...) as narrativas produzidas por esses jornalistas periféricos são elaboradas a partir de um determinado território, o que as diferencia por conterem perspectivas específicas que não podem ser entendidas fora dessa relação com o lugar de pertencimento dos sujeitos representados nas histórias e dos sujeitos produtores da comunicação, eles também são sujeitos periféricos. Essa vinculação com o espaço é geradora de identidade social e determina como os sujeitos sociais participarão da vida na cidade, na sociedade. Em outros termos, como diria Milton Santos, “cada cidadão vale pelo lugar onde está: o seu lugar como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (ROVIDA, 2020, p. 19).

No contexto da Covid-19 a cobertura feita por veículos contra-hegemônicos com perspectiva emancipatória vem sendo extremamente importante, uma vez que, partindo das vozes dos grupos negligenciados, esses meios têm mostrado que a pandemia escancarou o desrespeito aos direitos humanos da população periférica e o racismo estrutural que assola há séculos nosso país e outras nações latino-americanas, como fruto do processo de colonização do continente.

Bairros como Sapopemba, na zona leste de São Paulo, Brasilândia, na zona norte, e Grajaú, Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luís, na zona sul, que possuem muitos moradores negros e periféricos, ficaram no topo da lista dos distritos paulistanos com mais mortes pelo novo coronavírus, de acordo com dados de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. O mesmo foi registrado em periferias das principais cidades latino-americanas.

Em função do quadro até aqui discutido foi realizada, no dia 24 de maio de 2020, uma mesa virtual no canal do YouTube Prolam USP Debate, organizada pelos professores e estudantes do Programa de Pós-Graduação de Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo²⁶. Intitulado “Jornalismo e direitos humanos na Argentina e no Brasil no cenário da pandemia”, o evento contou com a participação dos autores deste artigo (Patrícia Paixão como organizadora e Fausto Salvadori como

²⁵ Presente no livro “Jornalismo das Periferias – O diálogo social solidário nas bordas urbanas” (2020).

²⁶ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=hCnMpgJ7prs&t=5125s>.> Acessado em: 18 maio 2021.



convidado-palestrante) e com a editora do veículo argentino Cosecha Roja, a jornalista Natalia Arenas (também como convidada-palestrante).

Tanto a Ponte Jornalismo como a Cosecha Roja são mídias nativas digitais contra-hegemônicas, focadas na cobertura de segurança pública, justiça e direitos humanos, com uma perspectiva que prioriza os relatos dos segmentos sociais que costumam ser alvo da violência de Estado e de crimes de ódio causados por racismo, machismo e LGBTfobia.

Neste artigo discutimos a cobertura produzida por esses dois veículos contra-hegemônicos no contexto pandêmico e as peculiaridades dos impactos e das ações contra a Covid-19 na Argentina e no Brasil.

Cosecha Roja e a cobertura de direitos humanos no período da pandemia

Em 17 de maio de 2020 a ativista argentina Ramona Medina, da organização popular La Poderosa, morreu vítima do novo coronavírus. Moradora da comunidade Villa 31, situada próxima do centro da cidade de Buenos Aires, ela faleceu dias após ter denunciado a falta de água e a impossibilidade de medidas de higienização e isolamento social na comunidade.

Natalia Arenas, no evento anteriormente citado (2020), apontou a morte da ativista como fruto da ausência do Estado:

A Villa 31 é uma das mais populosas de Buenos Aires. Ramona denunciou em um vídeo que os moradores da villa estavam há uma semana sem água e que havia dificuldade de manter as condições de prevenção contra o vírus por lá. Foi uma morte anunciada. Ninguém a escutou, ninguém a atendeu. Foi muito triste, um caso que chocou muito a todos nós (PROLAM USP DEBATE, 2020, online).

A realidade denunciada por Ramona é a mesma vivida por milhares de moradores de outras villas e comunidades argentinas, com grande densidade populacional. São pessoas que residem em moradias precárias, sem a possibilidade de manter as normas de higienização. A quarentena no país foi iniciada em 20 de março de 2020 e encerrada em novembro do mesmo ano. O trabalho em casa e o respeito às regras de distanciamento só puderam ser cumpridos pelos setores sociais com maior renda.

Pela estrutura que comunidades como a Villa 31 possuem, com ruas estreitas e muito próximas, é impossível para as pessoas manterem o distanciamento social. Além disso, os moradores das villas precisam sair para trabalhar. Há muitas mulheres que atuam como domésticas em casas da classe média, há os que trabalham na construção civil e em outras áreas que lhes exigem sair de seus lares (PROLAM USP DEBATE, 2020, online).



Muitas iniciativas nasceram dos próprios moradores periféricos no sentido de ajudar os que mais precisam. Os “Comedores”, espaços dentro das villas e das comunidades que serviam alimento para muitas pessoas famintas, tiveram de ser fechados, para evitar aglomeração, e então os moradores precisaram pensar em alternativas para alimentar os que estavam com fome.

Natalia pontuou que, apesar de inicialmente ter ocorrido uma falta de sensibilidade do Estado para a problemática dos grupos sociais mais pobres, depois da morte de Ramona muitas ações começaram a ser feitas pelo poder público. E, mesmo ressaltando que falta uma comunicação constante entre o governo de Buenos Aires, de Horacio Rodríguez Larreta, e as comunidades periféricas, a jornalista salientou que existe uma parceria positiva entre a gestão da província de Buenos Aires e o governo nacional no enfrentamento da Covid-19. E que esse alinhamento de governos de partidos diferentes (Horacio é do partido conservador, o Proposta Republicana, e o presidente da República Alberto Fernández é peronista, do Partido Justicialista) foi importante para a gestão da pandemia de forma mais efetiva, o que não ocorreu no Brasil, já que o presidente Jair Bolsonaro, que possui um posicionamento negacionista em relação ao novo coronavírus, colocou-se abertamente contra as medidas de isolamento e imunização propostas pelo governador João Dória, do Partido Social Democrata Brasileiro, e outros gestores públicos.

Natalia salientou que notícias como a morte de Ramona só costumam ser noticiadas pelos grandes veículos argentinos quando ganham uma repercussão que já não pode ser ignorada. “Quando é inevitável eles comunicam, senão não dão” (PROLAM USP DEBATE, 2020, online). Outro ponto preocupante é que algumas *fake news* sobre direitos humanos partem de veículos da mídia hegemônica. Um exemplo foi a polêmica em torno da posição do presidente Alberto Fernández que concordou com as recomendações da ONU e da Comissão Interamericana de direitos humanos para transferir detentos que cometeram delitos leves ou não violentos para prisão domiciliar, por conta de casos de Covid nas penitenciárias, e transmitiu a sugestão à Justiça.

O fato foi noticiado como uma liberação massiva de presos, e não como o que de fato ocorreu, ou seja, a liberação de determinados detentos que cometeram crimes leves. As pessoas ficaram apavoradas com medo de encontrar com os presos pelas ruas e sofrerem atos de violência. E essas *fake news* não surgiram nas redes sociais. Elas estavam nas capas dos grandes meios de comunicação do país. (PROLAM USP DEBATE, 2020, online).



A contribuição da Ponte Jornalismo no cenário brasileiro

No romance *A Peste* (1971) o filósofo e romancista Albert Camus destaca que o microrganismo é natural, mas todo o resto depende da vontade humana. Da mesma maneira, o coronavírus é natural, mas as consequências que provoca, quem vai viver e quem vai morrer por causa da Covid-19, é algo que depende das construções humanas. No começo da pandemia, o poder público havia distribuído sabonetes para os moradores de rua da cidade de São Paulo, mas, quando a Ponte Jornalismo foi entrevistá-los, ouviu que eles só poderiam usá-los para lavar as mãos nas poças de água das ruas, por não terem acesso a outra fonte de água.

Assim como a *Cosecha Roja*, as reportagens da Ponte, desde o início da pandemia, têm denunciado as condições de vida de moradores das favelas que não dispõem de água para seguir o conselho mais simples dado pelas autoridades médicas para evitarem contrair a Covid-19: lavar as mãos. Pelo menos uma das reportagens obteve um impacto positivo. Dias após a denúncia, a companhia de abastecimento do Estado de São Paulo executou uma obra emergencial que passou a levar água para os moradores dessa comunidade.

A condução do combate à pandemia pelo governo central, no Brasil, se revela bem diferente, contudo, do que é descrito por Natalia. Ainda que não seja um exemplo supremo de eficiência, o governo de Alberto Fernandez está longe de ser um governo que nega a ciência e minimiza os riscos da epidemia para tentar preservar a economia, como é o caso presidente Jair Bolsonaro. O conflito entre o presidente brasileiro e os governadores, que lembra, em grau menor, os embates entre Donald Trump e os estados democratas, em torno das medidas necessárias para conter a Covid-19, impediu a criação de uma estratégia nacional e unificada de enfrentamento ao vírus. Cada governador e cada prefeito adotaram os próprios critérios de isolamento social ou de estratégias de saúde pública, gerando um caos que acabou estimulando a disseminação da pandemia.

Seja no Brasil, seja na Argentina, os mais pobres são os que mais adoecem e morrem durante a pandemia. A maioria não trabalha em atividades que podem ser exercidas a distância, pela internet, e ainda têm de ir ao trabalho usando as péssimas condições do transporte público, em ônibus, trens e metrô lotados. Uma particularidade bem brasileira é a situação das empregadas domésticas, a maioria delas negras. Trata-se de um serviço extremamente disseminado entre a classe média brasileira em razão da herança escravocrata do país. Muitos patrões não permitiram que as empregadas ficassem em casa, obrigando-as a arriscarem sua vida em troca do salário, simplesmente por achar que não podiam dar conta dos próprios afazeres domésticos. A tradição é tão forte no Brasil que o estado do Pará chegou a classificar o trabalho doméstico como essencial, ao lado dos serviços médicos e de alimentação, institucionalizando a noção de que a vida de trabalhadores domésticos, como outras as demais vidas negras, não importa.



No vácuo do governo, a sociedade civil se auto-organizou contra a Covid-19 e seus efeitos, assim como ocorreu nas comunidades de Buenos Aires. Na favela de Paraisópolis, uma das maiores da cidade de São Paulo, a comunidade criou as figuras dos “presidentes”, lideranças comunitárias que se responsabilizam, cada um, por 50 famílias, distribuindo cestas básicas para elas, checando suas condições de saúde e encaminhando-as para os serviços públicos²⁷. O nome “presidente” é uma alusão a um cargo que, no Brasil, está ocupado por uma nulidade.

Cumprir notar que a pandemia só deixou mais claras as contradições que já existiam. Na educação, por exemplo, o Brasil pagou o preço por não ter investido como deveria, ao longo de anos, no combate à exclusão digital. Já era absurdo 4,3 milhões de estudantes brasileiros não terem acesso à internet, mas esse absurdo se tornou mais evidente quando a pandemia forçou esses alunos a ficarem em casa e eles acabaram totalmente deixados de fora do ensino, por causa justamente da exclusão digital.

É comum surgir o questionamento se o jornalismo pode ajudar no trabalho dos governantes. A pergunta é sintomática de uma tendência observada em algumas lideranças políticas hoje, que buscam traçar formas de governar ignorando o presidente, como se fosse possível administrar o país sem levar em conta o seu líder máximo. Essas discussões são uma maneira de mascarar o grande problema e, assim, ignorar a única possibilidade que o Brasil tem de melhorar, que é mudar de presidente.

É importante destacar a dificuldade de cobrir direitos humanos em tempos de pandemia. No caso da Ponte Jornalismo, os repórteres não puderam deixar de ir às ruas, apesar dos riscos, porque não é possível fazer uma boa cobertura de violações de direitos de dentro do escritório.

Também valem ser ressaltados como grande entrave à cobertura de direitos humanos no Brasil os processos judiciais travados contra veículos contra-hegemônicos. No caso da Ponte Jornalismo, em especial, eles são muito ameaçadores, pois geram uma série de custos que são difíceis de serem suportados em uma organização pequena e sem fins lucrativos.

Outro ponto sobre a cobertura em tempos de pandemia que precisa ser lembrado é o aumento da violência policial contra a população negra e pobre. Essa violência estatal foi diferente da observada em países como República Dominicana, El Salvador e, em certa medida, também a Argentina, onde a polícia vinha praticando detenções em massa e outros abusos em nome da necessidade da manutenção do isolamento social, conforme relato da Anistia Internacional²⁸. No Brasil, como o país não adotou nada parecido com um lockdown, a violência policial teve outras motivações ligadas à velha prática de usar o aparelho repressivo do Estado para

²⁷ Disponível em <<https://ponte.org/favela-cria-seus-proprios-presidentes-para-combater-o-coronavirus/>>. Acessado em: 19 jun. 2021.

²⁸ Disponível em: <<https://www.amnesty.org/es/latest/news/2020/05/americas-authorities-must-protect-people-covid19-repressive-measures/>>. Acessado em: 19 jun. 2021.



manter sob controle as classes sociais e as raças costumeiramente vistas como perigosas pela elite branca.

Diante de tantos desafios, um ponto de esperança pode ser encontrado nas parcerias de cobertura entre veículos contra-hegemônicos. Tanto que o segundo prêmio Vladimir Herzog conquistado pela Ponte Jornalismo foi uma parceria com os meios Colabora e Amazônia Real. A própria Cosecha Roja é parceira da Ponte em alguns projetos. A Ponte discutiu com outros veículos a criação de uma associação de veículos digitais. Entre outros objetivos, essa associação busca juntar forças para controlar o poder das plataformas, Facebook, Google, Twitter, Amazon, Apple, que atualmente podem decidir sozinhas que informações circulam, e de que maneira, pelas redes. A associação veio a ser lançada em junho de 2021, com o nome de Ajor.

Considerações finais

De costas para os seus vizinhos, o jornalismo hegemônico brasileiro, desde a segunda metade do século passado, passou a mirar-se no jornalismo estadunidense como um exemplo supremo a ser seguido (SILVA, 1991). Reflexo de uma mentalidade colonizada que se observa em diversos outros setores da vida brasileira, o fascínio desse jornalismo pelos EUA tem nos levado a ignorar a realidade dos outros países latino-americanos. Como se, ao ignorar nossa natureza de país latino-americano e voltar nosso olhar para a grande metrópole do norte, tentássemos ignorar a nossa própria condição subalterna.

A cobertura de direitos humanos feita por veículos contra-hegemônicos latino-americanos com perspectiva emancipatória, como a Cosecha Roja e a Ponte Jornalismo, cumpre um papel importante, uma vez que possibilita a segmentos sociais historicamente aliados formarem uma esfera pública alternativa, denunciando o abandono do Estado e demandando direitos que sempre lhes foram negados.

As parcerias e interações entre esses meios permitem reconhecer os pontos de contato entre a realidade argentina e o cotidiano do Brasil. Apesar das diferenças entre o governo argentino, comandado por um esquerdista moderado, e o brasileiro, liderado por um extremista de direita, as heranças da formação econômica e da desigualdade social são tão marcantes na América Latina que as comunidades pobres dos dois países vêm enfrentando realidades muito parecidas desde o início da pandemia da Covid-19.

É uma pena que muitos jornalistas brasileiros tenham mais facilidade em citar nomes de meios e profissionais dos EUA do que de veículos e jornalistas da Argentina, Peru ou Colômbia. As realidades que atingem esses países são muito similares às nossas e teríamos muito a aprender sobre como lidar com nossas mazelas ao conhecer como nossos vizinhos lidam com as deles. Se não para aprender a como solucioná-las, ao menos para aprender a não cometer os mesmos erros.



REFERÊNCIAS

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Las autoridades deben proteger a la población del COVID-19 en lugar de recurrir a medidas represivas.** 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/es/latest/news/2020/05/americas-authorities-must-protect-people-covid19-repressive-measures>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. **Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina.** In: – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 703 a 728. Disponível em:

< <https://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BREINER, James; LAFONTAINE, David. **Ponto de Inflexão - Impacto, Ameaças e Sustentabilidade:** Um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos. Sembra Media/Omidyar Network, 2017.

CAMUS, Albert. **A Peste.** Rio de Janeiro: Ópera Mundi, 1971.

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos jornalistas brasileiros.** Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

G1. **Lista dos mortos no Jacarezinho: 25 tinham ficha criminal e há provas contra os outros 2, diz polícia.** 8 de maio de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/08/veja-a-lista-de-mortos-na-operacao-do-jacarezinho.ghtml>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** São Paulo, Editora Unesp, 2014a.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker, 2002.

MORAES, Dênis. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural.** Rio de Janeiro: MauadX, Faperj, 2016.

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo e Emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire.** Curitiba: Appris, 2017.

PONTE JORNALISMO. **Favela cria seus próprios ‘presidentes’ para combater o coronavírus.** 8 de maio de 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/favela-cria-seus-proprios-presidentes-para-combater-o-coronavirus/>>. Acesso em: 19 jun. 2021.



PROLAM USP DEBATE. Jornalismo e direitos humanos na Argentina e no Brasil no cenário de pandemia. Live do PROLAM USP realizada via plataforma YouTube em 24 de maio de 2020. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=hCnMpgJ7prs&t=5125s>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ROVIDA, Mara. **Jornalismo das periferias** – O diálogo social solidário nas bordas urbanas. Curitiba: CVR, 2020.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

VINELLI, Natalia. **Nuevos Escenarios de la Comunicación Alternativa en lo que va del siglo XXI**. dez. 2018, nº 74, revista Voces en el Fénix. Disponível em:< https://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/numero_pdf/fenix74%20baja.pdf >. Acesso em: 16 jun. 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.



DESAFIOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA NUM CONTEXTO DE GUERRA HÍBRIDA: O CASO DA CRISE MIGRATÓRIA NA VENEZUELA

Michele de Mello ²⁹

O presente artigo tem como objetivo apresentar os desafios da cobertura jornalística acerca da crise migratória na Venezuela em um contexto de guerra híbrida e de transformação no ecossistema midiático. Considerando a centralidade das interações via internet e redes sociais digitais nesse processo, buscamos ainda problematizar a ausência de dados oficiais e o modo como jornalistas e mídias realizam a apuração de acontecimentos e temas em disputa. Para fundamentar tal discussão, parte-se do pressuposto de que as intrincadas relações entre mídia, poder e grupos hegemônicos na sociedade são históricas e, conseqüentemente, refletem no tipo de cobertura jornalística realizada. Destacamos, por fim, a necessidade de se combater a saturação de informação na web com um jornalismo de qualidade, que preze pela realização de um trabalho ético, que busque expressar a complexidade de cada situação, a partir da particularidade de cada país e situação, através da identificação de atores, da apuração detalhada e contextualização dos fatos.

Introdução

As disputas geopolíticas a partir do século XXI passaram a ser desenvolvidas com novas técnicas de confronto, em vez de priorizar as guerras convencionais, que preveem a disposição de armamento, tropas e implicam num custo político claro: ganhar ou perder, as grandes potências econômicas, entendendo os riscos da escalada nuclear para a própria existência da humanidade, passaram a optar por técnicas de guerras não convencionais, como as chamadas guerras híbridas.

As novas estratégias buscam gerar desgaste político e econômico do adversário e garantir a derrota sem necessariamente mobilizar tropas, mas mesclando táticas de guerra, com apoio central dos meios de comunicação e das redes sociais como instrumentos para gerar descrédito do adversário, buscar apoio para determinado lado da disputa e, em muitas ocasiões, gerenciar o sentimento de caos, como forma de fragilizar a consciência social coletiva e a capacidade de resposta popular diante de uma agressão. Na última década, a América Latina foi palco desse tipo estratégia militar, tanto porque em alguns países foram eleitos governos de caráter progressista, quanto por reunir as principais fontes energéticas e de recursos naturais do planeta, cada vez mais escassas no cenário de crise estrutural do capitalismo. Além disso, a região possui um alto índice de concentração de meios de comunicação e de usuários

²⁹ Jornalista graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e correspondente internacional do Brasil de Fato, em Caracas, Venezuela.



de redes sociais, oferecendo um campo aberto para a aplicação de táticas previstas na estratégia de guerra híbrida, tais como a guerra midiática.

Nesse contexto, o jornalismo assume papel central como ambiente de disputa, de difusão de ideias e formação da opinião pública, no entanto, ainda é escassa a produção acadêmica sobre os desafios do trabalho jornalístico inserido num contexto de conflito irregular. Portanto, o artigo busca contribuir com alguns conceitos e com a experiência laboral como correspondente internacional há três anos na Venezuela, país alvo de planos desestabilizadores desde a ascensão de governos chavistas, em 1999. A análise será focada na cobertura da crise migratória venezuelana, posicionada nos meios de comunicação com maior força a partir de 2019. A proposta é apresentar fatores que desencadearam a crise, discutir o acesso a fontes confiáveis, as distintas abordagens em meios de comunicação venezuelanos e as alternativas para exercer um trabalho jornalístico que fuja da polarização política e da manipulação, mas que seja capaz de informar a complexidade da situação.

Para isso, o trabalho está dividido em quatro partes: informação e poder, segmento que oferece dados que demonstram a concentração de meios na era digital; guerras convencionais x guerras híbridas, para explicar as novas categorias e apontar as semelhanças e diferenças de cada estratégia de confronto; caso Venezuela: crise migratória; e desafios do trabalho jornalístico.

Informação e poder

Uma das principais premissas do jornalismo e da democracia é o acesso à informação. No caso da prática jornalística, a informação é necessária para gerar novos conteúdos, contar realidades ou desvendar falsos pressupostos. No caso da democracia, o direito de acesso à informação é base para exercer a cidadania na sua plenitude.

Contudo, a discussão sobre acesso à informação remete, inevitavelmente, às relações entre os agentes da instância midiática (no que tange às organizações de mídias e seus profissionais) e os atores do poder político-econômico, e, portanto, também às contradições envolvendo o princípio do interesse público como um dos fundamentos do jornalismo. Segundo o pesquisador Wilson Gomes (2009, p. 67-68), mesmo após a passagem da imprensa de opinião à fase de produção noticiosa em empresa capitalista, também orientada ao lucro e ao interesse privado, há mais de dois séculos, o interesse público se mantém como alicerce primordial do discurso de autolegitimação do jornalismo enquanto instituição social. Esse discurso reforça o pressuposto de que o jornalismo se justifica, porque serve ao interesse público e à cidadania, atende ao bem comum e fundamenta a opinião pública. Neste sentido, a prática jornalística está sincronizada com valores da democracia, com liberdade de opinião e com o debate público.



Ressaltamos ainda que uma série de valores e de posturas político-ideológicas permeia esse processo, pois a mídia tanto participa da construção da realidade quanto se retroalimenta dessa construção, na qual seu trabalho e atuação ainda servem como instrumento de luta pelo poder (MOTTA, 2002, p.13).

Por outro lado, o paradoxo entre esse ideal normativo, que coloca o interesse público como valor supremo do Jornalismo, e a prática jornalística concretizada em empresas privadas, cuja atuação é movida também pelo interesse privado e por intrincadas relações com grupos hegemônicos na sociedade, explicita o vínculo da imprensa com as elites política e econômica no Brasil, América Latina e no mundo.

Não por acaso, a mídia chegou a ser considerada um Quarto Poder que sempre esteve concentrado em poucas mãos. O panorama latino-americano confirma a premissa. Conforme levantamento realizado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras, com dados divulgados na plataforma *Media Ownership Monitor*³⁰, são determinadas famílias ou grupos empresariais que controlam as redes de televisão, radiodifusão, jornais, revistas e portais de notícias. No caso do Brasil, apenas 11 famílias detêm praticamente todos os meios de comunicação. Destacamos o grupo Globo, a sexta marca mais valiosa do país, avaliada em R\$ 17,6 bilhões, que concentra cinco emissoras próprias e 118 afiliadas, além das empresas de transmissão por satélite, portal de notícias online, rádios e produtora de filmes, totalizando um rendimento de R\$14 bilhões somente em 2019³¹.

Com a era digital, a descentralização do acesso e do fluxo das notícias, somada à lógica do “faça você mesmo”, parecia abrir-se o caminho para uma verdadeira democratização da comunicação. Segundo o *The Global State of Digital* de 2019³², elaborado pela *HootSuite* e *We Are Social*, 52% da população mundial utiliza redes sociais. Passamos de um mundo repleto de meios de massas para um mundo com uma massa cheia de meios. No entanto, a lógica de oligopólio de negócios se transferiu para a internet.

Google, Facebook, Amazon e Microsoft estão no ranking das maiores transnacionais do mundo e seus proprietários na lista dos dez maiores bilionários do planeta. De acordo com a revista *Forbes*³³, dois dos maiores CEOs da Google, Larry Page e Sergey Brin, somam juntos US\$ 180,5 bilhões, enquanto Jeff Bezos, dono da Amazon, continua no topo do ranking dos super ricos de 2021 com US\$ 117 bilhões em propriedades. Bill Gates, dono da Microsoft, vem logo atrás com uma fortuna de US\$ 124 bilhões, seguido de Mark Zuckerberg, criador do Facebook, com um patrimônio de US\$ 97 bilhões.

As cifras comprovam, uma vez mais, que informação é poder e esse poder pode ser exercido de diversas formas. Além disso, fica evidente que as relações entre o

³⁰ Disponível em:<<https://www.mom-rsf.org/>>. Acessado em: 30 maio de 2021.

³¹ Disponível em:<<https://www.mom-rsf.org/en/countries/brazil/>>. Acessado em: 20 maio 2021.

³² Disponível em:<<https://www.hootsuite.com/resources/digital-in-2019.>>. Acessado em: 20 maio 2021.

³³ Ranking Revista Forbes 2020. Disponível em:< <https://www.forbes.com/billionaires/>>. Acessado em: 20 maio 2021.



poder político e econômico estabelecidas com a mídia hegemônica são históricas e interdependentes, e, conseqüentemente, refletem no tipo de cobertura jornalística realizada.

Guerras convencionais x guerras híbridas

Em situações de conflito é comum que o Estado aumente o controle sobre o fluxo de informação. Existe uma literatura extensa sobre os riscos e dificuldades do trabalho do correspondente internacional numa situação de confronto armado. Há livros, artigos, manuais e reportagens que apresentam uma série de exemplos, relatos e histórias de guerras, como no Afeganistão, Vietnã ou Iraque. Todas são exemplos de guerras convencionais com invasões militares, envios de tropas oficiais à zona de combate e milhares de vítimas.

No entanto, com a escalada dos conflitos geopolíticos ao nível nuclear, as cúpulas militares dos Estados Unidos e da União Europeia passaram a desenvolver novas modalidades de disputa de território, recursos e poder: as guerras irregulares ou guerras híbridas (EISSA, 2011). Já em 2008, o Pentágono indicou no documento “*Challenges and Implications for the Future Joint Force*”³⁴ como os líderes políticos tardam em perceber as mudanças no “caráter da guerra”.

Um ano depois, o tenente coronel da reserva da Marinha dos Estados Unidos, Frank Hoffman, detalhou o que significa o conceito de guerra híbrida. Essa modalidade possui “as capacidades convencionais, as formações, táticas irregulares, atos terroristas, incluindo coerção e violência indiscriminada e desordem” (HOFFMAN, 2009).

Para o estrategista militar e ex-assessor do Pentágono, as guerras híbridas ou irregulares seriam cada vez mais comuns, seu “campo de batalha” seriam as cidades do mundo em desenvolvimento e aconteceriam ainda com “maior velocidade e letalidade que no passado, devido, em partes, à difusão da tecnologia militar” (HOFFMAN, 2009).

Nessa modalidade, as hostilidades podem durar muitos meses e buscam desgastar o oponente para então provocar “ataques inesperados”. Segundo o militar da marinha estadunidense, a mudança mais significativa nesse tipo de conflito, além da mescla de distintas táticas de guerra, é a exploração dos meios para alcançar as massas e mobilizá-las em apoio à causa. A comunicação altera o padrão de mobilização popular, incluindo tanto os meios, como a participação e os fins para disputar uma guerra (HOFFMAN, 2009, p.53).

O historiador venezuelano, Luís Britto García (2008), também defende que as guerras híbridas se apoiam na super exposição de argumentos, informações, notícias e dados para garantir apoio popular a determinados objetivos. Em outros tempos a condição para o êxito de um golpe de Estado era mantê-lo em segredo. Na era da

³⁴ Disponível em: <https://www.hsdl.org/c/?s=s_3082>. Acessado em: 30 maio 2021.



mediocracia, o triunfo depende de que se divulgue de maneira saturada sua iminência até que o público o aceite como fato consumado. É o que chamam 'criar uma matriz de opinião'. (BRITTO GARCÍA, 2008, p.22).

Portanto, é evidente que os meios de comunicação assumem um papel ativo nas disputas geopolíticas a partir das novas práticas de guerra irregular. Porém, se por um lado há uma vasta literatura sobre as coberturas dos conflitos do século XX, por outro, ainda é escassa a produção sobre os desafios do jornalismo num contexto de guerra híbrida. É certo que existem pontos em comum, como o descontrole da economia, o acirramento das disputas políticas, o enfraquecimento das instituições públicas e o constante risco de ameaças militares. Mas também existe uma série de nuances que, ao longo dos anos, tomam força e deixam de ser apenas detalhes.

No caso das guerras não convencionais, o controle da informação e da desinformação se tornam armas fundamentais na disputa de poder. O jornalista francês Jean-François Fogel (2021) defende que a desinformação organizada seria a combinação de duas vertentes: a informação equivocada, aquela que não é criada com a intenção de causar danos, e a informação prejudicial, que busca gerar danos a pessoas ou instituições. Fogel aponta que a desinformação tem raízes profundas e passou a ser utilizada como arma geopolítica ainda durante a Guerra Fria. No entanto, a partir de 2016, toma um novo fôlego a nível mundial. “Trump foi a revelação da potência da desinformação. Ele demonstrou que é possível fazer comunicação sem a verdade como algo imprescindível” (FOGEL apud FUNDAÇÃO GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ, 2021, p.17).

Ademais, a Universidade de Oxford publicou, em 2019, o *Global Inventory of Organised Social Media Manipulation*³⁵ e elencou 70 países com governos vinculados a empresas que trabalham com manipulação de conteúdos em redes sociais. Segundo a pesquisa, cerca de 75% utilizaram a desinformação para enganar o público. As plataformas Facebook e Twitter são as mais utilizadas e as mensagens podem ser transmitidas por contas *bots* – automatizadas por robôs – ou por perfis gerenciados por seres humanos. Em 71% dos casos, a manipulação tinha como objetivo disseminar propaganda governista, enquanto 89% das mensagens continham ataques a opositores políticos.

Para Fogel (apud FUNDAÇÃO GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ, 2021) a manipulação e a desinformação se tornaram um negócio, já que não se trata de apenas lançar dados falsos na internet, senão de agrupar conteúdos dentro de um sistema fechado. “É um negócio para agências que se dedicam a oferecer esses serviços, para organizações que buscam certificar conteúdos, através de *fact-checking*, e para pesquisadores que estudam a desinformação a fim de buscar soluções” (FOGEL apud FUNDAÇÃO GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ, 2021, p.19).

³⁵Disponível em: <<https://demtech.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/93/2019/09/CyberTroop-Report19.pdf>>. Acessado em: 2 de jun. 2021.



Na atualidade, a desinformação não é somente a falta de dados, mas pode ser entendida como o bombardeio de notícias, conceitos e informações. Caballero e Sola-Morales (2020) criaram 20 categorias para nomear diferentes estratégias de manipulação e desinformação, tais como discurso de ódio, uso de *fake news*, presença de *bots* e *trolls*, confrontação do “nós” contra “eles”, polarização de posições ideológicas, radicalização e espetacularização.

A globalização midiática – através do controle exercido pelos lobbies midiáticos transnacionais – fomenta e permite este tipo de ingerências, intervencionismo, dado que facilita uma cobertura política ‘adequada’ aos lineamentos estratégicos ou favoráveis às elites que ostentam o poder. Isto se deve, em partes, à concentração da propriedade e o monopólio da indústria midiática na região, somado ao domínio estadunidense sobre as comunicações e a cultura de massas, que além disso, junto à liderança tecnológica no âmbito das telecomunicações e da indústria militar, mantém concentrado o poder global nas mãos de poucos. (CABALLERO, SOLA-MORALES, 2020, p.9)

Diante da diversificação das armas de guerra, a defesa dos países também deve se aperfeiçoar e se adequar aos novos modelos de conflito do século XXI. Ventura (2019) defende que a melhor arma para combater a guerra mediática é uma consciência nacional sólida, mas um Estado moderno, que busca defender uma política externa desvinculada dos interesses de Washington, também necessita ter equipes de comunicação estratégica que saibam contra restar e operar nas águas turvas da *Information Warfare* (guerra de informação / guerra psicológica). Neste sentido manter sob controle e harmonia as influências externas que chegam por diversas vias (ONGs, meios de comunicação, empresas multinacionais, agências e embaixadas estrangeiras, etc) é outra responsabilidade do Estado e da sociedade civil em conjunto (VENTURA, 2019, p.188).

Tais apontamentos corroboram para a compreensão de que o atual cenário de transformação no ecossistema midiático não apenas apresenta as interações via internet e redes sociais digitais como centrais nesse processo, como demonstra como elas condicionam tanto a maneira como as pessoas se informam, quanto o modo como jornalistas e mídias realizam a cobertura de acontecimentos e temas em disputa.

Caso Venezuela: crise migratória

A Venezuela é um dos países que figuram na já mencionada pesquisa da Universidade de Oxford, junto aos Estados Unidos e uma dezena de nações europeias, que utilizam ferramentas para potencializar mensagens favoráveis às políticas governamentais nas redes sociais. Os venezuelanos também entraram para a lista dos países latino-americanos, que a partir do século XXI, passaram a ser vítimas de guerras irregulares como estratégia para substituir os governos com programa político anti-hegemônico de Hugo Chávez Frías (1999-2013) e Nicolás Maduro Moros (2013-2021).



[A] Venezuela se converteu num ator ativo do anti-imperialismo internacional com um protagonismo que transcendia seu papel como tradicional potência média regional. (...) A influência da Revolução Bolivariana através de sua projeção exterior é um fator fundamental que explica que a Venezuela passasse a ser considerada uma 'ameaça não usual e extraordinária' para a segurança dos Estados Unidos (TIRADO, 2020, online).

Logo no primeiro período de Hugo Chávez foi executado um golpe de Estado nos moldes tradicionais, em abril de 2002, seguido da sabotagem petrolífera de dezembro de 2002 a abril de 2003, que paralisou a Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) por cinco meses, gerando uma queda de 39% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar dos planos golpistas, entre 1999 e 2015, a gestão chavista conseguiu diminuir em 56% a pobreza no país e aumentar 43% a economia nacional, segundo dados do Banco Central da Venezuela.

Já com a ascensão de Nicolás Maduro, em 2013, as táticas de guerra híbrida se tornaram mais frequentes, começando pela Ordem Executiva nº 13692³⁶, emitida em dezembro de 2015, pelo então presidente Barack Obama, que caracterizou a Venezuela como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. A medida deu abertura para o surgimento de outro conjunto de leis e decretos que conformam o bloqueio econômico, que já gerou um prejuízo estimado em US\$ 130 bilhões ao Estado venezuelano e a redução de 60% do PIB, de acordo com o Banco Central da Venezuela. Em seis anos, o país foi alvo de 150 medidas coercitivas unilaterais e pelo menos 11 tentativas de golpe³⁷.

São vastos os exemplos de planos de desestabilização, como a tentativa de assassinato de Nicolás Maduro em agosto de 2018, durante um ato público de celebração de aniversário das Forças Armadas; a realização do *Venezuela Live Aid*, com a ameaça de entrada à força de caminhões com suposta ajuda humanitária para os venezuelanos, em fevereiro de 2019; a Operação Liberdade, que foi a tentativa de tomada da base militar Generalíssimo Francisco de Miranda, zona leste de Caracas, em abril de 2019; ou ainda a Operação Gedeón, que promoveu uma invasão paramilitar com agentes estadunidenses, apoio logístico do exército colombiano e militares desertores venezuelanos, em maio de 2020. Portanto, é possível evidenciar os dois polos opostos da guerra híbrida venezuelana: de um lado a oposição de extrema-direita, identificada com a figura de Juan Guaidó, aliada aos Estados Unidos, entre outros governos latino-americanos, potências econômicas mundiais e os meios de

³⁶ Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/executive-order-blocking-property-government-venezuela/>>. Acessado em: 22 maio 2021.

³⁷ Ministério do Poder Popular para o Petróleo, Informe “La Verdad de Venezuela Contra la Infamia: datos y testimonios de un país bajo asedio”, Venezuela, 2020. Disponível em: <http://www.minpet.gob.ve/images/iconos/redes_sociales/La_verdad_de_Venezuela_contra_la_infamia.pdfv>. Acessado em: 22 maio 2021.



comunicação hegemônicos; do outro, o governo venezuelano que busca defender a Revolução Bolivariana — processo iniciado com Chávez em 1999 — e seus aliados internacionais, como China e Rússia.

Para Tirado (2020), a Venezuela se tornou palco privilegiado da aplicação de táticas inseridas na estratégia de guerra híbrida no século atual.

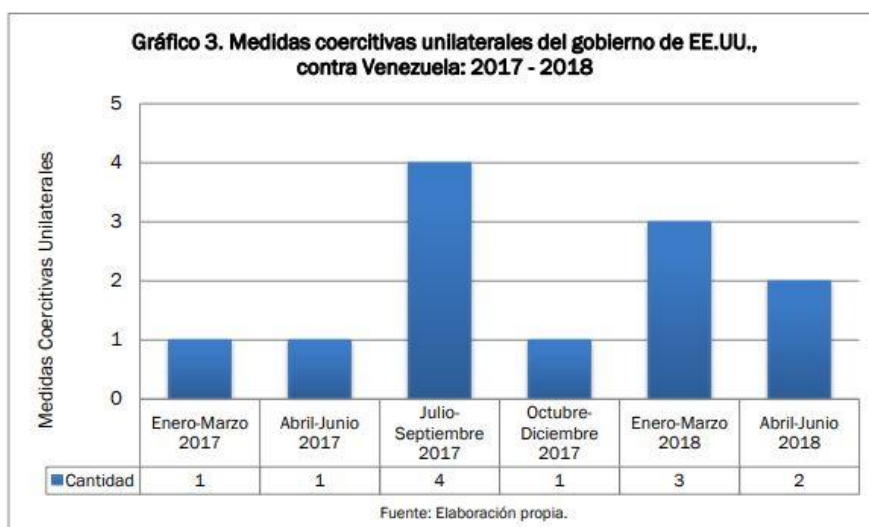
A guerra híbrida contra Venezuela é uma guerra de amplo espectro ativada de forma simultânea em distintas áreas, projetando-se também ao exterior para impactar na opinião pública mundial uma mensagem indireta de 'isto é o que acontece quando os povos elegem mal' (TIRADO, 2020, online).

Uma breve análise quantitativa consegue demonstrar como as medidas coercitivas unilaterais também se intensificaram entre 2017, com a convocatória da Assembleia Nacional Constituinte e as eleições presidenciais de 2018. O principal objetivo era limitar o acesso ao crédito internacional, suspendendo a compra de petróleo venezuelano, expropriando o controle das duas maiores empresas venezuelanas fora do país: Citgo Petroleum e Monómeros, e bloqueando cerca de US\$ 7 bilhões em ativos no exterior.

Segundo levantamento da ONG *Sures* (2019), nesses dois anos foram aplicadas 12 medidas coercitivas unilaterais pela Casa Branca, como pode ser observado na figura 1. Entre 2014 e 2019, a *Sures* contabiliza um total de 25 sanções unilaterais, sendo que a partir de 2017, houve um aumento constante das medidas coercitivas emitidas pelos Estados Unidos: 24% em 2017, 28% em 2018 e 40% em 2019, como pode ser observado na segunda figura.



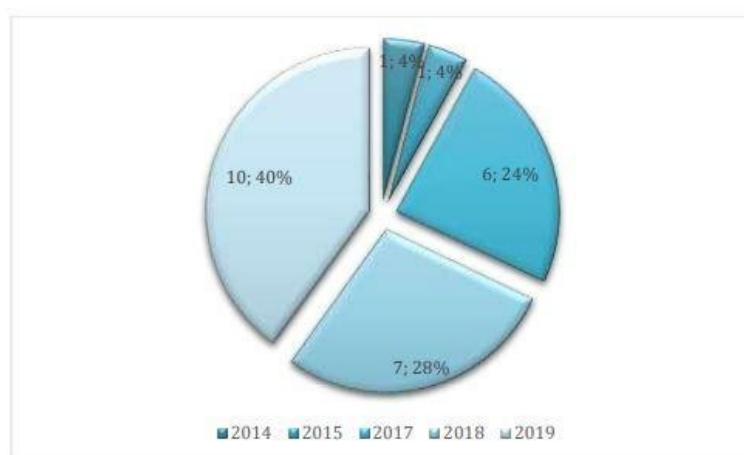
Figura 1 - Medidas coercitivas unilaterais do governo EE.UU. contra Venezuela: 2017-2018



Fonte: (ONG SURES, 2019)

Figura 2 – Número de medidas coercitivas unilaterais ditadas por EE.UU.: 2014-2019

Gráfico N° 3. Número de medidas coercitivas unilaterales dictadas por EEUU, 2014-2019



Fuente: Elaboración propia.

Fonte: (ONG SURES, 2019)

A partir de 2017, as sanções não só aumentaram em quantidade, como também tiveram um direcionamento claro:

A maioria das sanções foram ditadas pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros, que depende do Departamento do Tesouro, e recaem sobre as transações de Petróleos de Venezuela S.A (PDSVA), o Banco Central da Venezuela e a criptomoeda Petro (SURES, 2018, p.10)

Com a retração de 60% da produção petroleira e 99% das fontes de ingresso de moedas estrangeiras aos cofres públicos é evidente que a capacidade do Estado para seguir realizando políticas públicas diminuiu na mesma proporção. De acordo com uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU)³⁸, com 8.375 entrevistados em fevereiro de 2020, um de cada três venezuelanos vivia em situação de insegurança alimentar. 33% já havia aceitado comida em troca de trabalho e 20% havia vendido bens próprios para poder comer.

A relatora especial de medidas coercitivas e direitos humanos da ONU, Alena Douhan em visita ao país em fevereiro de 2021, concluiu que as sanções tinham um efeito “devastador” contra a população venezuelana e sugeriu sua suspensão imediata. "Creio que esta seria a única maneira de garantir o bem-estar da população

³⁸ Disponível em: <<https://news.un.org/es/story/2020/02/1470101>>. Acessado em: 22 maio 2021.

venezuelana e o resguardo de seus direitos humanos"³⁹. Os pesquisadores da ONG Sures apontam para a mesma conclusão:

Constituem atualmente um dos fatores determinantes que impedem que as pessoas desfrutem de forma plena e efetiva dos seus direitos humanos. Portanto é necessário concluir que as sanções e o bloqueio econômico contrariam, entre outros: o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas; e a Convenção Americana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (SURES, 2018, p.26).

Considerando o contexto do bloqueio, os recursos para campanhas de propaganda ou desinformação se tornaram cada vez mais escassos. Diante do cenário ainda mais crítico e, na condição de chefe de Estado, Maduro passou a conter informação em vez de investir em novas campanhas de propaganda política. Desde 2011 não se realiza um censo nacional com o perfil social da população venezuelana. A expectativa é de que fossem realizados em 2021, no entanto até o final do primeiro semestre do ano não há registros dos trabalhos. Desde 2017 não se divulgam dados sobre desnutrição infantil e, desde 2019, não se realizam novos estudos que apontem o índice de ocupação habitacional.

Para a prestação de contas anual do Executivo ante a Assembleia Nacional, em janeiro de 2021, foi apresentado o documento “Venezuela em Cifras”⁴⁰, que reúne uma série de projeções e pesquisas realizadas em distintos períodos e com vários indicadores e diferentes metodologias – nem todas discriminadas no documento. São mais de 300 páginas de um relatório, que sequer menciona palavras como fome ou migração e, no entanto, é o documento mais completo para acessar dados oficiais atualizados sobre o país.

Com uma breve análise empírica é possível notar um maior controle das cifras a partir do segundo mandato presidencial de Nicolás Maduro. Alguns organismos multilaterais, como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e o Banco Mundial, ameaçaram excluir a Venezuela das suas projeções⁴¹ e, mais tarde, da própria organização, caso não fossem disponibilizados dados atualizados sobre a situação socioeconômica do país.

Além do aspecto econômico, militar e político, as guerras híbridas utilizam de teorias da comunicação para posicionar ideias na opinião pública. Gavrov (2017)

³⁹ "Relatora da ONU pede fim das sanções dos EUA contra a Venezuela: "Efeito devastador". Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2021/02/14/relatora-da-onu-pede-fim-das-sancoes-dos-eua-contra-a-venezuela-efeito-devastador>>. Acessado em: 22 maio 2021.

⁴⁰ Ministério do Poder Popular para a Planificação, Caracas, 2021. Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2021/01/Venezuela-en-cifras-2021-26-enero-1.pdf>> Acessado em: 24 maio 2021.

⁴¹ “Banco Mundial deja fuera del radar a Venezuela en sus proyecciones 2020”, Efecto Cocuyo. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/economia/banco-mundial-2020-venezuela>>. Acessado em: 24 maio 2021.



comprovou o poder das notícias para difundir conceitos e afiançar apoio popular ao discurso da Casa Branca contra a União Soviética no período da Guerra Fria. As mesmas estratégias ainda são utilizadas, mas agora com muito mais refino sustentado pelo avanço tecnológico.

O governo justifica a escassez de dados oficiais na falta de orçamento e na guerra mediática. Diante da incapacidade de competir contra a maquinaria de *fake news* das grandes potências mundiais, aliadas à oposição venezuelana, Maduro decide calar. Esta prática poderia ser observada em vários segmentos, no entanto, iremos abordar apenas o assunto da crise migratória, sendo este o foco do estudo aqui apresentado.

Nos últimos três anos passou a ser posicionada na opinião pública regional a ideia de que a Venezuela vivia uma verdadeira crise migratória, com milhares de venezuelanos deixando o país diariamente, fruto da crise econômica provocada pela má gestão do Executivo ou por sofrer perseguição política pelo governo venezuelano. Se a primeira onda, demarcada no ano de 2015, era composta por representantes de classes média e alta, que tinham como principais destinos os Estados Unidos e a Espanha, a segunda e terceira ondas migratórias, iniciadas em 2017 e 2018, eram eminentemente de pessoas pobres.

A Organização Internacional de Migração (OIM)⁴² afirma que 5,2 milhões de cidadãos venezuelanos emigraram do país entre 2015 e 2020, sendo o principal destino Colômbia (1,3 milhão de migrantes), seguida pelo Peru (768 mil) e Chile (288 mil) até 2019⁴³. Enquanto a Agência de Refugiados das Nações Unidas (Acnur)⁴⁴, ressalta que 5,4 milhões de venezuelanos abandonaram o país nos últimos seis anos, sendo que 800 mil solicitaram asilo e 2,5 milhões vivem em situação irregular em outros países do continente americano.

Neste mesmo período, alguns trabalhos acadêmicos também se dedicaram a aplicar diferentes metodologias para tentar medir o fluxo migratório venezuelano, como foi o caso da Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida (ENCOVI), realizada pela Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) em 2017, com 6.148 lares venezuelanos mapeados, indicando a existência de 1,4 milhão de emigrantes.

Ante a disparidade de dados, em mais de uma ocasião, representantes do governo bolivariano declararam que as cifras eram infladas pela oposição e pelas agências da ONU⁴⁵, no entanto, nunca ofereceram um dado oficial para contrapor a

⁴² Disponível em: <<https://www.iom.int/es/news/el-perfil-de-los-refugiados-y-migrantes-de-venezuela-en-america-latina-y-el-caribe-revela>>. Acessado em: 30 maio 2021.

⁴³ Disponível em: <<https://www.iom.int/es/news/refugiados-y-migrantes-de-venezuela-superan-los-cuatro-millones-la-oim-y-el-acnur>>. Acessado em: 30 maio 2021.

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.acnur.org/situacion-en-venezuela.html>>Acessado em: 30 maio 2021.

⁴⁵ Yván Gil: "Las cifras de migración venezolana no tienen bases científicas". Disponível em: <<https://www.france24.com/es/20191204-la-entrevista-yvan-gil-venezuela-migracion-maduro>>.

Acessado em: 30 maio 2021.



suposta distorção. Em 2019, o Executivo lançou o *Plano Vuelta a la Patria* (De Volta à Pátria), para oferecer transporte aéreo ou terrestre aos venezuelanos que emigraram, queriam retornar ao país, mas não tinham condição financeira para arcar com a viagem. Os últimos boletins oficiais⁴⁶ indicam que 25.114 venezuelanos regressaram ao país através do programa social, mas não indicam quantos permanecem na lista de espera ou outra estimativa relacionada à questão migratória.

Nessa batalha pela narrativa da crise migratória, como mais um capítulo da estratégia de guerra híbrida contra a Venezuela, os países do chamado Grupo de Lima⁴⁷, criado em 2017, tornaram-se aliados regionais do discurso dos opositores venezuelanos. Além de posicionar um discurso negativo contra a administração de Maduro e xenófobo contra o povo venezuelano, os países aglutinados no chamado Grupo de Lima promoveram a aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁴⁸ pela Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a Venezuela, que estaria enviando milhares de migrantes aos países vizinhos, tornando-se uma suposta “ameaça regional”.

Para Colom Piella (2019) é o caráter difuso da guerra irregular que confere tanta centralidade aos meios de comunicação e abre espaço até mesmo para discursos contraditórios, que confundem as responsabilidades em cada situação ou fato criado, permitindo ao imperialismo se esconder detrás de uma cortina de fumaça, sem assumir autoria do caos desatado.

Para completar é necessária uma campanha de manipulação, prévia ou em paralelo, na qual a imprensa tem um papel de destaque, reforçado hoje com o uso das redes sociais como campo de batalha (TIRADO, 2020, online).



Triste rebatiña de recursos bajo el pretexto hipócrita por la migración: Arreaza a la UE, Acnur y OIM. Disponível em: <<https://www.laiguana.tv/articulos/590910-arreaza-canciller-oea-oim-migracion/>>. Acessado em: 30 maio 2021.

Colombia seguirá pidiendo recursos a costa de la migración venezolana: Así lo aseguró su nueva canciller. Disponível em: <<https://www.laiguana.tv/articulos/617307-colombia-recursos-migracion-venezolana-canciller-blum/>>. Acessado em: 30 maio 2021.

El canciller venezolano acusa a Acnur de mentir sobre la migración del país". Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/sociedad/el-canciller-venezolano-acusa-a-acnur-de-mentir-sobre-la-migracion-del-pais/20000013-3996469>>. Acessado em: 30 mai. 2021.

Hay una guerra mediática, psicológica, casi que de linchamiento en contra de Venezuela: Jorge Rodríguez, ministro de Comunicación. Disponível em: < <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43544726>>. Acessado em: 30 mai. 2021.

⁴⁶ Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores da Venezuela. Disponível em:<<http://www.mppre.gob.ve/2021/06/11/plan-vuelta-patria-fortaleciendo-reencuentro-familiar-repatriados-peru/>>. Acessado em: 04 jun. 2021.

⁴⁷ Declaração de Fundação do Grupo de Lima. Disponível em: <cancilleria.gov.co/newsroom/news/declaracion-lima-8-agosto-2017> Acessado em: 04 de jun. 2021.

⁴⁸Disponível em: <https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-065/19>. Acessado em: 04 jun. 2021.

A partir de 2019, multiplicaram-se as notícias com ar catastrófico sobre a crise migratória iminente no país. Analisando dois portais venezuelanos de notícias, presentes na lista dos mil sites mais acessados de todo o mundo⁴⁹, mas que se posicionam em campos opostos na sua linha editorial, é possível perceber as diferenças na forma como a imprensa abordou o assunto.

Conforme as manchetes publicadas, somente entre fevereiro e outubro de 2019, pelo portal “La Patilla”, de clara orientação opositora, foram divulgados nove títulos com as palavras ‘imigração venezuelana’ e três contendo ‘crise migratória’ para se referir sobre o fenômeno venezuelano, com titulares como: "Especialistas regionais analisam a crise venezuelana em matéria de saúde" (agosto, 2019)⁵⁰; "Acnur adverte que crise migratória venezuelana já não é regional, senão global" (agosto, 2019)⁵¹; "Nunca pensei em abandonar meu país": Acnur difundiu emotivo vídeo sobre a crise migratória venezuelana" (outubro, 2019)⁵².

Por outro lado, se for analisado o mesmo intervalo de meses de 2019 nas manchetes do portal “La Iguana”, outro líder em audiência no país e claramente identificado ao chavismo, pode-se registrar 13 títulos com as palavras ‘crise migratória’ e nove com ‘imigração venezuelana’, porém o tema é tratado de outra maneira. "Nova publicação: Acnur exclui Venezuela da lista de cinco países com piores crises migratórias" (setembro, 2019)⁵³; “A direita atíça conflitos na Venezuela e revive a ‘crise migratória’ para tapar desastres neoliberais” (outubro, 2019)⁵⁴; "Preocupa que se visibilize a crise migratória da Venezuela: agora é isso que a agência Acnur diz" (novembro 2019)⁵⁵.

Para a ONG Sures, a escassez de dados é manipulada pela imprensa, como parte da guerra mediática, que estaria inserida na estratégia de guerra híbrida das potências econômicas contra Venezuela.

⁴⁹ Disponível em: <<https://www.alexa.com/topsites>>. Acessado em: 04 jun. 2021.

⁵⁰ “Especialistas regionais analisam a crise venezuelana em matéria de saúde” (Agosto, 2019). Disponível em: <<https://www.lapatilla.com/2019/08/26/especialistas-regionales-analizan-la-crisis-migratoria-venezolana-en-materia-de-salud-video/>>. Acessado em: 18 jun. 2021.

⁵¹ "Acnur adverte que crise migratória venezuelana já não é regional, senão global" (Agosto, 2019). Disponível em: <<https://www.lapatilla.com/2019/08/28/acnur-advierte-que-la-crisis-migratoria-venezolana-ya-no-es-regional-sino-global/>>. Acessado em: 18 jun. 2021.

⁵² "Nunca pensei em abandonar meu país": Acnur difundiu emotivo vídeo sobre a crise migratória venezuelana" (Outubro, 2019). Disponível em: <<https://www.lapatilla.com/2019/10/28/nunca-pense-salir-de-mi-pais-acnur-difundio-emotivo-video-sobre-la-crisis-migratoria-venezolana/>>. Acessado em: 18 jun. 2021.

⁵³ "Nova publicação: Acnur exclui Venezuela da lista de cinco países com piores crises migratórias"(Setembro, 2019). Disponível em: <<https://www.laiguana.tv/articulos/553057-acnur-excluir-venezuela-paises-crisis-migratorias/>>. Acessado em: 18 jun. 2021.

⁵⁴ A direita atíça conflitos na Venezuela e revive a "crise migratória" para tapar desastres neoliberais (Outubro, 2019). Disponível em: <<https://www.laiguana.tv/articulos/591510-migratoria-crisis-venezuela-revivir-desastres-clodovaldo/>>. Acessado em: 18 jun. 2021.

⁵⁵ "Preocupa que se invisibilize a crise migratória da Venezuela: agora é isso que a agência Acnur diz" (Novembro, 2019). Disponível em: <<https://www.laiguana.tv/articulos/617378-acnur-crisis-migratoria-venezuela-preocupar/>>. Acessado em: 18 jun. 2021.



Ante os poucos dados oficiais sobre imigração, os meios de comunicação tradicionais, ligados aos setores da oposição ao governo nacional, como também as redes sociais, aproveitaram para divulgar cifras de emigrantes venezuelanos com frequência exageradas e super estimadas (SURES, 2018, p.29).

Para Martha Ortega (2020), o discurso de crise migratória foi uma forma que os governos conservadores na América Latina encontraram para receber financiamento de organismos internacionais. “A resposta à pergunta ‘por que voltam?’ É muito simples e contundente: um refugiado ou um perseguido político não retorna, um imigrante econômico, sim”, defende Ortega, que realizou longa pesquisa sobre o tema. Se analisarmos os dados da Acnur, apenas 14,8% dos migrantes venezuelanos solicitam asilo político nos países receptores, o que apoia o argumento de que a migração venezuelana é estimulada majoritariamente por motivos econômicos e não por perseguição política. Em 2019, o então chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça, Bernardo Laferté, chegou à mesma conclusão, declarando: "A gente foi ao local, em Roraima, e ouvimos de vários venezuelanos afirmar que de fato, nunca sofreram perseguição, mas não têm como se manter lá por falta de emprego, por não conseguir se sustentar"⁵⁶.

Para o migrante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o pedido de refúgio ou asilo político oferece maior proteção e acelera o processo de emissão de documentos no país receptor, dando maiores condições para conseguir trabalho e moradia. Para as agências, organizações não governamentais e governos que recebem essa migração, quanto mais elevados os números de acolhida, maior é a capacidade de exigir recursos aos organismos multilaterais. Em abril de 2018, depois de um evento intitulado "Crise migratória da Venezuela", do grupo Dialogue⁵⁷ – composto por líderes políticos da social democracia latino-americana, como o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, além de ONGs e *think tanks* –, foi anunciado que haviam sido arrecadados US\$ 46 milhões para atender à migração venezuelana. Os Estados Unidos haviam contribuído com US\$ 2,5 milhões. Semanas antes, a Casa Branca também havia anunciado o envio de US\$ 16 milhões ao Brasil e à Colômbia⁵⁸ para apoiar a imigração venezuelana.

Podemos perceber a diferença do tom da cobertura jornalística e a manipulação do tema de acordo com a linha editorial de cada veículo, assim como possíveis interesses econômicos de instituições, ONGs e governos regionais com o discurso de crise migratória ou diáspora venezuelana. Também cabe destacar que no caso de “La Iguana” as publicações rejeitam as declarações dos organismos

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/01/o-que-explica-o-aumento-de-pedidos-de-venezuelanos-e-cubanos-por-refugio-no-brasil>>. Acessado em: 18 jun.2021

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/analysis/venezuelas-migration-crisis/>> Acessado em: 15 jun. 2021.

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/12/como-e-o-atendimento-a-migracao-venezuelana-durante-a-pandemia>>. Acessado em: 15 jun. 2021.



multilaterais, no entanto, novamente, não apresentam dados em contraposição. O que abre precedentes para questionarmos quais são os limites do bom jornalismo num contexto de falta de dados e disputa de narrativas.

Desafios do trabalho jornalístico

O caso venezuelano expressa um dilema cotidiano do trabalho como correspondente internacional, que dentro de um meio de comunicação se torna uma janela para a realidade do país que cobre: o *gatekeeper*.

O que é definido como notícia está diretamente associado à escolha de estratégias discursivas; é imprescindível, portanto, que os correspondentes possuam um saber reflexivo, ou seja, um saber que questione o próprio saber para que a imprensa consiga, cada vez mais, acertar na seleção das informações que são transmitidas para o público (GOMBERG; WELIKSON, 2019, p. 23-24).

O jornalista que entende que seu trabalho é uma forma de adquirir e produzir conhecimento, deve buscar expressar os fatos a partir da sua experiência, sem dissolver a notícia no imediatismo ou na singularidade.

Ainda que a objetividade, como valor máximo a ser seguido pelo jornalismo, seja uma ideia construída historicamente para esconder um discurso hegemônico por detrás de uma cortina de suposta neutralidade dos meios de comunicação de massa e agências internacionais, é tarefa do jornalista buscar realizar um trabalho comprometido, utilizando mecanismos tradicionais e ferramentas tecnológicas para a aferição da autenticidade dos fatos.

É certo que em qualquer pauta, ainda que não esteja escrita na primeira pessoa, a subjetividade do autor estará presente: nas escolhas de fontes, no desencadeamento dos fenômenos, no filtro sobre o vocabulário e na própria concepção do que é o fato jornalístico. A reportagem sempre irá transmitir o fato de acordo com o prisma do jornalista. Logo, a relação entre objetividade e subjetividade é dialética.

O jornalismo, nesse sentido, é a cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através da sua reprodução pelo ângulo da singularidade. Essa reprodução é um processo que tem uma base histórica objetiva e subjetiva (GENRO FILHO, 1987, p. 236).

Assumir que há subjetividade em todas as produções jornalísticas que elaboramos, no entanto não deve ser entendida como um guarda-chuva, que permite substituir a tarefa de informar pela opinião própria ou que seja uma carta-branca para omitir e alterar informações que constituem o fato jornalístico. Entendendo que a



credibilidade do jornalista com o público se erige sobre um pacto social de confiança de que os acontecimentos serão narrados partindo do compromisso com a veracidade, o debate ético é premissa indispensável.

Refletir sobre a ética em uma atividade é, além de um tormento pessoal, um exercício de afastamento de uma prática imediata, de complexificação da moral profissional e de inscrição da profissão na contemporaneidade, com as previsíveis complicações de tal tentativa (KARAM, 2014, p. 24).

O confronto com ambientes distintos no aspecto econômico, político e social certamente alteram o modo do jornalista de ver e pensar o conflito. No entanto, existem métodos eficazes para se chegar às informações e processá-las para o público: o acesso à informação, a partir de publicações oficiais, é um deles.

Ainda que possa ser compreensível a postura do Executivo venezuelano de conter a publicação de cifras negativas, que poderiam ser distorcidas pela oposição política e pesar a favor de uma ideia negativa da sua gestão no imaginário nacional e internacional ou até mesmo intensificar o contexto de caos, a solução não pode ser a suspensão quase que completa da divulgação de cifras, porque, além de ferir um direito básico da cidadania, a longo prazo termina gerando o efeito contrário. Tanto a população perde a confiança no Estado, como os próprios meios de comunicação aliados passam a limitar suas publicações a textos opinativos, declarações oficiais, ou apenas propagandísticas, já que sequer podem ter acesso à informação embasada para contrapor os argumentos opositores.

A perda de confiança e legitimidade de um Estado e a perda de credibilidade dos meios de comunicação ou de jornalistas, num contexto de desinformação e manipulação de redes sociais, é o pior ataque que esses espaços de difusão de informação podem sofrer. As notícias falsas, a demonização e a manipulação devem ser combatidas com informação de qualidade, transparência e elevando o nível de consciência do público. Gomberg e Welikson (2019) defendem que saber associar a busca por objetividade com a realidade do cotidiano da imprensa que comporta, inequivocamente, a subjetividade é mais do que o papel do jornalista, é o seu desafio.

O pesquisador Francisco Karam (2004) buscou discutir conflitos da prática jornalística diante da decadência do jornalismo impresso frente ao *boom* da web. Nos últimos 17 anos, o Jornalismo e a estrutura dos meios de comunicação passaram por diversas mudanças acompanhando os avanços tecnológicos. No entanto, se no início do século a defesa de um bom jornalismo era imprescindível para o respaldo da profissão diante de um futuro mais ou menos apocalíptico, agora a importância já não se limita à existência da prática profissional, mas à própria capacidade de manutenção da comunicação na sociedade e do discernimento entre o que é falso e o que é verdadeiro.



Apesar de todas as novas tecnologias, do processo de globalização e dos diversos acessos a diferentes formas de informação pública, algo continua fazendo do jornalismo uma profissão e um campo de conhecimento com traços distintivos, que permitem e exigem um saber e um fazer específico e possibilitam uma teoria, uma estética, uma ética e uma técnica próprias. Tais aspectos também renovam a necessidade de formação profissional específica (KARAM, 2004, p.37).

Por mais que os meios de comunicação com um discurso político construído e direcionado por atores estatais – que promovem a ruptura com os padrões socioeconômicos atuais e por conta disto sofrem ataques no marco das guerras híbridas – possam amenizar determinados cenários negativos para o governo, não poderão alterar a realidade.

Se é real que o bloqueio econômico e todo o conjunto de sanções geraram prejuízos avassaladores na estrutura e capacidade do Estado de exercer plenamente suas funções e atender a população, essa realidade não será processada somente por cifras, mas pelo cotidiano de quem vive esse contexto. Não é necessário explicar para um venezuelano o que representa o bloqueio, quando em seis anos seu poder de compra caiu cerca de 90%, hospitais e escolas fecharam por falta de manutenção e o salário mínimo passou a valer menos de três dólares estadunidenses. Nesses casos, em vez de maquiar a realidade para torná-la mais “palatável” ao público, o grande trabalho é unir argumentos que expliquem os motivos do que está acontecendo.

Para um agente estatal se trata de condição básica de respeito aos direitos da cidadania e de construção de consciência política coletiva. Para o jornalista é o único caminho para oferecer um trabalho que fuja do sensacionalismo ou da propaganda panfletária. “É no processo do conhecimento que a realidade vai sendo integrada, já que ela se mostra primeiro como caos, como algo desconhecido e imprevisível” (GENRO FILHO, 1987, p. 236). Portanto, é preciso combater a saturação de informação na web com jornalismo de qualidade e não com mais publicações que têm como único objetivo uma breve atualização do assunto ou o incremento da audiência.

Conclusão

É generalizado o reconhecimento de que o jornalismo cumpre um importante papel na sustentação e fortalecimento da democracia, boa governança e direitos humanos, porém há pouco consenso sobre como isso deve ser feito. Isso porque a mídia tanto é uma arena de debate, na qual há o intercâmbio de informações, como é um legítimo ator social. No entanto, sua capacidade de intervir na opinião pública, depende diretamente do seu respaldo econômico. No modelo de negócio de jornalismo vigente, o que predomina são os oligopólios de imprensa e a concentração dessa capacidade de criar matrizes de opinião na mão de poucos. Se esse controle já era perigoso no passado e foi utilizado para estimular conflitos geopolíticos mundiais,



no século atual, no qual predominam táticas de guerra híbrida ou guerra irregular, o papel da mídia se tornou ainda mais decisivo.

Enquanto as grandes potências econômicas continuam controlando as maiores agências e meios de comunicação internacionais, também utilizam seu capital para desenvolver novas ferramentas de manipulação da informação através das redes sociais, entendendo um contexto, no qual o público é estimulado a ser um ator ativo na formação da sua opinião e busca se informar através das redes sociais e da internet, acreditando que, assim, estaria fugindo das notícias transversalizadas por diferentes linhas editoriais ou pela manipulação. É necessário retomar o peso do jornalismo como potencial instrumento de realização cotidiana do direito social à informação. Neste caso, para o jornalista, a tarefa é dupla: legitimar o papel da profissão na sociedade atual e oferecer informação de qualidade.

Em meio a uma verdadeira guerra de braço, e entendendo as limitações editoriais de cada veículo, o jornalista, incluindo o correspondente internacional, ainda deve prezar por realizar um trabalho ético, comprometido com a veracidade dos fatos e que busque expressar a complexidade de cada situação, sem falsear ou ocultar elementos, a fim de favorecer um ponto de vista mais aprofundado sobre a particularidade de cada país, tema, situação, através da apuração detalhada dos fatos, identificação de atores e da contextualização do fato jornalístico. Além de adotar a ética jornalística como responsabilidade moral em relação ao público. A construção de uma ética humanista e universal - que não dilua o indivíduo, mas mantenha-o como ponte com o outro - é fundamental para tentar resolver o impasse entre o direito social à informação imediata apropriada em conjunto por aqueles que a produzem (KARAM, 2014).

A tarefa não é fácil e passa por um exercício de investigação, análise e auto-reflexão cotidianos. Considerando a responsabilidade que cada profissional carrega com o papel social da profissão e com o público que recebe, analisa as suas publicações, e as utiliza como base para conformar sua visão sobre determinado fenômeno, é imprescindível manter a busca constante pela excelência, fugindo da repetição de dogmas, da simplificação da realidade, ou da manipulação de fatos. Na falta de fontes primárias acessíveis, num ambiente de manipulação de dados e narrativas, é dever do jornalista buscar novas fontes ou aclarar o contexto no qual se apresentam determinadas cifras e opiniões.

Na maioria das coberturas, o jornalista não é o pivô das disputas políticas, nem o principal responsável por gerar mudanças substanciais nas realidades abordadas, mas é um dos atores que contribuem para a formação da opinião pública e para a tomada de decisões. O tema é vasto e requer mais investigação sobre os distintos conflitos que um correspondente internacional pode ter no processo de produção da notícia. Até onde o compromisso com a veracidade dos fenômenos é limitado pela polarização da sociedade, pelo acesso aos dados e pela linha editorial do veículo. Agora, o que é possível concluir é que uma situação de guerra, seja ela



convencional ou híbrida, é indiscutivelmente reflexo de conflitos passados, é necessário identificar o singular, para explicar o particular e, assim, gerar o contexto, o sentido universal (GENRO FILHO, 1987) e, dessa forma, realmente contribuir para a produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Situación de Venezuela. Disponível em: <<https://www.acnur.org/situacion-en-venezuela.html>>. Acesso em: 30 maio 2021.

ALEXA. The top 500 sites on the web. Disponível em: <<https://www.alexa.com/topsites>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BBC. "Hay una guerra mediática, psicológica, casi que de linchamiento en contra de Venezuela": Jorge Rodríguez, ministro de Comunicación. 27 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43544726>>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRADSHAW, Samantha; HOWARD, Philip. **The global disinformation order: 2019 global inventory of organised social media manipulation**. Oxford: Oxford Internet Institute, 2020. Disponível em: <<https://demtech.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/93/2019/09/CyberTroop-Report19.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2021.

BRASIL DE FATO. Como é o atendimento à imigração venezuelana durante a pandemia. 12 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/12/como-e-o-atendimento-a-migracao-venezuelana-durante-a-pandemia>> Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL DE FATO. O que explica o aumento dos pedidos de venezuelanos e cubanos por refúgio no Brasil. 1º de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/01/o-que-explica-o-aumento-de-pedidos-de-venezuelanos-e-cubanos-por-refugio-no-brasil>>. Acesso em: 18 jun. 2021

BRASIL DE FATO. Relatora da ONU pede fim das sanções dos EUA contra a Venezuela: "Efeito devastador". 14 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/14/relatora-da-onu-pede-fim-das-sancoes-dos-eua-contra-a-venezuela-efeito-devastador>>. Acesso em: 22 maio 2021.

BRITTO GARCÍA, Luis, **Dictadura Mediática en Venezuela**: Investigación de unos medios por encima de toda sospecha, Ediciones Correo del Orinoco, MINPPCI, Venezuela, 2008.

CABALLERO, Francisco Sierra; SOLA-MORALES, Salomé. **Golpes mediáticos y desinformación en la era digital**. La guerra irregular en América Latina. In Comunicación y Sociedad. Departamento de Estudios de la Comunicación Social. Universidade de Guadalajara. México, 2020.

COLOM PIELLA, Guillem, **La amenaza híbrida: mitos, leyendas y realidades**, Instituto Español de Estudios Estratégicos. Documento Opinión. Espanha. 2019. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2019/DIEEEO24_2019GUICOL-hibrida.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

COLOMBIA. Declaração de Fundação do Grupo de Lima. 8 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://cancilleria.gov.co/newsroom/news/declaracion-lima-8-agosto-2017>> Acesso em: 04 de jun. 2021

EFE. El canciller venezolano acusa a Acnur de mentir sobre la migración del país. 9 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/sociedad/el->



[canciller-venezolano-acusa-a-acnur-de-mentir-sobre-la-migracion-del-pais/20000013-3996469](#)>. Acesso em: 30 maio 2021.

EFFECTO CUCUYO. Banco Mundial deja fuera del radar a Venezuela en sus proyecciones 2020. 8 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://efectocucuyo.com/economia/banco-mundial-2020-venezuela>. > Acesso em: 24 maio 2021.

EISSA, Sergio. **Guerra Híbrida: Una nueva forma de pensar la guerra en el siglo XXI?** Centro Argentino Sobre Estudios Internacionales, Argentina, 2011.

FORBES. Ranking Revista Forbes 2020. Disponível em: <<https://www.forbes.com/billionaires/> > Acesso em: 20 maio 2021.

FRANCE 24. Yván Gil: "Las cifras de migración venezolana no tienen bases científicas". 4 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.france24.com/es/20191204-la-entrevista-yvan-gil-venezuela-migracion-maduro> > Acesso em: 30 maio 2021.

FREITEZ, Anitza. **Encuesta sobre Condiciones de Vida 2017**. Universidade Católica Andrés Bello. Caracas, Venezuela. 2017. Disponível em: <<https://www.ucab.edu.ve/wp.../sites/.../PresentaciónEmigración-ENCOVI-2017-1.pdf> > Acesso em: 12 jun. 2021.

FUNDAÇÃO GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ. **El Periodismo ante la desinformación**, Colômbia, 2021.

GAVROV, Sergei, **Hybrid wars: the archaization of political consciousness and involution of media**, Russian Journal of Communication, Vol. 9. Rússia, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19409419.2017.1323177?journalCode=rrjc20> >. Acesso em: 12 jun. 2021.

GENRO FILHO, Adelmo, **O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo**, Florianópolis, Brasil, 1987. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75390/PSOP0052-D.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 13 jun. 2021.

GOMBERG, Felipe. WELIKSON, Camila. **Os correspondentes internacionais em zonas de conflito: ética, produção da notícia e teorias do jornalismo no ensino da profissão**. In: Revista: Pauta Geral: Estudos de Jornalismo. Vol: 6. Nº 1, Ponta Grossa, Brasil, 2019.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: Ensaios de teoria do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. V. 1. Florianópolis: Insular, 2009.

HOFFMAN, Frank. **Hybrid Threats: reconceptualizing the evolving character of modern conflict**, Institute for National Strategic Studies, National Defense University, Strategic Forum nº 240, Estados Unidos, Abril, 2009.

HOMELAND SECURITY DIGITAL LIBRARY. Joint operating environment 2018: challenges and implications for the future joint force. Disponível em: <https://www.hsdl.org/c/?s=s_3082 >. Acesso em: 30 maio 2021.

HOOTSUITE. The global state of digital in 2019. Disponível em: <<https://www.hootsuite.com/resources/digital-in-2019> > Acesso em: 20 maio 2021.

KARAM, Francisco J.C. **A Ética Jornalística e o Interesse Público**. Summus Editorial. São Paulo, Brasil, 2004.

KARAM, Francisco J.C. **Jornalismo, ética e liberdade**. Summus Editorial. São Paulo, Brasil. 2014.

LA IGUANA TV. "Nos preocupa que se invisibilize a crise migratória da Venezuela: agora é isso que a agência Acnur diz". 29 de novembro de 2019. Disponível



em:<<https://www.laiguana.tv/articulos/617378-acnur-crisis-migratoria-venezuela-preocupar/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. "Triste rebatiña de recursos bajo el pretexto hipócrita por la migración": Arreaza a la UE, Acnur y OIM. 29 de outubro de 2019. Disponível em:<<https://www.laiguana.tv/articulos/590910-arreaza-canciller-oea-oim-migracion/>>. Acesso em: 30 maio 2021.

_____. A direita atíça conflitos na Venezuela e revive a "crise migratória" para tapar desastres neoliberais. 30 de outubro de 2019. Disponível em:<<https://www.laiguana.tv/articulos/591510-migratoria-crisis-venezuela-revivir-desastres-clodovaldo/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. Colombia seguirá pidiendo recursos a costa de la migración venezolana: Así lo aseguró su nueva canciller. 28 de novembro de 2019. Disponível em:<<https://www.laiguana.tv/articulos/617307-colombia-recursos-migracion-venezolana-canciller-blum/>>. Acesso em: 30 maio 2021.

_____. Nova publicação: Acnur exclui Venezuela da lista de cinco países com piores crises migratórias. 4 de setembro de 2019. Disponível em:<<https://www.laiguana.tv/articulos/553057-acnur-excluir-venezuela-paises-crisis-migratorias/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

LA PATILLA. "Nunca pensei em abandonar meu país": Acnur difundiu emotivo vídeo sobre a crise migratória venezuelana. 28 de outubro, 2019. Disponível em:<<https://www.lapatilla.com/2019/10/28/nunca-pense-salir-de-mi-pais-acnur-difundio-emotivo-video-sobre-la-crisis-migratoria-venezolana/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. Acnur advierte que crise migratória venezuelana já não é regional, senão global 28 de agosto de 2019. Disponível em:<<https://www.lapatilla.com/2019/08/28/acnur-advierte-que-la-crisis-migratoria-venezolana-ya-no-es-regional-sino-global/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. Especialistas regionais analisam a crise venezuelana em matéria de saúde. 26 de agosto de 2019. Disponível em:<<https://www.lapatilla.com/2019/08/26/especialistas-regionales-analizan-la-crisis-migratoria-venezolana-en-materia-de-salud-video/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR. Disponível em: <<https://www.mom-rsf.org/>> Acesso em: 30 maio 2021.

MINISTÉRIO DEL PODER POPULAR PARA EL PETROLEO. Informe "La Verdad de Venezuela Contra la Infamia: datos y testimonios de un país bajo asedio", Venezuela, 2020.

Disponível em:

<http://www.minpet.gob.ve/images/iconos/redes_sociales/La_verdad_de_Venezuela_contra_la_infamia.pdfv>. Acesso em: 22 maio 2021.

MINISTÉRIO DEL PODER POPULAR PARA LA PLANIFICACIÓN. Venezuela en cifras, 2021. 26 de janeiro de 2021. Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2021/01/Venezuela-en-cifras-2021-26-enero-1.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2021.

MINISTÉRIO DEL PODER POPULAR PARA LAS RELACIONES EXTERIORES. Plan vuelta patria fortaleciendo reencuentro familiar en Peru. 11 de junho de 2021. Disponível em: <<http://www.mppre.gob.ve/2021/06/11/plan-vuelta-patria-fortaleciendo-reencuentro-familiar-repatriados-peru/>>. Acesso em: 04 jun. 2021.



MOTTA, Luiz Gonzaga. (2002). **Imprensa e poder**. In: MOTTA, L. G. (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

NAÇÕES UNIDAS. Uma de cada três pessoas na Venezuela não tem comida suficiente. 25 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/es/story/2020/02/1470101>> Acesso em: 22 maio 2021.

ONG SURES. Informe Especial: Medidas Coercitivas Unilaterales contra Venezuela y su Impacto en los Derechos Humanos, Caracas, Venezuela, 2018. Disponível em: <<https://sures.org.ve/wp-content/uploads/2018/06/INFORME-MEDIDAS-UNILATERALES-COERCITIVAS.-SURES.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Informe Especial: Medidas Coercitivas Unilaterales y Bloqueo Económico - Financiero - Comercial Contra Venezuela: Impacto em Los Derechos Humanos, Caracas, Venezuela, 2019. Disponível em: <<https://sures.org.ve/wp-content/uploads/2019/04/INFORME-MEDIDAS-UNILATERALES-COERCITIVAS.-2019-VERSION-PARA-IMPRIMIR.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Informe Especial: Tendencias Migratorias en Venezuela: una aproximación desde los derechos humanos, Caracas, Venezuela, 2018. Disponível em: <<https://sures.org.ve/wp-content/uploads/2018/08/INFORME-SOBRE-MOVILIDAD-HUMANA-EN-VENEZUELA.-SURES-1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ONU MIGRACIÓN. El perfil de los refugiados y migrantes de Venezuela en América Latina y el Caribe revela variaciones de país a país en sus características y experiencias. Disponível em: <<https://www.iom.int/es/news/el-perfil-de-los-refugiados-y-migrantes-de-venezuela-en-america-latina-y-el-caribe-revela>>. Acesso em: 30 maio 2021.

_____. Refugiados y migrantes de Venezuela superan los cuatro millones: la OIM y el ACNUR. Disponível em: <<https://www.iom.int/es/news/refugiados-y-migrantes-de-venezuela-superan-los-cuatro-millones-la-oim-y-el-acnur>>. Acesso em: 30 maio 2021.

ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS. Estados Parte del TIAR en el Consejo Permanente aprueban constituir Órgano de Consulta y convocar Reunión de Cancilleres del Tratado. 11 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-065/19>. Acesso em: 04 jun. 2021.

ORTEGA, Martha. **¿Por qué ya no se habla de los migrantes venezolanos?** Cronología de una crisis que dejó de ser rentable, Caracas, Venezuela, 2020. Disponível em: <<https://medium.com/@misionverdad2012/por-qu%C3%A9-ya-no-se-habla-de-los-migrantes-venezolanos-c8e312e730fe>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

THE DIALOGUE. Venezuela's migration crisis. 4 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/analysis/venezuelas-migration-crisis/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

TIRADO, Arantxa. **Venezuela, laboratorio de la guerra híbrida del siglo XXI**. Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raúl Roa García. Caracas, Venezuela, 2020. Disponível em: <<http://rpi.isri.cu/es/node/123>> Acesso em: 15 jun. 2021.

VENTURA, Fernando, **Aplicaciones y desafíos de la guerra híbrida, irrestricta y zona gris para los sistemas de defensa latinoamericanos**, In *Perspectivas Revista de Ciencias Sociales*, Ano 4, nº 8, Julho – Dezembro 2019, Universidade Nacional de Rosario, Argentina, 2019.



O JORNALISMO ALTERNATIVO PÓS-PANDEMIA SERÁ DECOLONIAL OU NÃO SERÁ

Vanessa Martina-Silva⁵⁹

Introdução

Durante muitos meses, em 2020, o mundo inteiro parou, literalmente. Ficou apreensivo e com a respiração suspensa, sem saber o que aconteceria com a humanidade diante da epidemia do novo coronavírus, que atingiu todos os países do globo — alguns mais, outros menos. Teve governo que agiu com rapidez e efetividade, priorizando a vida da população, e os que, tomados pelo negacionismo, se valeram de argumentos injustificáveis e contrapuseram a economia à saúde, gerando instabilidade econômica e uma crise sanitária, como foi o caso do Brasil.

À tensão e angústia geradas pelo cenário político, somou-se o fato de que a maior parte dos trabalhos e atividades sociais passou a ser realizada pela internet. Foi então que se popularizaram as chamadas “lives”, ou transmissões ao vivo, sobre os mais variados temas e que preencheram o vazio deixado pela falta de sociabilidade.

Neste contexto, em 27 de maio de 2020, foi realizada a mesa “TeleSUR e Garganta Poderosa; a pandemia retratada pela mídia alternativa”, organizada pelo Prolam Debates. Estiveram presentes no evento a presidenta da emissora multiestatal TeleSUR, Patricia Villegas; Nelson Santacruz, da revista La Garganta Poderosa, projeto colaborativo nascido em 2011 na Villa Zavaleta, periferia de Buenos Aires, e Dennis de Oliveira, professor de comunicação na Escola de Comunicação (ECA) da USP e no PROLAM, colaborador em diversas publicações alternativas. O objetivo dessa conversa, que tive a honra de moderar, foi compreender como iniciativas importantes do jornalismo alternativo latino-americano estavam lidando com a cobertura da pandemia do novo coronavírus e como elas pensam o futuro dos meios de comunicação no marco dos debates da colonialidade.

O resultado foi gratificante e pode ser conferido no canal da plataforma YouTube em sua íntegra⁶⁰. Como complemento à mesa realizada naquele momento,

⁵⁹ Graduada em Comunicação Social — com habilitação em jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Especialista em Políticas Públicas para a Igualdade na América Latina pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Atualmente, é mestranda no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Tem experiência na área de Comunicação e jornalismo internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, integração, colonialidade, decolonialidade, mídia contra-hegemônica e jornalismo emancipatório. Participou de coberturas internacionais em Argentina (2011 2012, 2015 e 2019), Paraguai (2012) e Venezuela (2012 e 2013). Trabalha há mais de dez anos com jornalismo “alternativo” e atualmente é editora da revista Diálogos do Sul.



trago, neste artigo, uma reflexão mais aprofundada, com o objetivo de contribuir, ainda que de modo incipiente, com o debate sobre colonialidade / decolonialidade. Os questionamentos aqui levantados visam pensar o que pode ou deve ser uma comunicação para o pós-pandemia e que contemple as utopias almejadas durante o mais de um ano de confinamento.

Colonialidade

Colonialismo é o termo usado para designar o processo que se iniciou com a exploração da América, em 1492, por europeus e que culminou no enriquecimento dos futuros Estados-Nação, garantindo-lhes condições apropriadas de acumulação de capitais e, posteriormente, no desenvolvimento do capitalismo. Já a colonialidade é a constatação de que tal processo exploratório não teve seu fim com o ciclo de independência das nações latino-americanas, ao contrário, segue vigente como padrão de exploração do trabalho, nas hierarquias sociais, na administração pública e na subjetividade dos sujeitos dessa região.

Na visão de Aníbal Quijano, foi a América que inventou a Europa. O “Novo Mundo” foi a base da acumulação primitiva de capitais e permitiu a criação de um mercado mundial. Foi nessa terra recém-conquistada que se fundou o espírito da modernidade como orientação para o futuro, substituindo a tradição europeia que via no passado a “era dourada” (SEGATO, 2018, p. 44).

Antes da chegada dos barcos ibéricos a estas costas, não existia Europa, nem Espanha ou Portugal, muito menos América, nem o ‘índio’, nem o ‘negro’, nem o ‘branco’, categorias étnicas estas que unificaram civilizações internamente muito diversas, com povos que dominavam alta tecnologia e ciência e povos de tecnologia rudimentar. Da mesma forma, no momento em que se inicia o processo da conquista e colonização, a modernidade e o capitalismo também dão os primeiros passos. (SEGATO, 2018, p. 44)^{61 62}.

A partir da conquista, aponta a autora, todo o vocabulário existente para entender o mundo se transforma, o próprio mundo é reconfigurado, criando categorias para entendê-lo (SEGATO, 2018, p. 44). Assim, a pré-condição do sistema mundo moderno é a colonialidade.

⁶⁰ A íntegra da transmissão está disponível em: https://youtu.be/VGs_Y268zoQ . Acessado em: 20 jun. 2021.

⁶¹ Todas as traduções presentes neste trabalho foram realizadas por mim.

⁶² No original: “antes de la llegada de los barcos ibéricos a estas costas, no existía Europa, ni tampoco España o Portugal, mucho menos América, ni el ‘índio’, ni el ‘negro’, ni el ‘blanco’, categorías étnicas éstas que unificaron civilizaciones internamente muy diversas, con pueblos que dominaban alta tecnología y ciencia y pueblos de tecnología rudimentaria. De la misma forma, en el momento que se inicia el proceso de la conquista y colonización, la modernidad y el capitalismo también daban sus primeros pasos”.



Quijano explica que o padrão de poder originado com a Conquista é mundialmente hegemônico desde o século XVIII. Apesar de as lutas anticoloniais terem tirado, relativamente, o controle do poder das mãos dos colonizadores e de as raças consideradas naquele momento “inferiores” terem hoje graus de participação na administração pública, “o controle central e mundial não deixou de ser eurocentrado” (QUIJANO, 2006, p. 521).

Isso porque o processo de independência ocorrido na América Latina se difere de outras experiências, já que quem se apoderou do controle estatal após a libertação foram minorias de origem europeia ou branca que submeteram a maioria de negros e indígenas outrora escravizada. O Estado que se origina desse processo era “independente do poder colonial, mas, em sua condição de centro do controle do poder era uma fiel expressão da colonialidade do poder na sociedade” (QUIJANO, 2006, p. 522).

Esse processo de subjugação baseado em quatro pilares: a **centralidade da raça**, com a inferiorização racializada de povos nativos e sequestrados de África; a **exploração capitalista**, possível a partir da acumulação de capitais realizada pela exploração das colônias; o **eurocentrismo** e o conseqüente epistemicídio dos saberes não europeus e o **Estado-Nação** que, na América Latina, não corresponde à ideia europeia, já que não representa as maiorias nem está fundado sobre a ideia de democracia. Darcy Ribeiro chegou a dizer que nossas classes dominantes se parecem mais ao patriarcado escravista romano que com a burguesia clássica. (QUIJANO, 2005, 2006, 2014; SEGATO, 2018; RIBEIRO, 2017).

Atualizando a questão, Ramón Grosfoguel observa que a

‘colonialidade do poder’ refere-se a um processo de estruturação social no sistema mundial moderno / colonial que articula lugares periféricos na divisão internacional do trabalho com a hierarquia racial / étnica global e a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia racial/étnica de cidades metropolitanas globais (GROSFOGUEL, 2006, p. 29) ⁶³

O racismo contra negros e indígenas foi um fator central na construção da colonialidade, portanto, do capitalismo. A racialização das relações entre colonizadores e colonizados é uma construção moderna, inexistente antes da Conquista da América. Para submeter o “Novo Mundo”, os homens que aqui chegaram, criaram categorias até então inexistentes para designar o “outro”, com base no que hoje definimos como etnia.

⁶³ No original: La «colonialidad del poder» se refiere a un proceso de estructuración social en el sistema mundo moderno/colonial que articula lugares periféricos en la división internacional del trabajo con la jerarquía global racial/étnica y la inscripción de los migrantes del Tercer Mundo en la jerarquía racial/étnica de las ciudades globales metropolitanas.



Os povos originários da América tiveram suas histórias, culturas, línguas, memória e identidade apagadas. Independentemente de serem maias, quéchuas, astecas, chimus ou guaranis, passaram a se chamar “índios”. O mesmo ocorreu com as nações sequestradas de África. Tanto iorubás, zulus, como congos e bacongos seriam designados sob a classificação negativada de “negros”. Ambos estavam em uma posição “natural” de inferioridade com relação aos outros, brancos e europeus.

Quijano (2005, p. 117–118) observa que como as relações que estavam sendo estabelecidas naquele momento eram de dominação, as identidades ali forjadas foram associadas às hierarquias e a identidade racial foi estabelecida como instrumento de classificação social da população. Raça se tornou o critério fundamental para a distribuição da população mundial em níveis, estruturas e papéis na definição de poder da nova sociedade.

Inclusive, o autor destaca que os que futuramente se chamariam “europeus” e os “africanos” se conheciam desde muito antes da conquista e que não há bibliografia que comprove o uso de termos raciais para se referirem uns aos outros antes da América. Dessa forma, o fator raça foi aplicado pela primeira vez aos indígenas, não aos negros. A racialização, assim, antecedeu o fator cor na classificação social da população (QUIJANO, 2005, p. 141).

Raça e divisão do trabalho são, dessa forma, elementos basilares do nascente capitalismo, da modernidade e do eurocentrismo. A partir do século XVIII, já com o início das independências latino-americanas, o mesmo padrão de dominação segue sendo utilizado, apesar da criação de novas identidades históricas e sociais, como os amarelos e os azeitonados (oliváceos). “Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido” (QUIJANO, 2005, p. 119). Isso porque “a ideia de raça é, com toda certeza, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos” (QUIJANO, 2014, p. 101)⁶⁴.

Tais instrumentos da colonialidade seguem vigentes como instrumentos da acumulação de capital em escala global. Grosfoguel aponta que hoje uma das formas pelas quais as pessoas não-europeias que vivem na periferia do capitalismo estão sob a “colonialidade global” é pela política imposta pelos Estados Unidos. Isso se dá por meio de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Pentágono e a Organização do Tratado Atlântico Norte (Otan). “As zonas periféricas permanecem em uma situação colonial ainda quando deixaram de estar sob uma administração colonialista”, explica Grosfoguel (2006, p. 29)⁶⁵.

⁶⁴ No original: “la idea de raza es, con toda seguridad, el más eficaz instrumento de dominación social inventado en los últimos 500 años”.

⁶⁵ No original: “Las zonas periféricas permanecen en una situación colonial aun cuando han dejado de estar bajo una administración colonialista”.



Colonialidade na comunicação

Na comunicação, a colonialidade cumpre um papel central, sendo mais um dos instrumentos de invisibilização, apagamento e silenciamento de povos e nações. Vilma Almendra, integrante do coletivo Tejido de Comunicación del Norte de Cauca, na Colômbia, traz considerações importantes sobre este tema ao apontar que a comunicação é usada como ferramenta chave para sequestrar, mutilar, torturar e até cercar nossas culturas [...], a mercantilização da palavra, a folclorização de nossas ações, a civilização de nossos pensamentos, a modernização de nossas organizações e muitas outras precisamente para que nos ajustemos ao modelo econômico, para que caibamos no Estado que eles nos impuseram, para que nos deem um posto no Congresso e para que possamos nos apresentar pelos meios de comunicação de massa. A ‘comunicação’ que nos aceita em suas esferas, tem que ser a que convém a eles, que serve a eles, que os legitima (ALMENDRA, en prensa apud WALSH, 2016, p. 50–51) ^{66 67}

Sendo a comunicação um instrumento importante de leitura da realidade e de construção de narrativas históricas, esse processo descrito por Almendra nos remete à sociedade silenciosa definida por Paulo Freire, segundo quem

a compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio quanto da cultura que tem voz. A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole — em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo. (FREIRE, 1976, p. 70-71 apud OLIVEIRA, 2017, p. 181).

Assim, considerando o contexto latino-americano, em que a maioria de nossa população é formada por negros, indígenas e não-brancos, não é exagero afirmar que há um epistemicídio em curso e que a comunicação é parte estruturante desse processo. Voltando à Almendra, ela complementa:

⁶⁶ Todas as traduções presentes neste trabalho foram realizadas por mim.

⁶⁷ No original: “[La “comunicación” como] herramienta clave para secuestrar, mutilar, torturar y hasta cercenar nuestras culturas [...], la mercantilización de la palabra, la folclorización de nuestras acciones, la civilización de nuestros pensamientos, la modernización de nuestras organizaciones y muchas otras precisamente para que nos ajustemos al modelo económico, para que quepamos en el Estado que ellos impusieron, para que nos den un puesto en el congreso y para que podamos presentarnos a través de los medios masivos. La “comunicación” que nos acepta en sus esferas, tiene que ser la que a ellos les conviene, les sirve, les legitima”.



os meios de comunicação ocultam [...] que temos mais de 5 milhões de deslocados internos pelo terror e a guerra que o modelo econômico nos impôs; que milhões de homens e mulheres do campo estão morrendo empobrecidos com os tratados de ‘livre comércio’; que milhares de indígenas, camponeses, afrocolombianos, mestiços seguem sendo assassinados e desalojados de suas terras pelos megaprojetos mineiros e energéticos; [...] que confundem, compram e vendem dirigentes em cada processo; que se rouba até a palavra dos movimentos para vencer. (ALMENDRA, en prensa apud WALSH, 2016, p. 46)⁶⁸.

Essa discussão vem de longe. Já nos anos 1970, os chamados países em desenvolvimento perceberam que suas vidas estavam dominadas pelos países desenvolvidos política e economicamente e que isso impedia que eles se desenvolvessem. Perceberam também que essa dependência, ao mesmo tempo, se expressava na esfera cultural e que, nesse contexto, a comunicação estava a serviço da dominação neocolonialista. (BELTRÁN, 2012a, p. 17–18).

Em outras palavras, na América Latina,

uma pequena minoria de sua população exerce poder sobre a vasta maioria para garantir o domínio total. Para isso, as elites oligárquicas recorrem à comunicação de massa como um instrumento para manter a situação inalterada. Esse uso da comunicação é muitas vezes feito de uma forma tão antidemocrática que chega a ser uma “comunicação vertical”, como Pasquali, Freire e Gerace a chamaram. E o que acontece entre as classes sociais dentro de cada um dos países da América Latina também acontece entre todos eles — uma sociedade dependente — e os Estados Unidos da América, seu dominador externo. Em ambos os casos, os poderosos subordinam os impotentes com a ajuda da comunicação (BELTRÁN, 2012a, p. 34–35)⁶⁹.

⁶⁸ No original: “Los medios de comunicación ocultan –dice Almendra– que tenemos más de 5 millones de desplazados internos por el terror y la guerra que han impuesto con el modelo económico; que millones de hombres y mujeres del campo se están muriendo empobrecidos con los tratados de “libre comercio”; que miles de indígenas, campesinos, afrocolombianos, mestizos siguen asesinados y despojados de sus tierras por megaproyectos mineros y energéticos; [...] que se confunden, compran y venden dirigentes en cada proceso; que se roba hasta la palabra de los movimientos para vencer...”.

⁶⁹ No original: [En América Latina], “una exigua minoría de su población ejerce poder sobre la vasta mayoría para asegurarse la dominación total. Para hacerlo así, las elites oligárquicas recurren a la comunicación de masas como instrumento para mantener inalterable la situación. Este uso de la comunicación se hace a menudo en forma tan antidemocrática que llega a ser “comunicación vertical” como la llamaron Pasquali, Freire y Gerace. y esto que sucede entre las clases sociales dentro de cada uno de los países de la América Latina también ocurre entre todos ellos –una sociedad



Há que se falar ainda sobre a importância de uma discussão acerca dos marcos teóricos ensinados nas universidades de comunicação em nossos países. Beltrán, que integrou a Escola Crítica Latino-americana, questionou a comunicação dominante e o sistema vertical de imposição de imaginários. Ele defendia a comunicação como exercício de libertação e governança cidadã (CHAPARRO, 2014, 10).

Torrío Villanueva observa que, como em outros campos do conhecimento, na comunicação predominam pressupostos e critérios científicos do mundo moderno e ocidental que se baseiam na “hierarquização racializada e na razão dualista” (TORRICO VILLANUEVA, 2020, p. 265). Como resultado, temos uma concepção euro-estadunidense que vê a comunicação como um recurso instrumental, de apoio a interesses de poder. Valendo-se dos aportes feitos por Luis Ramiro Beltrán à pesquisa da comunicação na América Latina, o autor destaca que a área está dominada por modelos conceituais alienígenas provenientes, sobretudo, dos Estados Unidos (TORRICO VILLANUEVA, 2020, p. 265). Assim, essa ciência teria ficado muito baseada em fatos e cifras, em detrimento da sociedade como matriz de compreensão.

Essa percepção foi evidenciada pelo informe provisório do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), segundo o qual,

a teoria da comunicação e a metodologia da investigação elaboradas nos centros metropolitanos nem sempre correspondem à realidade e às necessidades de investigação dos países atrasados e dependentes, no entanto, elas se aplicam, indiscriminadamente, às situações da região, com resultados obviamente inadequados e que às vezes provocam distorções. Esse uso tem sido induzido sob o pressuposto de que a teoria social é universal e de que sua validade transborda o marco dos espaços culturais e dos processos históricos. (CIESPAL, 1973, p.13 apud TORRICO VILLANUEVA, 2020, p. 273).⁷⁰

Esse pioneirismo também se refletiu no avanço em termos comunicacionais. Segundo o analista catalão Josep Gifreu, a América Latina exerceu um “protagonismo exemplar” no tema. Isso porque por volta dos anos 1970, a região já possuía cerca de 80 escolas universitárias de comunicação. Em meados da mesma década, foram criados centros de ensino, como o Centro Internacional de Estudos Superiores de

dependiente – y los Estados Unidos de América, su dominador externo. En ambos casos los poderosos subordinan a los impotentes con la ayuda de la comunicación”.

⁷⁰ No original: “La teoría de la comunicación y la metodología de la investigación elaboradas en los centros metropolitanos, no siempre corresponden a la realidad y a las necesidades de investigación de los países atrasados y dependientes, no obstante lo cual se aplican, indiscriminadamente, a las situaciones de la región, con resultados obviamente inadecuados y a veces distorsionantes. Su uso ha sido inducido bajo el supuesto de que la teoría social es universal y de que su validez desborda el marco de los espacios culturales y de los procesos históricos”.



Comunicação para a América Latina (Ciespal), no Equador, Instituto Latino-Americano de Estudos (ILET) no México e Instituto para a América Latina (IPAL), no Peru. Esses fatores ajudam a explicar o protagonismo que a região desempenhou nas décadas de 1970 – 1980 por políticas nacionais de comunicação, bem como na teoria e prática de uma comunicação horizontal, dialógica e participativa (BELTRÁN, 2005, p. 32).

As assimetrias tanto educacionais quanto tecnológicas, e no fluxo de informação gerada e recebida entre os países de capitalismo central e os periféricos foram tratadas com profundidade no âmbito da Unesco, na década de 1970. O resultado da ampla investigação culminou na confecção do relatório "Um Mundo e Muitas Vozes", realizado pela Comissão Internacional para Estudo dos Problemas da Comunicação MacBride, popularizado como Relatório MacBride, em 1980. Entre outras conclusões sumamente importantes, o documento aponta que as notícias geradas sobre as nações em desenvolvimento distorcem a realidade ao darem ênfase excessiva em determinados temas negativos em detrimento de outros. Tal distorção tem dois efeitos principais, como aponta o documento:

os países em desenvolvimento se referem às distorções do conteúdo das notícias que podem ser perigosas por duas razões. De uma parte, creem que os meios massivos do Ocidente, conscientemente ou não distorcem a imagem dos países em desenvolvimento em seus informes de notícias, ao se concentrarem de forma quase exclusiva nas notícias "quentes": distúrbios políticos, golpes de Estado e catástrofes. Pouco se diz dos esforços que são feitos para impulsionar o desenvolvimento os quais não são sensacionais, mas de fato estão mudando as vidas de milhões de pessoas. Além disso, dado que grande parte das notícias que chegam aos auditórios do Terceiro Mundo tem origem nos grandes meios de notícias, os habitantes dos países em desenvolvimento recebem a mesma imagem distorcida, o que pode ferir seu orgulho nacional e prejudicar o sentido de sua própria identidade cultural. (MACBRIDE, 1980, p. 63–64).⁷¹

O drama das nações da periferia do capitalismo, no entanto, não se resume apenas ao fator informacional. O filósofo mexicano Fernando Buen Abad Domínguez, avalia as demais distorções que criaram um "abismo comunicacional" entre os países ricos e pobres:

O informe [MacBride] trouxe o problema da concentração dos meios tecnológicos em poucas mãos. Viram, já naquela época, que só os

⁷¹ No original: "Los países en desarrollo se refieren a las distorsiones del contenido de las noticias que pueden ser peligrosas por dos razones. Por una parte, creen que los medios masivos de Occidente, conscientemente o no, distorsionan la imagen de los países en desarrollo en sus informes de noticias, al concentrar-se en forma casi exclusiva en las noticias "calientes": disturbios políticos, golpes de Estado y catástrofes. Poco se dice de los esfuerzos que se hacen para impulsar el desarrollo, los que no son sensacionales pero en efecto están cambiando las vidas de millones de personas".



países ricos teriam acesso às tecnologias e isso criaria um abismo tecnológico. Outro ponto é a brecha educacional, porque os que detêm as estruturas e recursos podem manejar os discursos, as linguagens e são justamente os que também têm interesses mercantis. Assim, ficamos sem voz e sem espaço. Por isso o informe se chama *Múltiplas Vozes*. Já viam que poucas vozes poderiam falar através do desenvolvimento que veio com a revolução comunicacional e da imagem. O informe trouxe também outro dilema: as agendas dos meios de comunicação foram sequestradas pelos interesses comerciais dos distintos governos e as agendas sociais foram postergadas até o ponto em que a agenda social foi totalmente substituída pela comercial. Então nos fizeram acreditar que nossa agenda é a deles. Se há uma crise brutal do capitalismo, temos que abraçá-la como sendo nossa, o que é um desastre. (BUEN ABAD, 9 dez. 2012).

Embora tenham se passado 40 anos desde o informe da Unesco, o cenário latino-americano não melhorou. A avaliação de Beltrán a respeito da validade do relatório MacBride, realizada em 2005, segue atual:

A situação que propuseram corrigir não apenas não melhorou como piorou grande, vertiginosa e gravemente. A brecha do poderio político, econômico, cultural e informativo entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido, que já era enorme no final da década de 70, é agora de uma magnitude que poderia se dizer sideral (BELTRÁN, 2005, p. 33).⁷²

O fato é que, apesar dos esforços, a realidade ainda é de meios massivos controlando o espectro comunicacional. De acordo com Altamiro Borges, presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa, com sede em São Paulo,

Os “DONOS da mídia” detêm hoje um poder descomunal, sem precedentes na história. Passou-se o tempo das ilusões sobre este setor, que no passado chegou a ser batizado de “quarto poder” pelo papel desempenhado na fiscalização dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Atualmente, os impérios midiáticos, que unem informação, entretenimento e cultura, e concentram inúmeros veículos — jornais, revistas, emissoras de televisão, rádios, internet, etc. —, colocam-se acima de leis e constituições, atacam os movimentos sociais e os governos progressistas e tenta sabotar a democracia. Na prática, desempenham o papel de uma verdadeira ditadura midiática, sendo um entrave a qualquer projeto de

⁷² No original: "la situación que propusieron corregir no sólo que no ha mejorado sino que ha empeorado grande, vertiginosa y gravemente. La brecha de poderío político, económico, cultural e informativo entre el mundo desarrollado y el mundo subdesarrollado, que ya era enorme a fines de la década del 70, es ahora de una magnitud que diríase sideral".



emancipação da humanidade, de superação da barbárie capitalista. (BORGES, 2009, p. 15).

Governos progressistas da região nas últimas duas décadas realizaram diversas tentativas para democratizar os meios de comunicação, como foi o caso de iniciativas desenvolvidas, principalmente, em Venezuela, Equador, Argentina, Bolívia e Uruguai. Hoje, porém, além da crítica ao monopólio dos meios de comunicação tradicionais, é preciso observar que as novas tecnologias — celulares, *tablets*, internet das coisas, redes sociais, etc. — concentraram ainda mais o poder informacional. E a concentração está nas mãos das gigantes do Vale do Silício — também conhecidas pelo acrônimo GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Além disso, são os algoritmos — ferramentas de programação computacional — gerenciados por essas empresas que definem quais os conteúdos serão exibidos aos usuários (SILVA, 2020, p. 760).

Buen Abad chega a chamar de “guerra midiática” o que vivemos. Essa ofensiva, diz, é parte de um “Plano Condor Comunicacional” que se articula no continente em estreita relação com as bases militares e as bases midiáticas, sendo que as últimas têm a vantagem de serem mais rápidas e ubíquas no que diz respeito à capacidade de articulação e sincronidade. (BUEN ABAD, 2015, p. 1 apud WALSH, 2016, p. 41).

Quando, na Argentina, o Grupo Clarín estava a ponto de perder parte do monopólio midiático que detém — pela vigência da chamada Lei de Meios, de 2009, o que deveria ocorrer em 7 de dezembro de 2012, o 7D, uma ofensiva midiática e judicial entrou em ação e conseguiu impedir a decisão. À época, Buen Abad deu a seguinte declaração:

Hoje temos bases militares e ideológicas em todos os países, e se chamam televisões e jornais. O papel do Clarín aqui é o de uma base militar, de uma ofensiva contra o governo para desestabilizar, triturar Cristina. Fazem tarefas destituidoras contra um governo que pela primeira vez tem um projeto político para este país; dizem que temos uma presidenta louca, que há um vazio de poder, que há confusão na condução política, que não sabem o que fazer diante dos problemas... Esses foram exatamente os termos usados para dar o golpe de Estado na Venezuela. (BUEN ABAD, 9 dez. 2012).

O que se tenta evidenciar é que há uma ação coordenada de ação contra determinadas políticas, figuras públicas e linhas ideológicas. Para Buen Abad, as bases midiáticas têm como eixo principal a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), o Grupo Random, da Colômbia, e a CNN em espanhol. A orientação ideológica a esses grupos é dada, segundo Catherine Walsh, pelo grupo Prisa⁷³, onde “estão os

⁷³ Promotora de Informações Sociedade Anônima (PRISA), maior conglomerado de mídia espanhol, presente em 22 países da Europa e da América Latina, incluindo o Brasil, com o jornal El País. Apesar de no Brasil o veículo ser enquadrado dentro da linha mais progressista e democrática, o mesmo não ocorre com a versão em



laboratórios de guerra ideológica e psicológica mais poderosos do mundo, que funcionam basicamente a partir de uma estratégia tanto semântica como militar” (WALSH, 2016, p. 41).

Fora isso, o grupo Prisa também detém uma das principais editoras de livros escolares da América Latina, a Santillana. Já o magnata mexicano Carlos Slim detém 4,3% das participações do grupo. Slim é dono da TelMex; da América Móvil, que inclui a operadora de telefonia Claro; do MSN, da Microsoft em espanhol, e é o principal acionista do jornal estadunidense *The New York Times*. Assim, Walsh, comentando esse monopólio midiático, diz:

Ao que parece, há uma espécie de conspiração em pleno desenvolvimento, na qual fica evidente não apenas a fronteira da luta ideológica e o pentágono da comunicação, mas também o papel central da comunicação na nova colonialidade da existência e da vida (WALSH, 2016, p. 42).⁷⁴

Walsh resume bem a questão ao dizer que essas forças têm um papel-chave na colonialidade do poder por meio da “união das forças de repressão e controle comunicacional, que hoje em dia gritam pela liberdade de expressão e atuam em nome do capital” (WALSH, 2016, p. 43).

O monopólio midiático é uma realidade em toda a América Latina, o Brasil não seria uma exceção. De acordo com levantamento do Grupo Intervezes, em parceria com a ONG Repórteres Sem Fronteiras, os 50 veículos de maior audiência do país pertencem a 26 grupos de comunicação. Destes, nove são de propriedade de lideranças religiosas — todas cristãs — e seis não se definem como religiosos, mas apresentam conteúdos com esse teor em suas páginas ou em sua programação. Os principais grupos detentores desses veículos são ligados aos setores de educação, saúde, imobiliário, financeiro, de energia e agrário.⁷⁵ Já os sites mais acessados e os aplicativos mais baixados do Brasil pertencem às grandes plataformas digitais de distribuição de conteúdo, como Facebook, Google e YouTube, como aponta pesquisa do Intervezes.⁷⁶

É neste contexto que a fala da youtuber boliviana, locutora, empregada doméstica e jornalista da Radio Deseo, Yola Mamani Mamami, ganha importância. Ela, que é aimara, trabalha em seu canal no YouTube “Chola Bocona” temas como

espanhol, que tem um posicionamento abertamente contrário a governos progressistas na região.

⁷⁴ No original: “Al parecer, hay una especie de conspiración en pleno desarrollo, donde se evidencia no solo la frontera de la lucha ideológica y el pentágono de la comunicación, sino también el papel central de la comunicación en la nueva colonialidad de la existencia y la vida”.

⁷⁵ Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social e Repórteres Sem Fronteiras (20 jun. 2021).

⁷⁶ Bandeira e Valente (12 set. 2018).



feminismo e o empoderamento da mulher de “pollera”, vestimenta tradicional das indígenas andinas. Durante o quarto Encontro Internacional de Comunicação Indígena, realizado na cidade peruana de Cusco, em 2019, ela analisou o tratamento conferido pelos meios do seu país às mulheres indígenas:

os meios nos usavam para nos vitimizar ou para nos criminalizar. Por isso, decidimos tomar a palavra em primeira pessoa. Queremos dizer aos meios que somos seres pensantes. Falamos para uma sociedade racista e classista. Não falamos como vítimas, mas como pessoas críticas. Nosso motor principal tem sido a raiva e a vontade de mudar essa sociedade por uma mais justa. (MAMANI MAMANI, 2019).⁷⁷

Em uma América Latina que discute amplamente a necessidades de políticas que estejam contra a colonialidade do poder, do saber e do ser, urge que se levantem também as vozes contrárias a essa colonialidade do comunicar. Isso fica evidente a partir das declarações de Mamani e Almendra, daí a necessidade de uma comunicação decolonial.

Comunicação decolonial

Embora os estudos sobre colonialidade do poder datem da década de 1990, são consideravelmente recentes as reflexões sobre a colonialidade na comunicação/ no comunicar e mais recentes ainda definições de uma possível comunicação decolonial.

Gosto de começar a falar sobre este tema trazendo a vivência compartilhada pelo comunicador cubano José Ignacio López Vigil, coordenador do coletivo Radialistas Apaixonadas e Apaixonados, com sede em Quito, no Equador. Por ocasião da realização do já mencionado Encontro de Comunicadores Indígenas, ele afirmou que:

A primeira missão sagrada de um meio de comunicação é devolver a nossos irmãos e irmãs a palavra roubada e que está sangrando. Me refiro à palavra pública. Os direitos não são suplicados nem mendigados. São exercidos! Temos que descolonizar a palavra! (ANDRADA, 2019).⁷⁸

⁷⁷ No original: “Los medios nos usaban para victimizarnos o para criminalizarnos. Por ese decidimos tomar la palabra en primera persona. Queríamos decirles a los medios de comunicación que somos seres pensantes. Hablamos de cara a una sociedad racista y clasista. No hablamos como victimas, sino como personas críticas. Nuestro motor principal ha sido la rabia y las ganas de cambiar esta sociedad por una más justa. Sin naturalizar la realidad: debemos hacer pensara la gente. No es necesario tener una cara y una voz linda, sino saber qué decir”.

⁷⁸ No original: “– La primera misión sagrada de un medió de comunicación es devolverle la palabra robada y desangrada a nuestros hermanos y hermanas. Me refiero a la palabra pública. Los derechos no se suplican ni se mendigan. ¡Se ejercen! ¡Tenemos que descolonizar la palabra!”.



A partir da convocatória que ele nos faz para decolonizar⁷⁹ a palavra, vale lembrar que nossa região foi pioneira em questionar os aspectos não democráticos da comunicação. Já na década de 1940, povos indígenas de Bolívia e Colômbia criaram rádios comunitárias — ainda que rudimentares — e experienciaram as primeiras iniciativas da chamada “comunicação para o desenvolvimento”.

Como exemplo, Ramiro Beltrán conta que em um povoado andino colombiano o padre Joaquín Salcedo criou, em 1948, a Radio Sutatenza para os camponeses, com o objetivo de angariar mais fiéis e reduzir o analfabetismo na região. Em poucos anos, a iniciativa prosperou e se transformou na “Ação Cultural Popular” (ACPO), “uma das maiores, mais complexas e influentes instituições de múltiplos meios do mundo em matéria de educação não formal à distância e desenvolvimento rural” (BELTRÁN, 1993)⁸⁰. Talvez já estivesse ali o embrião do que agora tentamos nomear como comunicação decolonial.

Chamados comumente de “alternativos”, os meios de comunicação que têm surgido desde meados do século passado têm como limite o alcance e, conseqüentemente, a audiência que conseguem alcançar. Isso se expressa tanto pelo espaço eletromagnético que atingem, no caso das rádios e TVs comunitárias, como na tiragem, no caso de veículos impressos ou ainda a audiência que conseguem impactar, no caso dos meios eletrônicos. Há ainda, não menos relevante, as dificuldades de financiamento. Logo, uma comunicação decolonial precisa ser capaz de quebrar essas barreiras.

Uma comunicação que represente um giro decolonial também precisa romper com o silenciamento das maiorias sociais descartadas pelo capitalismo nas periferias, rincões, palafitas, aldeias e quilombos. O jornalismo, fruto da matriz colonial, ouve, abre espaço sempre para o mesmo grupo, a mesma classe de pessoas, condenando os 99% à “voz” como “personagens” das notícias, que servem para ilustrar determinada situação. Porém, na hora de interpretar os fatos cabe sempre aos mesmos porta-vozes do sistema, sem abrir verdadeiramente espaço para as vozes dissidentes.

Se é verdade que o jornalismo é fundamental na construção da democracia representativa, é também fato que ele tem falhado neste sentido.

O que muitas vezes ocorre sob o nome de comunicação é pouco mais do que um monólogo dominante para o benefício do iniciador do processo. A retroalimentação não é usada para oferecer a

⁷⁹ No original, em espanhol, consta o termo “descolonizar la palabra”, porém, opto neste trabalho por usar o termo decolonizar como diferença a descolonizar, que significa acabar com a colonização, enquanto decolonizar faz referência à emergência de superar a colonialidade que segue presente em nossas sociedades.

⁸⁰ No original: “una de las instituciones de múltiples medios más grandes, complejas e influyentes del mundo en materia de educación no formal a distancia y desarrollo rural”.



oportunidade de um diálogo genuíno. O receptor das mensagens é passivo e está submetido, visto que quase nunca recebe a oportunidade proporcional de agir ao mesmo tempo como um remetente verdadeiro e livre; seu papel essencial é ouvir e obedecer. Tão vertical, assimétrica e quase autoritária relação social constitui, a meu ver, uma forma de comunicação antidemocrática... devemos... ser capazes de construir um novo conceito de comunicação, um modelo humanizado, não elitista, democrático e não mercantilizado. (Beltrán/71).(BELTRÁN, 2012b, p. 207)⁸¹

Essa amplificação de apenas um lado dos fatos — o da matriz colonial do poder — reforça a ideia de uma maioria silenciosa. Porém, com a popularização — não democratização — do acesso à internet, essas vozes passaram a gritar suas necessidades, desejos, misérias, preconceitos e ressentimentos com o padrão estabelecido. Com as redes sociais e o barateamento das possibilidades de se fazer comunicação, vimos, nos últimos 20 anos, uma profusão de meios digitais, de vários matizes políticos.

A chamada “mídia alternativa” foi capaz, de certo modo, de preencher o vazio deixado pelos conglomerados ao trazer mais lados para as narrativas, mas a falta de diversidade nas redações e no perfil ideológico dos meios de comunicação não nos permite falar em uma superação da colonialidade na comunicação.

Tendo como ponto de partida as reflexões do educador Paulo Freire, Dennis de Oliveira elabora os marcos do que ele chama de jornalismo emancipatório. Apesar de o termo diferir, trato, em meus trabalhos, suas reflexões como parte do processo de reflexão acerca de uma comunicação decolonial.

Ele aponta que “um jornalismo emancipatório se faz, necessariamente, por um ponto de partida de criticidade do contexto vivido como opressor. E há uma posição tomada, que é a do oprimido” (OLIVEIRA, 2017, p. 195). Segundo o autor,

O jornalismo emancipatório não é quem vai mudar o mundo, mas contribui para “pensar o mundo e a sua transformação”. Contra a Ação Direta do Capital que mercantiliza os seres humanos, re-humaniza-os como sujeitos dos fenômenos. Contra a esfera pública da política. E contra a política da realpolitik da sociedade

⁸¹ No original: “Lo que ocurre a menudo bajo el nombre de comunicación es poco más que un monólogo dominante en beneficio del iniciador del proceso. La retroalimentación no se emplea para proporcionar la oportunidad de diálogo genuino. El receptor de los mensajes es pasivo y está sometido puesto que casi nunca se le brinda la oportunidad proporcional para actuar al mismo tiempo como verdadero y libre emisor; su papel esencial es el de escuchar y obedecer. Tan vertical, asimétrica y cuasi-autoritaria relación social constituye, a mi modo de ver, una forma antidemocrática de comunicación ... debemos ... ser capaces de construir un nuevo concepto de la comunicación, un modelo humanizado, no elitista, democrático y no mercantilizado”.



administrada, politiza (no sentido de trazer para a pólis) o cotidiano e suas expressões. (OLIVEIRA, 2017, p. 211).

Com base na dialogia e pedagogia da libertação freireanas, dos apontamentos da metodologia de Oscar Jara e do pensamento de Martín-Baró, Oliveira nos dá caminhos para a construção dessa outra comunicação, ao elaborar que

uma prática jornalística emancipatória tem uma posição explícita: ser contra as estruturas institucionais e não institucionais de opressão. Mas não se trata apenas de um jornalismo de denúncia, pois procura registrar como seres humanos submetidos a esse processo de opressão atuam em fenômenos singulares. Por isso, é uma prática jornalística que constrói um olhar crítico de personagens, cotidiano e ambiente buscando deslocá-los de sua funcionalidade e reposicioná-los dentro de uma perspectiva estrutural (OLIVEIRA, 2017, p. 203).

Também empenhados em apontar os marcos da comunicação decolonial e baseados nas reflexões em torno das Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos, os pesquisadores Eliana Herrera, Francisco Sierra e Carlos del Valle sugerem uma “nova comunicologia latino-americana”, que seja capaz de entender a comunicação como mediação social e que aprenda com a experiência insurgente indígena. Para os autores,

Decolonizar o campo da comunicação implica (...) tornar transparente e reconstruir a história e a memória da América Latina para gerar processos de produção e valorização dos saberes sociais, práticos, ancestrais e populares que foram subestimados e subjugados pelos saberes universais e generalizantes das ciências sociais (...) (HERRERA et al, 2013, p. 8 apud TORRICO VILLANUEVA, 2020, p. 277).⁸²



Em conclusão, a comunicação decolonial não é uma técnica que possa ser replicada, tampouco um modelo de negócio capaz de ser escalável. Porém, justamente por encampar as utopias dessa segunda década do século XXI, que nasce sob o estigma de uma pandemia mundial que matou milhões de pessoas, a reflexão sobre uma comunicação decolonial traz consigo um pouco da esperança de que um outro mundo ainda é possível.

Logo, entendo que uma comunicação que se proponha decolonial deve passar por uma renovação da linguagem, uma revisão dos conceitos, por uma percepção de

⁸² No original: “Decolonizar el campo de la comunicación implica (...) transparentar y reconstruir la historia y memoria de América Latina para generar procesos de producción y valoración de los saberes sociales, prácticos, ancestrales y populares que fueron subestimados y subyugados por los saberes universales y generalizantes de las ciencias sociales (...).”

que a cosmovisão capitalista ruiu e que é preciso dar margens para que uma nova possa fluir por meio das palavras. Nesse sentido, a América Latina, que tanto contribuiu com o desenvolvimento da imprensa alternativa, tem um papel fundamental. Se a modernidade, o capitalismo e a América nasceram no mesmo dia, como afirma Quijano, aqui também pode ser o local onde a tríade será enterrada, dando espaço para que o novo termine de nascer.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Damian. **Kausachun: la comunicación como herramienta de los pueblos indígenas - IWGIA**. Iwgia: Copenhague, 13 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/es/peru/3523-kausachun-la-comunicacion-como-herramienta-de-los-pueblos-indigenas>> Acesso em: 4 jan. 2020.

BANDEIRA, Olívia; VALENTE, Jonas. Na internet, a combinação de novas e velhas formas de concentração. 12 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/na-internet-a-combinacao-de-novas-e-velhas-formas-de-concentracao/>> Acesso em: 20 jun. 2021.

BELTRÁN, Luis Ramiro. Adiós a Aristóteles: La comunicación “horizontal”. In: PINTO QUINTANILLA, J. C. (Org.). **Democracia y comunicación**, La Paz: Tribunal Supremo Electoral, 2012ª (Aportes a la democracia intercultural), p. 17–55.

BELTRÁN, Luis Ramiro. **Comunicación para el Desarrollo en Latinoamérica: Una Evaluación Sucinta al Cabo de Cuarenta Años**. Lima: 1993. 22 p. (Discurso de inauguración de la IV Mesa Redonda sobre Comunicación y Desarrollo).

BELTRÁN, Luis Ramiro. La comunicación y el desarrollo democráticos en Latinoamérica: Memoria de una quimera irrenunciable. In: PINTO QUINTANILLA, J. C. (Org.). **Democracia y comunicación**, La Paz: Tribunal Supremo Electoral, 2012b (Aportes a la democracia intercultural), 193 - 249.

BELTRÁN, Luís Ramiro. Un memento latinoamericano del Informe MacBride: sigue en pie el catecismo de utopías. **Quaderns del CAC**, v. 21, p. 31–34, 2005.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009. 176 p. ISBN 978-85-7277-079-8.

BUEN ABAD, Fernando. Buen Abad: **“Monopólio midiático é um flagelo contra a democracia”**. [Entrevista concedida a] Vanessa Silva e Leonardo Severo. Portal Vermelho. Buenos Aires, 9 dez. 2012. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2012/12/09/buen-abad-monopolio-midiatico-e-um-flagelo-contra-a-democracia/>> Acesso em: 20 jun. 2021.

CHAPARRO, Manuel. Prólogo. In: CHAPARRO, M. (Org.). **Comunicología de la liberación, desarrollismo y políticas públicas**, Málaga: Laboratorio de Comunicación y Cultura COMandalucía Universidad de Málaga, 2014. 471 (Comunicación, 1).

GROSFOGUEL, Ramón. **La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global**.



Tabula Rasa, enero-julio de 2006, n. 4, p. 18–46, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n4/n4a02.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2019.

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Quem controla a mídia no Brasil?** Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>> Acesso em: 20 jun. 2021.

MACBRIDE, Sean. **Un Solo Mundo, voces múltiples:** Comunicación e información en nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura Económica, 1980. ISBN 978-92-3-301802-0.

MAMANI MAMANI, Yola. **Kausachun: la comunicación como herramienta de los pueblos indígenas - IWGIA: [entrevista concedida a] Damián Andrada.** Iwgia. Copenhague: 13 novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/es/peru/3523-kausachun-la-comunicacion-como-herramienta-de-los-pueblos-indigenas>> Acesso em: 4 jan. 2020.

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo e Emancipação:** Uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. ISBN 978-85-473-0515-4.

QUIJANO, Anibal. ¡Qué tal Raza! **Aníbal Quijano:** Textos de fundación, Buenos Aires: del Signo, 2014 (El Desprendimiento, p. 101–109).

QUIJANO, Anibal. Colonidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, 2005. p. 117–142.

QUIJANO, Anibal. Diversidade étnica. In: Sader, E.; Jinkings, I.; Nobile, R.; Martins, C. E. (Org.). **Latinoamericana: Enciclopedia Contemporânea da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. 1472 p., p. 520–530.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: A pátria grande.** 3. ed. São Paulo: Global, 2017. 135 p.

SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: Y una antropología por demanda.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SILVA, Vanessa. **A 40 anos do relatório MacBride, qual seu legado para a construção de uma comunicação decolonial na América do Sul? Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida.** 1. ed. Anais. Lima, Peru. 1 a 6 de dezembro de 2019, Lima, Peru: Alas - Asociación Latinoamericana de Sociología Perú, 2020 (Dosier grupos de trabajo, 25). Disponível em: <https://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2020/12/Dossier_GT_3.pdf> Acesso em: 20 jun. 2021, p. 755–769.

TORRICO VILLANUEVA, Erick R. **Des-occidentalizar la Comunicación. Tradiciones de investigación en diálogo: Estudios sobre comunicación en América Latina y Europa,** p. 265–282, 2020.

WALSH, Catherine. **¿Comunicación, Decolonización y Buen Vivir?: Notas para enredar, preguntar, sembrar y caminar. Comunicación, decolonialidad y buen vivir,** p. 39–58, 2016.



CUBA, ESTADOS UNIDOS Y LA COMUNICACIÓN: ¿QUÉ SE DICE? ¿QUIÉN LO DICE? ¿CÓMO LO DICE?

C. Olga Rosa González Martín⁸³

Cuando el pasado 30 de junio de 2021 participé en la Mesa Redonda *Cuba* del Programa de Postgrado en Integración de América Latina que tiene la Universidad de Sao Paulo no imaginaba que unos días después, exactamente el 11 de julio, mi país viviría una de las jornadas más intensas de su historia. En más de 60 años de Revolución nunca se ha producido un disturbio social tan violento como el de ese día. Hago hincapié en el término “violento” porque se ha tratado de presentar a los manifestantes como pacíficos y la historia no es tan simple. Se dice que el gobierno cubano reaccionó violentamente contra manifestantes pacifistas que sólo reclamaban derechos y libertades y hubo mucho más que esto.

Sin embargo, se obvia el hecho de que manifestarse en Cuba es un derecho reconocido en la Constitución de la República de Cuba si bien la norma jurídica que norma el cómo todavía no ha sido aprobado por la Asamblea Nacional del Poder Popular a pesar de haber estado en el cronograma legislativo desde hace algún tiempo. En su Artículo 56, la Constitución plantea: “Los derechos de reunión, manifestación y asociación, con fines lícitos y pacíficos, se reconocen por el Estado siempre que se ejerzan con respeto al orden público y el acatamiento de las preceptivas establecidas por la ley” (Constitución de la República de Cuba, 2019, p. 48-49). Por lo tanto, manifestarse pacíficamente en Cuba no es un delito. Pero el 11 de junio se perpetraron actos vandálicos contra instituciones del Estado y este tuvo que actuar.

El Primer Secretario del Partido Comunista de Cuba y Presidente de la República, Miguel Díaz Canel Bermúdez, se personó inmediatamente en el lugar donde se produjo el inicio de los disturbios, intercambió con pobladores e hizo un llamado a la nación a través de los medios de comunicación para que los revolucionarios -entiéndase aquellos que defienden la soberanía y el proyecto de unidad nacional- protegieran estos dos elementos por encima de todo. Desde el exterior, fundamentalmente los Estados Unidos, se apoyaban abiertamente los disturbios y el Presidente Joe Biden, incluso, dijo que estaba con el pueblo de Cuba (Biden, 2021). Mas, como ha aclarado recientemente en un artículo el cubanólogo Louis A. Pérez Jr. (2021),

Por más de ciento veinte años, los Estados Unidos han “apoyado al pueblo de Cuba” - o, quizás más correctamente, se han parado sobre el pueblo de Cuba. Pareciera que en la historia de los Estados Unidos, Cuba siempre ha sido el que ha

⁸³ Centro de Estudios Hemisféricos y sobre Estados Unidos Universidad de La Habana



recibido algo. Apoyar al pueblo de Cuba ha significado intervención militar, ocupación militar, cambio de régimen y entrometimiento político – todos eventos normales en la relación entre Cuba y los Estados Unidos en los sesenta años previos al triunfo de la revolución cubana. En los sesenta después de la revolución, apoyar al pueblo de Cuba ha significado aislamiento diplomático, invasión armada, operaciones encubiertas y sanciones económicas.

Por lo tanto, los acontecimientos del 11 de julio de 2021 deben verse como parte de esta compleja relación que han tenido los Estados Unidos y Cuba sin obviar, desde luego, cuestiones internas de la mayor de las Antillas que sólo deben ser resueltas por los cubanos sin interferencia externa. Decir que lo sucedido ese día es resultado única y exclusivamente de la política de los Estados Unidos hacia Cuba sería no sólo un error académico sino político. Pero, reitero, sólo los cubanos deben resolverlo a sabiendas, incluso, de que la labor subversiva se va a mantener como un hecho permanente. Y como sobre la subversión contra Cuba fue lo que expuse en la mesa redonda, de eso versará este artículo.

Para los efectos de este trabajo, se entiende por subversión el conjunto de “acciones designadas para socavar el poder y autoestima militar, económico, psicológico y político de una autoridad gubernamental” (ESTADO MAYOR, 2013, p. 67). Por consiguiente, puede afirmarse que la esencia de la subversión es socavar el poder de un gobierno. De ahí que las operaciones subversivas persigan degradar la moral de un gobierno para alejarlo, distanciarlo, de la población. Para ello, crean condiciones de incertidumbre y duda, así como desconfianza en el gobierno y sus funcionarios:

las actividades de influencia subversiva no sólo afectan al ambiente operacional donde reside la población, también afectan el entorno informacional. El mundo “real” o los hechos son relativamente menos importantes en las operaciones subversivas; sin embargo, la formación de actitudes, valores y creencias son vitales (ESTADO MAYOR, 2013, p.68).

Por ello, quien ejerce la subversión le presta tanta atención a qué historia se cuenta, quién lo hace y cómo la cuenta.

Responder estas preguntas en torno al tema Cuba y enmarcándolo en el período revolucionario -entiéndase después de 1959- es la esencia de este trabajo. Se parte del criterio de que, aunque la Isla tiene un sistema de medios públicos a lo largo y ancho del país, lo cierto es que su alcance fuera de las fronteras nacionales es limitado y en los últimos años han sido mayormente reconocidos en el exterior aquellos que conforman todo el ecosistema de medios privados que se ha ido organizando con ayuda proveniente de disímiles fuentes. Así, la subversión contra Cuba ha ido de un uso intensivo de medios creados fuera de la Isla, fundamentalmente la radio, algunos medios impresos y la televisión hacia los medios digitales creados en el territorio nacional y financiados desde el exterior -con toda la apoyatura de los medios sociales.



Para realizar este trabajo se partió, fundamentalmente, del método dialéctico pues permite estudiar los fenómenos de la realidad en su contexto histórico-social y no desconectado de sus antecedentes, historia y evolución. Como técnica de recogida de información se recurrió a la investigación bibliográfica y al análisis de contenido cualitativo a documentos del gobierno de los Estados Unidos. También se acudió a investigaciones del Centro de Estudios Hemisféricos y sobre Estados Unidos (CEHSEU) de la Universidad de La Habana y el Centro de Investigaciones de Política Internacional (CIPI) de la cancillería cubana. Como técnica de análisis se usó la triangulación de fuentes por sus posibilidades para no sólo integrar sino contrastar la información disponible y poder, entonces, obtener una visión global del objeto de investigación. Más, vayamos por partes.

Dentro de las primeras medidas que toma el gobierno revolucionario luego de la llegada al poder, estuvo la reorganización de todo el sistema de comunicación pública del país entendido como toda actividad encaminada a proveer de información a la comunidad para su reproducción. Por lo tanto, se trata de una “forma social de comunicación en la cual la información se produce y distribuye, por el recurso a un Sistema de Comunicación especializado en el manejo de la información que concierne a la comunidad como conjunto” (MARTÍN, 1993, p. 72). Así, y a partir de esta especialización, la información pública se organiza institucionalmente y se legitima la manera en que se adquieren, procesan y se distribuyen noticias a través de un sistema institucionalizado cuyo funcionamiento es regulado y que establece niveles de interdependencia con el sistema social. En la concreta, se eliminan los medios de comunicación privados que existían desde antes de 1959 y que se consideraba servían a los intereses de la llamada contrarrevolución y los Estados Unidos para darle inicio al proceso de establecimiento y desarrollo del sistema de medios públicos de Cuba. Este ha sido uno de los temas más usados desde los Estados Unidos para “vender” la imagen de Cuba como país sin libertad de prensa.

Por ello, una de las primeras acciones que implementa el gobierno estadounidense fue, además de fortalecer todos los mecanismos de propaganda clandestina dentro de Cuba, financiar estaciones de radio en su territorio que pudieran llegar a la población cubana. Relevante en este sentido, y no sólo como parte de la labor propagandística contra Cuba, es el Programa de Acciones Encubiertas en contra del Régimen de Castro de marzo de 1960, citado por Elliston (1999, p. 16-19). Este estableció cinco acciones a desarrollar desde el exterior aunque también las estipulaba dentro del país. Estas son:

- 1.- compra de espacios en estaciones de radio privadas tanto en Miami como en la Florida en general, además de acuerdos con la Estación WRUL en Massachussets. La idea era clara: transmitir hacia Cuba puntos de vista opuestos al proceso revolucionario a través de la onda corta y media. La Agencia Central de Inteligencia (CIA) se encargaría incluso de elaborar parte de los materiales.



2.- Establecimiento de una estación controlada por los Estados Unidos y que sirviera como la voz de la oposición. En ese momento se habla de Radio Swan, surgida bajo los auspicios de la CIA en mayo de 1960 y que mantuvo ese nombre hasta el verano de 1961 cuando, después del fiasco de Playa Girón, pasara a llamarse Radio Americas hasta que en mayo de 1968 desaparece. Otro elemento interesante de esta emisora es que una parte importante de sus locutores eran cubanos conocidos en Cuba pues habían trabajado para la Empresa CMQ -intervenida como parte del proceso de nacionalización de propiedades por el Estado revolucionario en septiembre de 1960- y que emigraron hacia los Estados Unidos.

3.- Apoyo abierto a periódicos nacionalizados en Cuba como *Avance*, *El Mundo*, *Diario de la Marina*. En esencia, recibían apoyo del llamado exilio cubano y se introducían de manera clandestina en Cuba además de considerarse la posibilidad de que fueran distribuidos en el resto del hemisferio periódicamente.

4.- Producción y distribución periódica en Cuba de otras publicaciones contra la figura de Fidel Castro y el comunismo. De esto se encargaban personas al servicio de los Estados Unidos controladas por la CIA.

5.- impartición de conferencias en América Latina por parte de cubanos funcionales a los intereses de los Estados Unidos. Para apoyar esta acción se coordinaría con periodistas estadounidenses previamente seleccionados que acompañarían a estas personas en sus viajes.

Por otro lado, entre 1960 y 1970 existieron ocho emisoras piratas que transmitieron desde la Florida aunque en los 70 se redujeron a cuatro para llegar a catorce en los 80 (Valdés-Dapena, 2006). Es en esta década que las transmisiones hacia Cuba pasan a ser parte del sistema de transmisiones civiles del gobierno de los Estados Unidos a partir de la creación por parte del presidente Ronald Reagan de la Comisión Presidencial para las Transmisiones hacia Cuba con el objetivo de que, entre otras cosas, creara una estación de radio que con el tiempo se convirtió en la llamada Radio Martí. Esta es la razón por la que el 20 de mayo de 1985 Reagan autoriza a la actualmente desaparecida Agencia de Información de los Estados Unidos (USIA por sus siglas en inglés) a que inicie las transmisiones de Radio Martí hacia Cuba. En agosto de 1990 fue George Bush padre quien ordenó a esa misma agencia federal que lo hiciera con TV Martí⁸⁴ si bien lo que pudiera considerarse como la idea original al respecto fue discutida en abril de 1960 por el Consejo de Seguridad Nacional de los Estados Unidos

⁸⁴ Radio Martí transmite las 24 horas del día los siete días de la semana contra Cuba y se escucha en varias regiones del país. Las transmisiones de TV Martí han sido exitosamente bloqueadas por las autoridades cubanas si bien en algunas zonas ha podido verse. Ambas han recibido unos mil millones de dólares del Congreso de los Estados Unidos para su labor subversiva contra Cuba pero en las distintas inspecciones que la Oficina de Transmisiones hacia Cuba ha recibido como ente federal del gobierno estadounidense que se encarga de ambas estaciones se le han señalado, entre otros problemas, bajos niveles de audiencia en Cuba, mal uso de los fondos gubernamentales y problemas con el cumplimiento de los estándares periodísticos elementales (objetividad, precisión y veracidad de la información). Para más detalles, ver United States Department of State and the Broadcasting Board of Governors Office of Inspector General, 2007; United States Government Accountability Office, 2009, 2011.



donde el director de la USIA, George Allen, valoró la posibilidad de hacer transmisiones televisivas desde un transmisor aéreo hacia Cuba. No obstante, en ese momento consideró que esta acción podía ser denunciada por el gobierno de La Habana como tele-agresión (algo que ha hecho periódicamente desde el surgimiento de TV Martí) (ELLISTON, 1999, p. 29-31).

Asimismo, y como parte de la Operación Mangosta⁸⁵ en 1962, la USIA produjo “unas 30 mil copias de cuatro libros anti-Castro, cinco millones de copias de seis folletos de caricaturas anti-Castro y un film animado de diez minutos sobre los problemas económicos de Cuba” (ELLISTON, 1999, p. 104) que se mostraría en los centros comerciales de América Latina y en unidades móviles de cine. Pero, al no cumplir con su mandato y verse opacada por el impacto que la Crisis de los Misiles tuvo no sólo en la relación bilateral entre Cuba y los Estados sino en el sistema de relaciones internacionales, pasó al olvido. Así, y como parte de la Crisis, aumentan las transmisiones radiales contra Cuba y, como se dijo anteriormente, varias estaciones piratas transmiten contra Cuba. Los temas abordados en sus parrillas de programación fueron los siguientes: “rechazo a supuestas ejecuciones en masa, dificultades económicas inmediatas y crónicas, ataques a la iglesia y la estructura social, militarización del trabajo y otras limitaciones de la libertad individual.” (VALDÉS-DAPENA, 2006, p. 46). Estas transmisiones estuvieron acompañadas entre 1960 y 1980 por el uso de rumores, volantes y materiales fotográficos falsos dentro de Cuba.

En 1983 el Ministerio del Interior de la República de Cuba emite un informe, citado por Valdés-Dapena (2006), en el que reconoce que a Cuba entraban emisoras de ochenta países en onda corta y larga y que 18 podían escucharse a lo largo y ancho de la Isla o en algunos lugares específicos. De estas, siete provenían de los Estados Unidos, seis de Europa Occidental, cuatro de América Latina y una de Canadá. Para los efectos de este trabajo, relevantes son la Voz de América (VOA por sus siglas en inglés) y la WQBA, conocida como La Cubanísima por gran cantidad de cubanos tanto en Cuba como en los Estados Unidos. Sin embargo, la más notable de todas ha sido Radio Martí pues es la que forma parte de una agencia federal del gobierno de los Estados Unidos y que, como se dijo anteriormente, fue resultado del gobierno de Reagan. En este sentido, es importante decir que si bien la estación fue aprobada la idea no fue bien recibida por todos en la nación norteaña pues las estaciones privadas de radio temían que las acciones que Cuba implementaría para bloquear sus transmisiones interfirieran las frecuencias por donde divulgaban su programación. La más afectada de todas fue la WHO de Iowa, una estación popular que transmitía por AM y donde curiosamente Reagan había trabajado en el pasado. Sin embargo, fue su frecuencia la seleccionada

⁸⁵ Mangosta fue una operación subversiva organizada y financiada por las autoridades estadounidenses luego del fiasco de Playa Girón (Bahía de Cochinos como le dicen los estadounidenses) en abril de 1961 y que termina justo antes de la Crisis de los Misiles en octubre de 1962 sin haber logrado el ansiado cambio de régimen en Cuba. Para ello, debían sembrar el descontento en la población cubana para que se alzara en contra del gobierno y se produjeran acciones que justificaran una intervención estadounidense en Cuba.



por su gobierno para las transmisiones de Radio Martí. Las acciones de Cuba podían ocasionarle una disminución del 99.65% de su radio de acción. La Asociación Nacional de Radiodifusores (National Association of Broadcasters) las apoyó a todas, en particular a la WHO, y se comunicó con el Congreso (Elliston, 1999, p. 119-220). Asimismo, el entonces Jefe de la Oficina de Intereses de los Estados Unidos en La Habana, Wayne Smith, también se pronunció en contra de esta propuesta. Sin embargo, como ha demostrado la historia, la decisión se tomó y la USIA se encargó de Radio Martí y TV hasta que fue desmantelada y ambas estaciones pasaron a ser administradas por la Junta de Gobernadores para las Transmisiones del gobierno de los Estados Unidos (Broadcasting Board of Governors -BBG), actualmente conocida como Agencia de Medios Globales (US Agency for Global Media -USGM).

Con el llamado fin de la guerra fría y la desaparición de la Unión Soviética, se produce un cambio no sólo en la manera de hacer la labor subversiva contra Cuba sino en los temas que empiezan a tratarse de la realidad cubana. Se impone lo que Prieto González (1995) denominó como la tríada mercado-pluripartidismo-elecciones libres y para destacar, entonces, la incapacidad del modelo cubano y la necesidad de que se produjera lo que desde el discurso político y legislativo estadounidense se ha dado en llamar “transición hacia la democracia en Cuba”, en 1998 quedaban activas 13 estaciones de radio que llegaron a ser siete en 1999 de 34 que llegó a haber entre 1981 y 1995 (MASTRAPA EN VALDÉS-DAPENA, 2006). Ninguna tuvo impacto a lo interno del país y las vías de financiamiento fueron disímiles.

Así, se puede afirmar que desde el triunfo de la Revolución se ha estimulado desde los Estados Unidos el uso de la radio y la tele-agresión. No obstante, debe aclararse que, con la excepción de Radio Swan, sólo Radio y TV Martí forman parte de una agencia federal del gobierno estadounidense y, por ende, reciben financiamiento oficial. Las demás emisoras pertenecen a grupos opositores al proceso revolucionario que radican en la nación nortea. Esta conclusión, válida hasta principios del siglo XXI, sufre modificaciones con el desarrollo de la informatización de la sociedad cubana y el surgimiento de todo un ecosistema de medios privados en Cuba que si bien no es financiado en su totalidad por el gobierno estadounidense sí recibe dinero de algunas de sus agencias y que, además, maneja las mismas líneas de mensajes definidas por la Oficina de Transmisiones hacia Cuba (Office of Cuba Broadcasting -OCB), entidad federal encargada de Radio y TV Martí.

A esto hay que sumarle que estas estaciones lograron crear desde 2016 una red de distribución en todo el país que “incluye 8 centros de copia, 18 puntos de recepción y 85 puntos de distribución” (BBG, 2015a p. 46). Asimismo, lanzaron su aplicación para Androide e iOS (antiguamente iPhone OS) para los usuarios de Apple (BBG, 2015a, pp. 52-53) y tienen cuenta en los distintos medios sociales. De manera general, consideran que han llegado a un millón de cubanos (USGM, 2020, p. 39). Sin embargo, esta no es una acción aislada. Está directamente relacionada con la política que desde el 2011 el Comité de Relaciones Exteriores del Senado definió para relacionarse con América



Latina a través de los medios sociales. Según este documento (U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE, 2011), debían desarrollarse los programas basados en conectividad efectiva con el objetivo de implementar programas de entrenamiento tecnológico e infraestructura de baja complejidad para socializar contenidos en la red que tuvieran en cuenta la velocidad de navegación en Cuba. Así, se financian proyectos como *Para la Isla*,⁸⁶ *ZunZuneo*,⁸⁷ *Piramideo*⁸⁸ que contribuyeron a que se reconociera la relevancia de la comunicación para la seguridad nacional de Cuba. Por ello, entre otras razones, se define la Política de Comunicación del Estado y del Gobierno cubanos (2018).

Por otro lado, debe tenerse en cuenta que en la actual Embajada de los Estados Unidos en Cuba, antigua Sección de Intereses, el Departamento de Estado entrenó personas en el uso de la blogosfera, la computación, el inglés, entre otras, con el objetivo de que contribuyeran al cambio de régimen. Esto es lo que explica que desde 2012 la OCB tuviera no sólo la mayor sino la única red de periodistas independientes trabajando dentro de Cuba (BBG, 2015b).

Estos periodistas envían reportes (que incluyen audio, texto, video y fotografía) de toda Cuba vía teléfono, SMS e Internet. Debido a una licencia otorgada por la OFAC en 2012, las Martís han podido contratar a nacionales cubanos que trabajan dentro de Cuba como periodistas multimedia y productores creando una red de reporteros que trabajaban a lo largo y ancho de la isla exclusivamente para las Martís [...] Los reportes también se presentan en *martinoticias.com* y se distribuyen en la isla en memorias flash y DVDs (BBG, 2015b, p. 42).

Sin embargo, el trabajo de estas personas, junto al de aquellas también formadas por las universidades cubanas, va más allá de la OCB y en la medida en que la informatización de la sociedad cubana creció fueron creando blogs y periódicos online que no sólo se limitan a la actividad subversiva si bien buena parte de ellos lo hace. Así, durante el gobierno de Trump, se realiza un estudio (DÍAZ, 2020) que toma como muestra las publicaciones de 165 medios que el Centro de Monitoreo y Análisis de Información del Instituto Cubano de Radio y de Televisión considera le hacen el juego a la labor subversiva que el gobierno estadounidense ha llevado a cabo contra Cuba en

⁸⁶ Fue desarrollado por Alan Gross y le costó una sanción de 15 años de privación de libertad por Actos contra la Independencia o Integridad Territorial del Estado. Su objetivo fue desarrollar en Cuba una infraestructura tecnológica de redes inalámbricas con conexión satelital directa para facilitar la transmisión y recepción de materiales de opositores hacia, desde y dentro de Cuba. Alan Gross fue liberado por razones humanitarias por el gobierno de Raúl Castro a raíz de las negociaciones secretas entre él y Obama y que condujeron al restablecimiento de relaciones diplomáticas entre Cuba y los Estados Unidos y al inicio del proceso de normalización entre los dos países.

⁸⁷ Conocido como el Twitter cubano, comenzó en 2009 con el Concierto de Juanes en La Habana y estuvo activo hasta 2012, fecha en que llega a su fin. Según la AP logró tener 40 mil suscriptores en Cuba mientras que la USAID afirma que fueron 68 mil (Herrick, 2014). El Viceministro de Comunicaciones de Cuba lo consideró en la primera Conferencia Mundial de Internet celebrada en China en 2014 como un proyecto “dirigido a crear situaciones de desestabilización en Cuba para provocar cambios en el ordenamiento político de la Isla” (CUBADEBATE, 2014).

⁸⁸ Programa de la OCB lanzado después del fracaso de ZunZuneo. Se trata de una red social basada en el uso de sms para cubanos lanzada en 2013 y que, según sus datos (BBG, 2014, p. 75) llegó a tener unos 659 000 usuarios. Sin embargo, tampoco logró el ansiado cambio de régimen en Cuba.



los últimos cuatro años. Estos medios (12 sitios web, 27 blogs, 42 perfiles en Facebook, y 84 cuentas en Twitter) fueron estudiados durante un período de 25 meses entre enero de 2017 y enero de 2019 y se procesaron 1450 productos comunicativos que se organizaron bajo los principios del Método Kayser, como muestra la tabla que aparece a continuación.

Tabla 1 Muestra cotejada según Método Kayser

Calendario construido. Muestra por semanas: análisis según años, mes y días*		
Año	Mes	Días
2017	Enero	V 20, L 23, M 31
	Febrero	Mi 8, J 16, V 24, L 27
	Marzo	M 7, Mi 15, J 23, V 31
	Abril	L 3, M 11, Mi 19, J 27
	Mayo	V 5, L 8, M 16, Mi 24
	Junio	J 1, V 9, L 12, M 20, Mi 28
	Julio	J 6, V 14, L 17
	Agosto	J 3, V 11, L 14, M 22, Mi 30
	Septiembre	J 7, V 15, L 18, M 26
	Octubre	Mi 4, J 12, V 20, L 23, M 31
	Noviembre	Mi 8, V 17, L 20, M 28
	Diciembre	Mi 6, J14, V 22, M 26
2018	Enero	Mi 3, J 11, V 19, L 22, M 30
	Febrero	Mi 7, J 15, V 23, L 26
	Marzo	M 6, Mi 14, J 22, J 29
	Abril	L 2, M 10, Mi 18, J 26



	Mayo	L 7, M 15, M 22, Mi 30
	Junio	J 7, V 15, L 18, M 26
	Julio	Mi 4, V 13, Mi 18
	Agosto	M 14, Mi 22, J 30
	Septiembre	V 7, L 10, Mi 19, V 28
	Octubre	L 1, M 9, Mi 7, J 25
	Noviembre	V 2, L 5, Mi 14, J 22, V 30
	Diciembre	M 4, Mi 12, Mi 19
2019	Enero	Mi 2, J 10, V 18, L 21
*Lunes (L), Martes (M), Miércoles (Mi), Jueves (J), Viernes (V).		

Fuente: Díaz, 2020

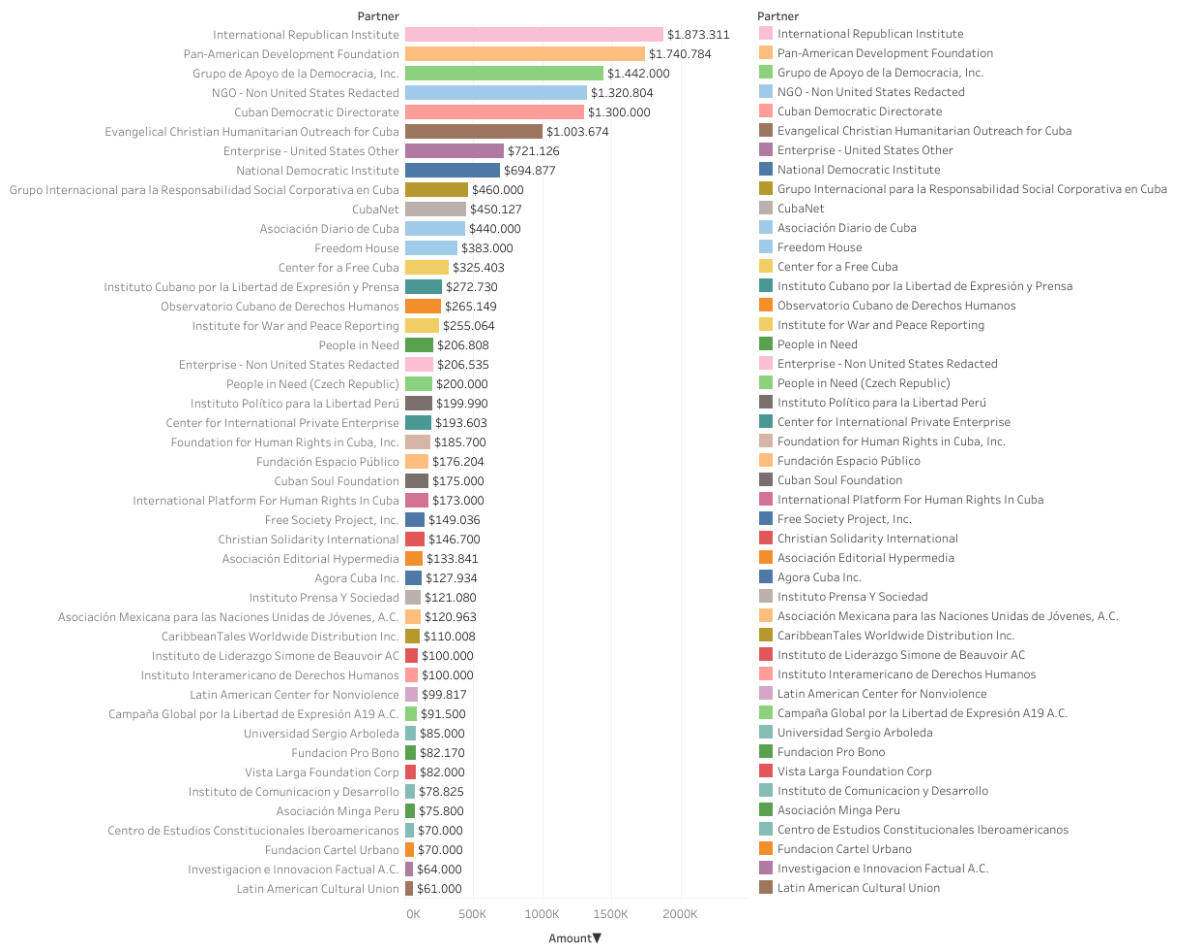
Al hacer el análisis de contenido cualitativo a cada uno de esos productos, se pudo comprobar que, además de *Martí Noticias*, los que mayor producción tuvieron fueron *Diario de Cuba*, *Cubonet* y *Cibercuba* que superaron cada uno los 100 productos comunicativos. Los cuatro ocuparon el 53% de toda la producción comunicativa. Luego, y en orden descendente por cantidad de productos, siguieron *14ymedio* y *Havana Times*, el blog *Apuntes de una periodista* y la cuenta en Twitter de *Cuba Decide*. Estos, junto al blog *Cubanos por el mundo* son, según Águila Fuentes (comunicación personal con Díaz, 2020), los sitios más activos y actualizados en contra del proceso revolucionario en el período objeto de estudio. El blog *Cuba Money Project* demuestra, por ejemplo, que tanto *Cubonet* como *Diario de Cuba* recibieron dinero del gobierno estadounidense durante el mando de Donald Trump, específicamente en el período que ocupó esta investigación. Así lo demuestra en el siguiente gráfico:



Gráfico 1

Medios que recibieron dinero durante el gobierno de Donald Trump entre 2017 y 2019

Cuba project spending under Donald Trump



Fuente: Cuba Money Project

Los temas más tratados por estos medios desde las 15 provincias del país, específicamente en 60 municipios de 169 (entiéndase el 36% del territorio nacional), fueron los siguientes y respondieron al marco temporal de la investigación: actividades desarrolladas por los grupos que se oponen al gobierno, las supuestas violaciones a los derechos humanos; los procesos políticos en Cuba (relevantes en este sentido el período de elecciones generales y la aprobación de la nueva Constitución); las políticas, decisiones y actividades del Gobierno; y las relaciones Cuba-EEUU. Estos cinco tópicos ocuparon el 70% de los contenidos producidos y esto evidencia cuáles son sus prioridades (DÍAZ Y GONZÁLEZ, 2021):

- 1- reconocer y dar visibilidad a los opositores (considerados como contrarrevolucionarios por el gobierno cubano);
- 2- mostrar a un Gobierno que viola los derechos humanos;
- 3- poner en tela de juicio la gestión gubernamental del estado revolucionario,
- 4- participar en la política del país y;

5- presentar su perspectiva sobre los vínculos bilaterales entre La Habana y Washington bajo la Administración de Donald Trump.

Estos temas fueron, a su vez, desglosados en trece líneas de mensajes claramente establecidas y que estuvieron enfocadas, fundamentalmente, en atacar al gobierno cubano para alejarlo de la población, objetivo esencial de cualquier actividad subversiva como se explicó al principio de este trabajo, y afectar la unidad en torno al proyecto de nación que la mayoría de la población ha refrendado desde 1959.

Gráfico 2 Líneas de Mensajes de los Medios Estudiados

1	El Gobierno cubano es el "responsable" de los problemas existentes en el país.	345
2	El Gobierno es cruel, agresivo, maltrata al "pueblo", grupos contrarrevolucionarios, líderes y miembros.	338
3	Los contrarrevolucionarios hablan, hacen y hasta mueren por el pueblo cubano	269
4	El Gobierno es corrupto y ejerce un control estricto en el país.	89
5	El apoyo externo del que disfruta la contrarrevolución está bien establecido, es extenso. La CR es legítima.	80
6	El Gobierno es mentiroso en todas sus acciones y declaraciones. Nada hecho por el Gobierno es como aparenta ser.	68
7	El Gobierno cubano es responsable del estado de las relaciones entre Cuba y EEUU.	55
8	La política de Trump ayuda al pueblo cubano	50
9	El Gobierno es arrogante y menosprecia al pueblo	25
10	La victoria de la CR es inevitable.	23
11	El Gobierno cubano se involucra en los asuntos internos de países en la región y/o los invade militarmente. Apoya a regimenes	19
12	La CR apoya a los pueblos de Venezuela y Nicaragua en su lucha contra sus Gobiernos.	10
13	Las iniciativas independientes son más efectivas que las auspiciadas por el Gobierno	9
14	no aplicable	70

Fuente: Díaz y González, 2021



Lo más relevante de estas líneas es que, tal y como establece la ATP 3-05.1 (ESTADO MAYOR, 2013), están encaminadas a promover percepciones de crisis en el país, a generar dudas en torno a la gestión del gobierno no sólo en temas actuales sino del futuro (por ejemplo, las relaciones bilaterales entre Cuba y los Estados Unidos), además de intentar fortalecer la imagen de una oposición que sí está con el pueblo y así tratar de ganar más seguidores o simpatizantes. Por lo tanto, estos 165 medios y sus respectivas agendas, estén financiado o no por el gobierno estadounidense, están en total consonancia con la política subversiva de ese país contra el gobierno revolucionario.

Si bien en un primer momento esa política encaminada a lograr el cambio de régimen se ejecutó por medios creados y operados desde los Estados Unidos, lo cierto es que actualmente tienen una presencia amplia en el territorio nacional y con posibilidades de ampliarla en la medida en que se fortalezcan sus recursos humanos y el financiamiento recibido les permita mantenerse. No obstante sus limitaciones, se puede concluir lo siguiente:

1.- la actividad subversiva contra el proceso revolucionario que comenzó en 1959 no ha cesado. De hecho, se rearticula, se adapta, a las condiciones histórico-concretas en que se aplica y según el momento se involucra una agencia u otra del gobierno estadounidense.

2.- La oposición contra el gobierno cubano es activa en los medios de comunicación y cuenta con periodistas, corresponsales, comunicadores, diseñadores y medios propios que con el apoyo del gobierno de los Estados Unidos se ha fortalecido y tiene presencia en el territorio cubano.

3.- Las principales líneas de mensaje que usa están previamente definidas en los manuales de guerra no convencional del gobierno de los Estados Unidos, específicamente en la ATP 3-05.1 del año 2013. Esto demuestra que la llamada oposición cubana actúa en correspondencia con lo establecido por el gobierno estadounidense para la subversión en Cuba.

4.- Si bien no debe descartarse la iniciativa propia en algunas de sus acciones lo cierto es que la llamada oposición carece de liderazgo visible en Cuba aunque sí tiene medios y capacidades, a lo interno del país, para construir una realidad tergiversada ante una posible situación de inestabilidad en el país.

REFERENCIAS

BIDEN, Joe (2021). **Statement by President Joseph R. Biden, Jr. on Continuing Crackdown in Cuba.** White House. Disponible em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/07/22/statement-by-president-joseph-r-biden-jr-on-continuing-crackdown-in-cuba/>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

BROADCASTING BOARD OF GOVERNORS (BBG). (2015a). **Fiscal Year 2015. Performance and Accountability Report.** Washington D.C. Disponible em: <<https://www.usagm.gov/wp-content/media/2015/11/BBG-FY2015-PAR.pdf>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

_____. (2015b). **Fiscal Year 2016. Congressional Budget Request.** Washington D.C. Disponible em: <https://www.usagm.gov/wp-content/media/2015/03/FY2016Budget_CBJ_Final_WebVersion.pdf>. Acceso em: 30 ago. 2021.

_____. (2014). **Fiscal Year 2015. Congressional Budget Request.** Washington D.C. Disponible em: <<https://www.usagm.gov/wp-content/uploads/2014/03/FY-2015-BBG-Congressional-Budget-Request-FINAL-21-March-2014.pdf>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

CUBA MONEY PROJECT **Cuba spending, 2017-2019.** Disponible em: <<http://cubamoneyproject.com/cuba-spending-2017-2019/>> Acceso em: 30 ago. 2021.

CUBA DEBATE. **Conferencia Mundial de Internet.** 20 de novembro de 2014. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2014/11/20/denuncian-agresiones-tecnologicas-a-cuba-en-conferencia-mundial-de-internet/feed/>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

CUBA. **Constitución de la República de Cuba,** 2019. 9 de abril de 2019. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2019/04/09/descargue-la-constitucion-de-la-republica-de-cuba-pdf/>>. Acceso em: 30 ago. 2021.



DÍAZ PEREZ, Katerine. **Operaciones de Información en la Guerra No Convencional de EEUU contra Cuba Análisis cualitativo de la Operación Militar de Apoyo a la Información en la Guerra No Convencional de EEUU contra Cuba durante los dos primeros años de la Administración de Donald Trump** [Tesis de Maestría. Centro de Estudios Hemisféricos y sobre Estados Unidos, Universidad de La Habana, 2020.

DÍAZ PÉREZ, Katerine; GONZÁLEZ, Olga. **Población cubana y Guerra No Convencional durante el gobierno de Trump**. *Novedades en Población* (forthcoming).

ELLISTON, Jon. **Psywar on Cuba. The declassified history of U.S. anti-Castro propaganda**. New York: Ocean Press, 1999.

ESTADO MAYOR, DEPARTAMENTO DEL EJÉRCITO. **ATP 3-05.1. La Guerra no convencional**. 2013. Disponible em: <[https://www.academia.edu/37957963/ATP_3-05.1 LA GUERRA NO CONVENCIONAL SEPTIEMBRE DE 2013](https://www.academia.edu/37957963/ATP_3-05.1_LA_GUERRA_NO_CONVENCIONAL_SEPTIEMBRE_DE_2013)>. Acceso em: 30 ago. 2021.

HERRICK, Matt. (2014, April 7th). **Eight Facts about Zunzuneo**. En United States Agency for International Development. Disponible em: <<http://blog.usaid.gov/2014/04/eight-facts-about-zunzuneo/>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

MARTÍN SERRANO, Manuel. **La producción social de comunicación**. Alianza Editorial, Madrid, 1993.

PÉREZ JR., Louis. **The Many Faces of Regime Change in Cuba**. *Jacobin*, 2021. Disponible em: <<https://jacobinmag.com/2021/07/cuba-embargo-sanctions-biden-crisis>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

CUBA CRECE. **Política de Comunicación del Estado y del Gobierno cubanos 2018**. Disponible em: <<http://www.cubacrece.gob.cu/politica?id=NTg1Mg==>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

PRIETO, Alfredo. **Cuba en los medios de difusión norteamericanos**. *Temas*, No. 2., La Habana, abril-junio 1995, pp. 13-21.

U.S. AGENCY FOR GLOBAL MEDIA. **FY 2020. Performance and Accountability Report**. Disponible em: <<https://www.usagm.gov/wp-content/uploads/2020/11/USAGM-FY2020-PAR.pdf>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE AND THE BROADCASTING BOARD OF GOVERNORS OFFICE OF INSPECTOR GENERAL. **Report of Inspection. Office of Cuba Broadcasting**. Report Number ISP-IB-07-35, Washington D.C., June, 2007. Disponible em: <<https://www.stateoig.gov/system/files/89908.pdf>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **Broadcasting to Cuba. Actions are Needed to Improve Strategy and Operations**. Washington D.C., January, 2009. Disponible em: <<https://www.gao.gov/assets/gao-09-127.pdf>>. Acceso em: 30 ago. 2021.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **Cuba Broadcasting Strategy**. Washington D.C., December, 2011. Disponible em: <<https://www.gao.gov/assets/gao-12-243r.pdf>>. Acceso em: 30 ago. 2021.



U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE. **Latin American Governments Need to Friend Social Media and Technology. A Minority Staff Report Prepared for the Use of the Committee on Foreign Relations**, United States Senate, One Hundred Twelve Congress, First Session, Washington D.C., 2011, October 5. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/content/pkg/CPRT-112SPRT70501/pdf/CPRT-112SPRT70501.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VALDÉS-DAPENA, Jacinto. **Piratas en el éter. La guerra radial contra Cuba, 1959-1999**. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2006.



IMPOLITICIDAD, COMUNICACIÓN Y ELECCIONES EN EL SALVADOR⁸⁹

Carmen Elena Villacorta⁹⁰

El 4 de marzo de 2021 dos exitosos youtubers mexicanos dedicaron la edición #36 de su programa “En cortinas” a conversar con el presidente de El Salvador Nayib Bukele⁹¹. Ese espacio de variedades en redes sociales en el que dos jóvenes simpáticos suelen hablar de sus novias, promover destinos turísticos, platillos y oficios exóticos o dar a conocer detalles sobre el desenvolvimiento virtual, se abrió ese día a entrevistar a quien presentaron como el presidente más joven del mundo. La publicación cuenta ya con medio millón de visualizaciones. El encuentro se produjo 3 días después de las elecciones parlamentarias y edilicias del 28 de febrero, ampliamente comentadas por la prensa nacional e internacional debido al resultado sin precedentes en la historia del país. El partido Nuevas Ideas obtuvo ese domingo atípico un 66% del total de votos emitidos y, gracias a ello, 56 escaños en la Asamblea Legislativa, única instancia parlamentaria en El Salvador, integrada por 84 curules. Pese a que (o precisamente porque) dichos comicios cimbraron el sistema político salvadoreño, nada se dijo sobre ellos en “En cortinas”. Evidentemente, Bukele concedió a los youtubers una hora y media de su tiempo con base en un acuerdo: no hablar de política.

Nuevas Ideas fue impulsado por el actual presidente tras su expulsión del partido Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), al cual perteneció entre 2012 y 2017. La carrera política de Bukele está ligada al Frente desde su origen, cuando el partido de izquierda le permitió ser alcalde del municipio Nuevo Cuscatlán, entre 2012 y 2015. Su padre, el empresario palestino Armando Bukele, crítico del partido de derecha Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), fue benefactor del FMLN. Obermet, empresa publicitaria de la familia, bajo la conducción de Bukele hijo, manejó la publicidad del Frente durante 12 años. Empresario devenido en político, Bukele ganó popularidad durante la gestión edilicia de Nuevo Cuscatlán, hasta entonces municipio irrelevante en el mapa político nacional. Con medidas bien publicitadas como la donación de su salario a planes educativos y becas, con su imagen fresca, su look informal y su aspecto “cool” despertó simpatías entre el electorado joven, mayoritario en El Salvador. Esa experiencia lo catapultó a la alcaldía de San



⁸⁹ Originalmente publicado en: *CARICEN. Revista de Análisis y Debate sobre el Caribe y Centroamérica*, No 25, marzo-abril, 2021, Centro de Estudios Latinoamericanos de la Facultad de Ciencias Políticas de la Universidad Nacional Autónoma de México CELA-UNAM. Disponible en: <http://investigacion.politicas.unam.mx/caricen/?fbclid=IwAR10931QCGSeAJfMC7EBY4svlo9gzpUMJ-di7yzwXHC-o9X_eVKN2L8BBMI>. Consultado em: 30 jul. 2021.

⁹⁰ Doctora en Estudios Latinoamericanos por la UNAM, Licenciada en Filosofía por la UCA (El Salvador), integrante de la Articulación centroamericanista O Istmo (<https://oistmo.com/>) y del Grupo de Trabajo CLACSO “El istmo centroamericano: repensando los centros”.

⁹¹ Ver En Cortinas con Luizito y Beth. Podcast. Plática con el presidente de El Salvador Nayib Bukele. Disponible em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nbmaN6WQwQk>>. Consultado em: 30 jul. 2021

Salvador. En la ciudad capital impulsó la remodelación y recuperación del centro histórico, repositorio de una serie de problemáticas estructurales, desastres naturales y desatención crónica. Ocuparse del centro histórico lo condujo directamente al estrellato.

Eso es Bukele: una estrella mediática. Su habilidad para convertirse en tal es innegable. El #36 de en “En cortinas” da buena cuenta de ello. El hecho mismo de conceder la entrevista calza con su estrategia de llegar a los jóvenes mostrándose como uno más entre ellos y hablándoles de tú a tú de temas relajados, tales como el uso de redes sociales, playas de surf, pupusas, legalización de la marihuana y horarios de trabajo... No se habló de elecciones, pero sí de concepciones de mundo y de lo que Bukele considera un “cambio de era”, en función de las posibilidades abiertas por la tecnología para comunicar y hacer negocios. La entrevista devela ese aspecto de la identidad de Bukele, el del joven empresario, el del yuppie en rebeldía contra generaciones previas, incapaces de asimilar los cambios. Viejos modos de hacer política, como grandes cumbres presidenciales o conferencias de la ONU; viejos modos de comunicar, como la prensa escrita tradicional; viejos modos de pensar, de expresarse y hasta de vestir deben ser superados en aras de abrazar el cambio de era preconizado por el jovial presidente.

También Barak Obama fue considerado yuppie y supo hacerse de un equipo cuyo diestro manejo de redes sociales lo llevó a la Casa Blanca. En el caso de Obama, no se trataba tanto de su juventud como de su color de piel: el primer presidente negro de los Estados Unidos. La diferencia entre ambos contextos es, por supuesto, abismal. Mientras que Estados Unidos dispone de industrias de alcance planetario para la penetración ideológica por medio del entretenimiento y los medios de comunicación, la pequeñez geográfica de El Salvador es también cultural. Difiere en ello no sólo de Estados Unidos, también de otros países de América. En El Salvador no hay farándula. No hay estrellas deportivas ni artísticas consolidadas como fenómenos de masas, capaces de expresar rasgos de la idiosincrasia nacional, generar orgullo y esperanza y conquistar el corazón del pueblo.

Ciertos liderazgos políticos han llenado en determinadas circunstancias históricas ese vacío. Durante la década de 1970, en un contexto harto distinto, pero tanto o más crítico que el actual, el demócrata cristiano José Napoleón Duarte encarnó el papel del gran líder popular. Flagrantes fraudes electorales que en ese momento impidieron a su partido, el Demócrata Cristiano (PDC), asumir el poder tras elecciones que ganó en alianza con la izquierda avivaron la llama del conflicto armado. En la década de 1980, signada por la guerra civil, la alianza de Duarte con la Fuerza Armada significó la traición de las esperanzas en él depositadas por el pueblo. El conflicto terminó en 1992 por medio de Acuerdos de Paz que posibilitaron la transformación del FMLN de guerrilla a partido político. A la vez, ARENA en la conducción del gobierno implementaba un agresivo programa de ajuste estructural. Durante la nueva normalidad democrática propia del posconflicto, el Frente se convirtió en la principal



fuerza opositora del país y aseguró un importante voto duro que rondaba los 400 mil electores. No obstante, el estigma de “guerrilleros” recaía sobre sus principales dirigentes azulado desde los medios de comunicación controlados por la derecha. Para llegar al Ejecutivo, era necesario conquistar más votos, superar la brecha del voto duro.

Fue ese el escenario en el que la fama de Mauricio Funes como periodista le permitió hacerse de la presidencia. Inquieto, crítico y audaz, Funes sostuvo durante la década de 1990 y los primeros 2000 incisivos programas de entrevistas a diversas figuras de la política salvadoreña. El prestigio y la audiencia de su espacio mediático lo convirtieron en un incómodo pero ineludible inquisidor, capaz de acorralar con sus preguntas a políticos y funcionarios. Sin pasado militante ni pertenencia orgánica a la izquierda, fungió también como opositor de los gobiernos de ARENA y del proyecto neoliberal. La alianza FMLN-Funes tardó años en cristalizar, pero terminó siendo exitosa en virtud de un rasgo de la personalidad del entonces periodista: la arrogancia. Arrogancia es, en una sociedad como la salvadoreña, uno de los rostros de la rebeldía. A poderes fácticos y élites oligárquicas acostumbradas a avasallar y a oprimir hay que hablarles claro, fuerte y de frente. Funes no fue, como Duarte, un líder popular. Tampoco alcanzó el nivel de estrella mediática de masas que hoy detenta Bukele. Pero su campaña electoral llenó de banderas rojas y de esperanzas de cambio a El Salvador. Al fin alguien que se arrogaba el derecho de cantarles la tabla a los poderosos y que se atrevía a desafiarlos más allá del ámbito periodístico, en el campo político, tenía opciones de llegar al poder. Y un electorado nuevamente esperanzado lo hizo posible: tras un triunfo histórico que se celebró en las calles de todas las ciudades del país en marzo de 2009, Mauricio Funes inauguró en junio de ese año el primer gobierno de izquierda en El Salvador.

La dosis de rebelde arrogancia con la que el periodista y candidato se presentaba ya como presidente durante la campaña electoral era necesaria para obtener ese triunfo, pero no fue buena consejera a la hora de conducir el Ejecutivo. Su relación con el FMLN empezó a tornarse ríspida cuando Funes decidió tomar distancia del partido y sus lineamientos. El hecho de que Franzí Hato Hasbún, dirigente del Frente, fuese su mentor, su asesor y su vaso comunicante con el instituto político no fue suficiente para conseguir una convivencia armoniosa. En los discursos de apertura y cierre de su mandato Funes evocaba la figura de Monseñor Romero. “No tenemos derecho a equivocarnos”, decía. Ello no obstó para que, siendo presidente, llevara a su familia a Disney World en un Jet privado, con presuntos fondos del erario público, o se viera inmiscuido en líos de faldas y en un accidente a bordo de un Ferrari. En este momento, Funes enfrenta cargos por lavado de dólares y corrupción en El Salvador. Reside en Nicaragua. Los cuestionamientos sobre la figura de Funes no impidieron la ponderación positiva de la gestión económica hecha por el FMLN durante ese período. Pese a los múltiples escándalos en los que el entonces presidente se vio implicado, sus niveles de popularidad no descendieron estrepitosamente y pudo entregar resultados



favorables en materia de disminución de la pobreza y programas sociales. No en vano en las presidenciales de febrero de 2014 el electorado le otorgó un nuevo voto de confianza a la izquierda y el entonces vicepresidente, ministro de educación y ex líder guerrillero Salvador Sánchez Cerén suplantó a Funes. De un Funes protagonista y díscolo se pasó a un Sánchez Cerén ausente. Destacaron de la gestión de este último ausencias graves, empezando por la física, debido a problemas de salud que lo obligaron a viajar frecuentemente a Cuba, pasando por la falta de liderazgo, claridad de rumbo y discurso. El FMLN adolece de fuerza discursiva.

Respecto de esto último, en una entrevista concedida a la Vía Campesina, el economista César Villalona enfatiza en la importancia de la comunicación como hecho político⁹². Allí radica la fortaleza de Bukele, en su destreza comunicativa. Allí se encuentran las claves para comprender un hecho que a simple vista parece incomprensible: la emergencia del fenómeno Bukele tras la única década de la historia nacional en la que la izquierda estuvo a cargo del gobierno. A juicio de Villalona —y en ello coincide con otros analistas— una de las grandes falencias del Frente radicó en su inhabilidad para dar a conocer los logros y alcances de sus dos gestiones. También desliza otra afirmación fuerte: cuando hay estrategia clara, es posible comunicarla. Sin estrategia, la comunicación será fallida. Esa falencia sirvió de caldo de cultivo para la puesta en marcha del plan de Bukele y sus estrategias, descrito por Villalona: en el ámbito político quebrar al FMLN, en el ámbito económico transitar de la burguesía a la oligarquía. El método utilizado para tales fines ha sido la denostación permanente de la oposición y la victimización, con el soporte de un completo aparato de comunicaciones a través de redes sociales.

Otro elemento nodal a tener en cuenta es la connivencia entre un ala del Frente y el clan Bukele. Luis Merino, alias “Ramiro”, y su grupo han sido señalados por sus turbios manejos de los fondos de ALBA Petróleos. Políticos devenidos en empresarios, estarían interesados en afianzar un escenario favorable para consolidarse como tales. En función de ello, le habrían dado luz verde a Bukele. Haber sido expulsado del partido le permitió poner en escena su papel de víctima. Incomprendido y rechazado, salió en busca de adhesión para su movimiento Nuevas Ideas. Para llegar a la presidencia necesitaba, no obstante, un partido político ya constituido, porque las leyes de El Salvador no habilitan candidaturas independientes. Fue entonces cuando entró en alianza con GANA, partido de derecha fundado por el ex arenero Antonio Saca y su grupo.

Como en su momento lo fue Mauricio Funes, Nayib Bukele es un outsider. Arrogantes y capaces de alzar la voz frente a los poderosos, difieren en dos aspectos fundamentales: su origen de clase y sus niveles de ambición. Los “amigos de Funes”, movimiento creado en torno de la candidatura presidencial del periodista en 2008, estaba formado mayoritariamente por intelectuales y profesionales de clase media

⁹² Ver Vía Campesina: Elecciones El Salvador 2021. Disponible en: <<https://t.co/Xt4UNAE6E6>> Accedido em: 30 jul. 2021.



dispuestos a apoyar su alianza con el FMLN y a hacer posible el ascenso de la izquierda. Bukele pertenece a una burguesía emergente con miras a disputarle poder económico, gestión empresarial y espacio en los negocios a la rancia oligarquía de El Salvador. No se trata de cualquier proyecto. Como bien lo afirma Villalona, el último en intentarlo fue el expresidente de ARENA Elías Antonio Saca que ahora está preso. El objetivo de Bukele es también político, le interesa el poder. Lo dijo abiertamente en “En cortinas”: no se imagina haciendo otra cosa. Controlar el poder del Estado le permitirá a su clan salir al ruedo de la puja económica con fuerza inusitada. ARENA y la derecha en general lo odian, pero al sector más pragmático del gran empresariado no le temblará el pulso para pactar con él. Los elegidos para sustituirlo en la presidencia, debido a que la reelección es en El Salvador inconstitucional, son Gabriela Rodríguez, su esposa, y el más influyente de sus hermanos, Karim Bukele.

Nuevas Ideas es resultado de un impecable trabajo de marketing. En cuanto marca, inunda internet. Bajo ese nombre se encuentran en las redes álbumes bajo la insignia “Ideas que se ven” con imágenes de bonitas funcionarias sonriendo, de obreros reparando calles, de maquinarias removiendo escombros. Fotos y más fotos de presuntas obras, como la del “hospital para pacientes de Covid más grande de América Latina”, para cuya inauguración se “tomó prestado” equipo proveniente del resto de la red hospitalaria del país. Bukele ha sabido usufructuar los beneficios empresariales de las redes a los que aludió durante su charla con los youtubers. Y, ciertamente, los canales por los que circula hoy la información han cambiado. Él mismo gobierna a través de Twitter y, según sus declaraciones ante los youtubers, siente predilección por Whatsapp. Su estrategia comunicativa no descansa, únicamente, en la publicidad visual, sino en lo que Villalona denomina “la victimización”. Bukele ha sabido presentarse como el joven emprendedor e innovador, dispuesto a sacar adelante a El Salvador en contra de los mezquinos intereses de los “mismos de siempre”, entiéndase ARENA, FMLN y gran empresariado. La creación de nuevos “noticieros” gubernamentales encuentra interlocución y réplica en un sinnúmero de videos que reproducen, comentan y aplauden sin descanso alocuciones en las que Bukele se hace autobombo al tiempo que agrade a quien sea que plantee cuestionamientos a su gestión. La lógica “conmigo o contra mí” ha acicateado el discurso de odio hoy predominante. Con el agravante de que el “contra mí” ha sido vendido y comprado como “contra El Salvador”.

“Héroe”, “víctima” y “caudillo” enfundado de carácter y determinación para enfrentar a todo tipo de “corruptos”, “ineficientes” y “oportunistas”, Bukele se ha revestido de cierta aura salvífica y mesiánica, en una sociedad en la que la inmensa mayoría sobrevive diariamente a extremas dosis de violencia y pobreza. Una sociedad marcada, además, por la ausencia de referentes. Bukele enarbola hoy esperanzas de cambio secularmente aplazadas, a la vez que ofrece motivos a grandes mayorías para sentirse orgullosos, no sólo del más joven, sino del que consideran el mejor presidente que ha tenido el país. Seguidores de diferentes lugares de América Latina refrendan



esa percepción. Basta con asomarse a los comentarios del programa #36 de “En cortinas” para constatarlo. Mexicanos, venezolanos, hondureños, nicaragüenses, peruanos, argentinos y más derraman genuflexiones hacia Nayib, asegurando que desearían que ese hombre sabio, ameno, visionario y humilde fuera su presidente o incluso el presidente de todo el continente.

Nadie alude allí a su política económica ni se pregunta el porqué de la renuncia del primer gabinete elegido por Bukele para implementarla. Nada se mencionó acerca de la relación entre la disminución de la tasa de homicidios con posibles negociaciones del gobierno con las pandillas. Nayib no fue interrogado respecto de su política de confrontación contra los demás poderes del Estado. Nadie habló de su ejercicio autoritario del poder, evidenciado al máximo el 9 de febrero de 2020, día en el que el “humilde” Nayib ingresó con elementos del ejército a la Asamblea Legislativa, con el propósito de forzar a los diputados a votar a favor de uno más de los muchos préstamos que el órgano legislativo le aprobó durante los primeros años de su gestión. No hubo preguntas en torno de por qué eligió métodos punitivos para administrar la pandemia y optó por conducir personalmente un problema sanitario de envergadura mundial que requiere del concurso de epidemiólogos y médicos. Tampoco inquirieron respecto de la opacidad con la que su gobierno maneja los recursos destinados a la emergencia sanitaria ni a los múltiples indicios que vinculan al clan Bukele como beneficiario de negocios asociados a ella. No hubo quien mostrara señales de asombro ante el asesinato de dos correligionarios del FMLN por parte de un funcionario del gobierno de Nayib durante la campaña electoral. Nadie cuestionó el abandono de la orientación y programas sociales ofrecidos por Bukele antes de convertirse en presidente, el despido masivo de funcionarios estatales, su alianza incondicional con la Fuerza Armada y la policía, ni la noticia que circuló en redes sociales sobre presuntos maltratos físicos perpetrados por Bukele contra su esposa. Nada se habló respecto de tan sensibles temas, porque el objetivo del programa era precisamente ignorarlos. Quizá ningún extranjero tenga por qué conocer estos detalles ni inquietarse por ellos. Lo preocupante es que tampoco a su masa de adeptos en El Salvador pareciera importarles, obnubilados como están por la omnipresencia mediática de su presidente.

Ejemplos de outsiders que ganan popularidad en el campo político hay muchos. Cantantes, deportistas, académicos, empresarios y hasta comediantes han ocupado y ocupan cargos en esferas de gobierno. Contribuye a ello el desgaste propio de gestiones que defraudan expectativas, incumplen promesas y rompen esperanzas. A ello hay que añadir que la sobreinformación a la que estamos expuestos por medio de internet favorece la confusión ideológica reinante. Nada más funcional a la pervivencia y profundización del capitalismo en sus formas más predatorias. Los contornos de la derecha y la izquierda aparecen desdibujados en boca de liderazgos que articulan lo más atractivo de ambos discursos. Flaco favor hacen a este río revuelto científicos sociales que declaran la muerte de la izquierda y de la derecha, coincidiendo en ello



con figuras como Nayib Bukele, quien justamente se vanagloria de no ser de derecha ni de izquierda y de carecer de ideología. A río revuelto, ganancia de pescador.

El Salvador hoy es resultado de 30 años de transición a una democracia contrahecha, incapaz de encaminar al país hacia la salida de una injusticia estructural congénita que ha dado de sí las más diversas formas de violencia. Veinte años de gobiernos neoliberales de ARENA terminaron de fracturar al país. Diez años de gobiernos del FMLN eran, sin duda, insuficientes, pero abrieron una ventana de oportunidad que el partido de izquierda no supo aprovechar. Bukele sí, la está usufructuando en pro de los intereses empresariales de su clan. Ni su partido GANA ni Nuevas Ideas son expresión de un proyecto de nación que en El Salvador nunca ha existido. La indefinición ideológica le es útil para verter veneno contra sus adversarios políticos y contra la prensa en general. Pero el país navega sin horizonte, celebrando la inauguración de proyectos como carreteras que la gente de a pie no usa o circuitos de playas de surf en pleno contexto pandémico. No se trata de proyectos de Estado. Más que gobernados, a Bukele lo sigue un club de fans, ávido de un jefe que twitee órdenes y vocifere regaños a quien pregunta de más o se resiste a someterse a sus caprichos. La ventaja de depositar la fe en un caudillo radica allí, en la cómoda renuncia a la cuota de poder propia, a la responsabilidad personal, al ejercicio consciente de la politicidad.

Difícil momento para la izquierda, las fuerzas progresistas y el pensamiento crítico en El Salvador. No le falta razón al analista Dagoberto Gutiérrez cuando, tras los resultados del 28 de febrero, llamó a los partidos políticos y al conjunto de la sociedad a hacer una onda reflexión⁹³. Los 56 escaños obtenidos en la Asamblea Legislativa por Nuevas Ideas, sumados a los 5 del partido GANA suman 61 de 84 legisladores, otorgándole a Bukele cuotas de poder inusitadas, hasta hace poco impensadas en la vida nacional. Caben frente a este acontecimiento muchas interpretaciones y análisis. Una de ellas debe conducir a la urgente consideración de la cultura en sentido amplio como hecho político, siendo la comunicación y la cultura política aspectos nodales del campo cultural. ¿Cómo puede el vaciamiento ideológico conducir a una persona a concentrar el cúmulo de poder político que hoy ostenta Bukele? ¿Cómo alguien que niega la guerra civil en El Salvador y tilda de farsa los Acuerdos de Paz negándose a su conmemoración puede hoy ser considerado un ídolo? ¿Quiénes son (somos) responsables de la desmemoria de la juventud salvadoreña? ¿Por qué mientras se pregona el fin de la guerra, se promueven discursos de odio que continúan costando vidas? ¿Estamos ante la muerte del FMLN? El reciente éxito electoral de Nuevas Ideas es prácticamente un gran éxito de ventas. Electores incluso provenientes de la diáspora salvadoreña en Estados Unidos y Canadá votaron en masa por “la N de Nayib”. El presunto fin de las ideologías ¿conduce a suplantarse la vida política por lógicas empresariales y de marketing? Los jóvenes fanatizados en torno de Bukele como si de un rockstar se tratara ¿persiguen el “desarrollo” de El Salvador? ¿Sueñan con ser yuppies? No son preguntas de fácil respuesta, pero la guerra civil y la transición

⁹³ Disponible em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lgg2liFlx54>> Acessado em: 30 jul. 2021.



a la democracia en El Salvador parecen perder sentido si dan como resultado la entronización de la marca Bukele. Menudo desafío.

REFERENCIAS

ALVARADO, Jimmy, et. al. (2020), **El clan Bukele que gobierna con Nayib**. El Faro, 7 de junio de 2020. Disponible em: <https://elfaro.net/es/202006/el_salvador/24512/El-clan-Bukele-que-gobierna-con-Nayib.htm>. Acceso em: 30 jul. 2021.

ARRIOLA, Joel (2020), **Las fisuras en el gobierno de Bukele**. O Istmo. Articulación centroamericanista, 17 de agosto de 2020. Disponible em: <<https://oistmo.com/2020/08/17/las-fisuras-del-gobierno-de-nayib-bukele-en-el-salvador/>>. Acceso em: 30 jul. 2021.

BARRERA, Saira (2020), **Ni la vida ni la economía: Covid 19 en El Salvador**. O Istmo. Articulación centroamericanista, 23 de octubre de 2020. Disponible em: <<https://oistmo.com/2020/10/23/ni-la-vida-ni-la-economia-covid-19-en-el-salvador/>>. Acceso em: 30 jul. 2021.

BRITTO GARCÍA, Luis (2021), **La comunicación en la era de internet**. América Latina en movimiento, 29 de marzo de 2021. Disponible em: <https://www.alainet.org/es/articulo/211579?utm_source=email&utm_campaign=alai-amlatina>. Acceso em: 30 jul. 2021.

EL INDEPENDIENTE (2021), **Disputa de grupos al interior del FMLN**. El Independiente. Disponible em: <<https://www.elindependiente.sv/2021/03/09/disputa-de-grupos-al-interior-del-fmln/>> Acceso em: 30 jul. 2021.

EN CORTINAS CON LUIZITO Y BETH. PODCAST. **Plática con el presidente de El Salvador Nayib Bukele**. Disponible em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nbmaN6WQwQk>>. Acceso em: 30 jul. 2021.

ESCOBAR, Carmen Valeria (2021), **Tengo miedo**. El País, 9 de marzo de 2021. Disponible em: <<https://elpais.com/planeta-futuro/2021-03-08/tengo-miedo.html>>. Acceso em: 30 jul. 2021.

FERNÁNDEZ AMPLIÉ, Guillermo (2021), **El Salvador: el presidente Bukele tiene ahora todos los controles del poder en sus manos**. Revista Debate, 3 de marzo de 2021. Disponible em: <<https://www.revistadebate.net/el-salvador-el-presidente-bukele-tiene-ahora-todos-los-controles-del-poder-en-sus-manos/>>. Acceso em: 30 jul. 2021.

GARCÍA, Jacobo (2021), **Entrevista a Horacio Castellanos Moya En Centroamérica nos gustan los caudillos**. El País, 27 de febrero de 2021. Disponible em: <<https://elpais.com/mexico/2021-02-27/en-centroamerica-nos-gustan-los-caudillos.html>>. Acceso em: 30 jul. 2021.

SALINAS MALDONADO, Carlos (2021), **Bukele provoca indignación en El Salvador tras calificar de «farsa» los acuerdos de paz**. El País, 25 de enero de 2021. Disponible em: <<https://elpais.com/internacional/2021-01-25/bukele-provoca-indignacion-en-el-salvador-tras-calificar-de-farsa-los-acuerdos-de-paz.html>>. Acceso em: 30 jul. 2021.

TELESUR (2021), **Ataque contra militantes del FMLN salvadoreño deja dos muertos**. Telesur, 1 de febrero de 2021. Disponible em: <<https://www.telesurtv.net/news/el-salvador-ataque-armado-fmln-deja-dos-muertos-20210201-0001.html>>. Acceso em: 30 jul. 2021.

VIA CAMPESINA. **Elecciones El Salvador 2021**. Disponible em: <<https://t.co/Xt4UNAE6E6>>. Acceso em: 30 jul. 2021.



VILLACORTA, Carmen Elena. **Impoliticidad, comunicación y elecciones en El Salvador.** Disponível em: <http://investigacion.politicas.unam.mx/caricen/wp-content/uploads/caricen25/caricen25_02.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.



SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

DENNIS DE OLIVEIRA

Professor associado da Universidade de São Paulo e docente do Programa de Pós Graduação em Integração na América Latina (PROLAM-USP). Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP. Coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) e do GT Epistemologias Decoloniais, Cultura e Território do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

PATRÍCIA PAIXÃO

Jornalista, professora de Jornalismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), com pesquisa na área de comunicação contra-hegemônica. ORCID 0000-0002-3099-2536

FAUSTO SALVADORI

Diretor e cofundador da Ponte Jornalismo, veículo digital brasileiro que cobre temas ligados à segurança pública, à justiça, aos direitos humanos e ao aparelho repressivo do Estado. Endereço do veículo: www.ponte.org

CARMEN VILLACORTA

Doctora en Estudios Latinoamericanos por la UNAM. Licenciada en Filosofía por la Universidad Centroamericana de El Salvador, integrante de la Articulación centroamericanista O Istmo (<https://oistmo.com/>) y del Grupo de Trabajo CLACSO “El istmo centroamericano: repensando los centros”.

VANESSA MARTINA-SILVA

Graduada em Comunicação Social — com habilitação em jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Especialista em Políticas Públicas para a Igualdade na América Latina pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Atualmente, é mestranda no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Tem experiência na área de Comunicação e jornalismo internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, integração, colonialidade, decolonialidade, mídia contra-hegemônica e jornalismo emancipatório. Participou de coberturas internacionais em Argentina (2011 2012, 2015 e 2019), Paraguai (2012) e Venezuela (2012 e 2013). Trabalha há mais de dez anos com jornalismo “alternativo” e atualmente é editora da revista Diálogos do Sul. ORCID: 0000-0002-8765-401X



MICHELE DE MELLO

Jornalista graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e correspondente internacional do Brasil de Fato, em Caracas, Venezuela.

MIGUEL ENRIQUE STÉDILE

Historiador, doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante do Front – Instituto de Estudos Contemporâneos e educador do Instituto de Educação Josué de Castro.

OLGA GONZÁLEZ MARTÍN

Investigadora y profesora del Centro de Estudios Hemisféricos y sobre Estados Unidos de La Universidad de La Habana (CESHEU).



SOBRE OS ORGANIZADORES



WAGNER IGLECIAS

Graduado em Administração Pública e Ciências Sociais, é mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. É professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Formulador do projeto PROLAM-USP Debate e coordenador do Grupo de Trabalho "China e o Mapa do Poder Mundial", do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, Argentina. ORCID 0000-0002-7632-1877.



PATRICIA PAIXÃO

Jornalista, professora de Jornalismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestra em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP), com pesquisa na área de comunicação contra-hegemônica. ORCID 0000-0002-3099-2536



VANESSA MARTINA-SILVA

Graduada em Comunicação Social — com habilitação em jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Especialista em Políticas Públicas para a Igualdade na América Latina pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Atualmente, é mestranda no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Tem experiência na área de Comunicação e jornalismo internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, integração, colonialidade, decolonialidade, mídia contra-hegemônica e jornalismo emancipatório. Participou de coberturas internacionais em Argentina (2011 2012, 2015 e 2019), Paraguai (2012) e Venezuela (2012 e 2013). Trabalha há mais de dez anos com jornalismo “alternativo” e atualmente é editora da revista Diálogos do Sul. ORCID: 0000-0002-8765-401X



ÍNDICE REMISSIVO

Agência de Refugiados das Nações Unidas (Acnur)	55, 56, 57, 58, 63, 64, 65
Amazon.....	42, 47, 76
América Latina..	3, 5, 7, 8, 12, 16, 18, 20, 24, 32, 33, 35, 36, 37, 42, 43, 45, 47, 54, 58, 63, 66, 67, 69, 72, 73, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 90, 102, 105, 107, 109, 110
Apple	21, 42, 76, 89
Argentina.....	5, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 64, 66, 67, 76, 107, 109, 110
Biden, Joe	84, 95
Bolívia	5, 76, 79
Brasil...	5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 58, 63, 64, 67, 76, 77, 83, 108
Brexit	20, 29
Bukele, Nayib	6, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105
Castro, Fidel	18, 86, 87, 88, 90, 96, 108
Central Única das Favelas (CUFA).....	11
Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL)	73
China.....	109
Colômbia	5, 42, 55, 58, 64, 71, 76, 79
Colonialidade....	6, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 80, 83, 107, 110
Contra-hegemonia....	5, 8, 14, 32, 33, 34, 35, 67, 107, 109, 110
Cosecha Roja	5, 38, 40, 42
Cuba.....	5, 6, 19, 24, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101
Decolonialidade.....	6, 67, 68, 107, 110
Democracia....	12, 16, 21, 28, 29, 32, 46, 58, 61, 69, 75, 79, 82, 89, 104
Díaz Canel, Miguel	84
Direitos Humanos...	5, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 53, 54, 61, 107
Ditadura.....	14, 15, 26, 33, 75, 82
El Salvador....	5, 41, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107
Equador	5, 74, 76, 78
Estados Unidos...	8, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 48, 50, 51, 52, 55, 58, 64, 70, 72, 73, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 104, 108
Facebook....	13, 21, 28, 30, 42, 47, 49, 76, 77, 91
Fake news.....	15, 20, 28, 29, 39, 50, 55
Fanon, Franz.....	8
Folha de São Paulo	13
Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) ..	98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105
Gates, Bill	47
Google	13, 21, 30, 42, 47, 76, 77
Guerras híbridas....	5, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 29, 30, 45, 46, 48, 54, 61
Hegemonia	18, 33, 34, 43
Instagram	21
Instituto Mises	26
Intervozes.....	77, 83
Jornalismo	5, 6, 12, 14, 16, 32, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 59, 60, 61, 62, 64, 67, 79, 80, 81, 107, 110
Lawfare.....	20
Lula, Luís Inácio da Silva ...	13, 14, 26, 27, 28, 30
Maduro, Nicolas	50, 51, 54, 55, 56
Microsoft.....	21, 30, 47, 76, 77
Mídia alternativa.....	14, 67, 80
Moro, Sergio	27
National Security Agency (NSA)	27
Obama, Barack	51, 90, 99
Operação Lava-Jato.....	26
Organização Internacional da Imigração (OIM)	55, 56, 65, 66
Organizações Globo	13, 27, 33, 47
Peru	5, 42, 55, 65, 74, 83
Ponte Jornalismo.....	5, 32, 38, 40, 41, 42, 107
Prashad, Vijay	18
Primavera Árabe	22
Racismo	37, 38, 69
Radio Martí	87, 88
Revoluções coloridas.....	19, 21, 23, 24, 28, 31
Rousseff, Dilma	5, 13, 14, 25, 27, 28, 30
Snowden, Eduard	21, 27
Tea Party	26
Trump, Donald	18, 29, 40, 49, 90, 92, 93, 94, 96, 113
Twitter.....	28, 30, 42, 49, 90, 91, 92, 102
União Europeia.....	20, 48
Uruguai.....	5, 76
Youtube.....	28
Zuckerberg, Mark.....	47

